

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Área de concentração: Organizações e Empreendedorismo

ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS A PARTIR DE INVESTIMENTOS DO
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): a
reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno
Norte de Maringá-PR**

Maringá - PR
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Área de concentração: Organizações e Empreendedorismo

ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA

**INTERVENÇÕES URBANAS A PARTIR DE INVESTIMENTOS DO
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): a
reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno
Norte de Maringá-PR**

Dissertação de Mestrado em Administração entregue ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

O48i Oliveira, Adriano Aparecido de
Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR / Adriano Aparecido de Oliveira. -- Maringá, 2016.

141 f. : il. col., figs., quadros + apêndice

Orientadora: Prof.a Dr.a Priscilla Borgonhoni Chagas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016

1. Estudos organizacionais. 2. Reterritorialização - Contorno Norte - Maringá (PR). 3. Territorialização - Contorno Norte - Maringá (PR). 4. Desterritorialização - Contorno Norte - Maringá (PR). 5. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 21.ed. 658.001

MN-003323

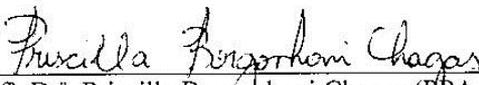
Maringá - PR
2016

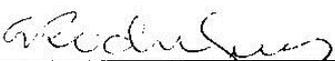
ADRIANO APARECIDO DE OLIVEIRA

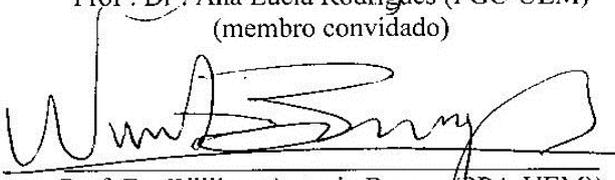
INTERVENÇÕES URBANAS A PARTIR DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 17 de ABRIL de 2016


Prof.^a Dr.^a Priscilla Borgonhoni Chagas (PPA-UEM)
(presidente)


Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rodrigues (PGC-UEM)
(membro convidado)


Prof. Dr. William Antonio Borges (PPA-UEM)
(membro)

AGRADECIMENTOS

Fé e gratidão são valores que norteiam as ações de um homem.

Fé vem em primeiro, porque eu acredito que o sentido da vida perpassa por uma força maior, para aguentar as pressões do nosso dia a dia e nos ajudar a superar os obstáculos encontrados neste caminho. **“Para mim, Deus é a força que nos move e a razão da nossa existência.”**

Gratidão é um sentimento de agradecimento que reconhece todas as pessoas as quais foram importantes para que esta conquista pudesse ocorrer.

Agradeço aos meus pais, que, desde muito cedo, incentivaram-me a estudar e a ter valores.

Agradeço ao amor da minha vida, a minha esposa Daniele Rosolem de Oliveira, por aguentar firme durante estes dois anos, superando comigo os obstáculos e valorizando a importância que o mestrado teria em nossas vidas.

À professora Sandra Mara Schiavi Bankuti, pois, no início do mestrado, ajudou-me a encontrar o meu caminho em termos de pesquisa e foi sempre atenciosa e compreensiva.

A todos os meus professores do mestrado, colegas e também ao secretário Bruhmer, sempre muito atencioso.

À professora Ana Lúcia Rodrigues, pelas inúmeras contribuições no exame de qualificação. De fato, ela é um ser humano iluminado para a causa social, um exemplo.

Ao professor William Borges, um ser humano excepcional, digno da posição que ocupa no programa. Apesar do pouco contato, considero-o um exemplo o qual deveria ser seguido por muitos, sempre muito gentil e um excelente profissional.

Ao professor José Paulo de Souza, o então coordenador do programa de pós-graduação em Administração, pela grandeza de suas palavras e ações.

À Unicesumar, por proporcionar a flexibilidade necessária a fim de que eu pudesse alcançar a conclusão do mestrado.

Em especial, agradeço também a todos os meus amigos, que, durante estes dois anos, estiveram juntos e me incentivaram rumo a esta conquista.

E, por último, mas não menos importante, agradeço à professora Priscilla Borgonhoni Chagas, um ser humano especial. É um privilégio quando temos, ao nosso lado, pessoas tão maravilhosas como ela nos orientando. Professora, nunca

terei como agradecer-lhe suficientemente pelo apoio que você me ofereceu durante a minha vida acadêmica, pois você é um exemplo de profissional e ser humano a ser seguido. Desejo que o programa de pós-graduação em Administração possa ter sempre mais “Priscillas” como você!

RESUMO

Em qualquer caso de intervenção urbana não devem ser considerados apenas os aspectos econômicos, mas também as esferas políticas, sociais e culturais da região. Desta forma, esta pesquisa teve por objetivo compreender como ocorreu a reterritorialização dos bairros Hortência e Conjunto Thaís, pelos moradores após o início das obras do Contorno Norte. Assim, foi possível discutir os impactos da maior intervenção urbana viabilizada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Maringá- PR, o Anel Viário PAC – Contorno Norte. Na análise sobre o processo de reterritorialização dos moradores, buscou-se compreender as fases de territorialização e desterritorialização desses moradores e também o modo como os projetos urbanísticos estão ligados à produção do espaço urbano em Maringá (PR), compreendendo como funciona a lógica capitalista do Estado enquanto agente legitimador do espaço. Nesse sentido, esta dissertação discute conceitos relativos à produção do espaço urbano, território e empresariamento urbano - conceitos ainda incipientes no campo da Administração, mas que, nos últimos anos, vêm sendo discutidos por pesquisadores na área de Estudos Organizacionais, além de estarem presentes no currículo de muitos cursos de pós-graduação em Administração. Para viabilização deste estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com características descritivas as quais envolvem a pesquisa documental, a bibliográfica e a pesquisa de campo, que foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados obtidos na pesquisa, foram realizadas quatorze entrevistas com moradores e um representante do poder público, e assim, utilizou-se o método análise de conteúdo. Como resultados, a dissertação apresenta que a obra do Contorno Norte contribuiu para a compreensão das transformações socioespaciais na região do Contorno Norte, além de discutir acerca dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização, focalizando os bairros Hortência e Conjunto Thaís. Ao tratar da reterritorialização, conclui-se, que os moradores sentem muita diferença no que diz respeito ao território em que viviam antes da construção da obra. Atualmente, eles relatam que se sentem excluídos do restante da população citadina e reconhecem diversos problemas socioespaciais, vistos por eles como um reflexo direto da construção de tal obra, a qual dividiu a cidade de Maringá (PR) e refletiu, assim, de forma negativa no cotidiano das pessoas.

Palavras-Chaves: Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização, Programa de Aceleração do Crescimento, Contorno Norte.

ABSTRACT

In any case of urban intervention not only economic aspects should be taken into consideration, but the political, social, and cultural aspects of a region. Therefore, this research had as its objective to understand how the reterritorialization of residents from *Hortência* and *Conjunto Thaís*, in Maringá, Paraná happened after the construction of *Contorno Norte* begun. Thus, it was possible to discuss the impacts of the largest urban intervention in Maringá - consisting in the construction of Contorno Norte, which became feasible due to the Brazilian Growth Acceleration Program (PAC). This intervention is the construction of *Contorno Norte*. When analyzing the reterritorialization process of residents, it was necessary to understand the phases of territorialization and deterritorialization and how urban projects connected to the urban space production in *Maringá (PR)*, understanding how the State capitalist logic works having the State as a legitimate agent. In this regard, this thesis discusses the concepts related to urban space production, territory, and urban entrepreneurialism, which are fledgling concepts in Administration field but which have been discussed by Organizational Studies researches, besides being part of many graduate programs in Administration. In order to make this research viable, a qualitative research with descriptive characteristics was carried out, the research involved documental research, bibliographic research and field research - this last one being done using semi-structured interviews with residents and one representative of public power - consequently, in order to analyse data collected the methodology chosen was content analysis. As results, this thesis demonstrates how the construction of *Contorno Norte* contributed to the comprehension of social-spatial transformations in the region where it was built, besides the discussion of Territorialization, Deterritorialization, and Reterritorialization, especially of neighborhoods *Hortência* and *Conjunto Thaís*. When dealing with reterritorialization, conclusion was that residents do feel a considerable difference when considering the territory they lived in prior to the construction. Nowadays, residents report their feeling of exclusion regarding the rest of the urban population, and acknowledge a large amount of sociospatial problems that they understand as a direct reflection of the construction, which divided the city of Maringá (PR) and had a negative impact on people's everyday life.

Key words: Territorialization, Deterritorialization, Reterritorialization, Growth Acceleration Program (PAC), *Contorno Norte*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização dos entrevistados	77
Quadro 2: Categorias de análise.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização Conjuntos Thais e Hortência	75
Figura 2 Localização de Maringá	83
Figura 3 Verticalização de Maringá na década de 1980.	87
Figura 4 Mapeamento da expansão urbana até 1963.....	89
Figura 5 Localização do Contorno Norte.....	91
Figura 6 Setores censitários.....	92
Figura 7 Contorno Norte.....	106
Figura 8 Divisão dos Bairros pelo anel viário Contorno Norte	110
Figura 9 Áreas Residenciais no Entorno do Contorno Norte.....	116
Figura 10 Viaduto Contorno Norte de Maringá.....	120
Figura 11 Deslizamento de terra no Contorno Norte.....	129
Figura 12 Viaduto Contorno Norte de Maringá.....	130
Figura 13 Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.	133

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevistas com moradores dos bairros: conjuntos Thaís e Hortência.

Apêndice B - Roteiro de entrevistas com o ex-diretor-presidente Urbamar

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMNP – Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná

CODEM - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá

DERPR – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens do Paraná

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes

ENANPAD - Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

URBAMAR– Urbanização de Maringá S/A

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AGENTES SOCIAIS	26
2.2 ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA.....	33
2.3 EMPRESARIAMENTO URBANO	40
2.4 TERRITÓRIO	53
2.5 TERRITORIALIDADE	66
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
4. A CIDADE DE MARINGÁ (PR)	83
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	95
5.1 ESPAÇO VIVIDO ANTES DA CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE	95
5.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	102
5.3 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO APÓS A CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE.....	108
5.4 REFLEXOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO	115
5.5 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DOMINAÇÃO, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES	122
5.6 MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA: REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140
Apêndices-A	147
Apêndices-B	148

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano é caracterizado por ser um local com uma estrutura que não está simplesmente organizada em função do acaso. A cidade está intimamente ligada por meio das relações sociais. Considerando o contexto atual - influenciado pelas novas tecnologias, por novos hábitos de morar, de trabalhar, de produzir e de comunicar, Rolnik (2004) reconhece que existem três novas formas de compreender as cidades.

A princípio, Rolnik (2004) compara a cidade a um ímã, no qual as construções implicam em um trabalho organizado, que atende ao padrão de cada tipo de sociedade. Nessa situação, considera-se que os construtores de templos erguiam as edificações como se houvesse o domínio da natureza. Em seguida, a autora caracteriza a cidade como escrita: já existia uma maturação do homem em suprir certas necessidades e, agora, ele passaria a construir o seu próprio mundo concreto e particular. Por último, a cidade é descrita pela autora como um mercado, devido à necessidade de divisão do trabalho, para atender as especificidades profissionais de cada um. Assim, tudo gira em torno da cena urbana, voltada para o comércio de bens e serviços organizado pelo Estado. Assim, a ideia que se tem de o Estado planejar uma cidade consiste em uma visão de que é possível construir ou criar algo que funcione perfeitamente, como um mecanismo analógico. Entretanto, segundo Rolnik (2004), essa ideia é uma utopia de escritores renascentistas que a representavam.

Santos (1999) pontua que, no momento atual do sistema capitalista, as cidades estão sendo submetidas a mudanças que ocorrem em função do capital e transformam o espaço em uma área de atuação da lógica de acumulação de capital. Alicerçando-se nas bases teóricas propostas por David Harvey (2005), Saquet (2013), Corrêa (1995), Carlos (1999), Souza (1995) e outros e fazendo uso dessa lógica de capital é que se objetiva, do ponto de vista das práticas urbanísticas, compreender e construir esta pesquisa, porque tais autores pertencem à linha da geografia crítica de estudo dos territórios, o que sinaliza que eles têm uma visão mais crítica e política sobre as relações territoriais e analisam os aspectos capitalistas e as relações de poder.

Para se compreender as possibilidades do conceito de território nos Estudos Organizacionais, alguns conceitos complementares são ilustrados, como o da

produção do espaço urbano, o dos agentes sociais, o da territorialização, o da desterritorialização, da reterritorialização, do marketing urbano, do empresariamento urbano, entre outros. Esses conceitos vêm afirmar as novas realidades que configuram as interações territoriais e suas relações com a produção espacial e os Estudos Organizacionais.

Assim, a compreensão da cidade como território, permite analisar suas conexões espaciais e sociais, além de compreender a configuração capitalista do espaço urbano, tratando as cidades, por meio da configuração espacial e territorial, como espaços de produção e consumo de bens e serviços.

O estudo de territórios é um tema que vem sendo explorado recentemente por diversas áreas do conhecimento, tais como a categoria analítica, a fim de se explicar, sob a luz dos Estudos Organizacionais, o processo de produção do espaço, da territorialização, desterritorialização, reterritorialização e empresariamento urbano. É uma área de pesquisa que vem tendo cada vez mais relevância, pois ajuda os pesquisadores a compreender a dinâmica das cidades no que tange à lógica capitalista na ocupação e produção territoriais.

Nesse sentido, a partir dos Estudos Organizacionais, elencam-se os autores que dialogam com o tema, buscando-se compreender como o território está intimamente ligado à formação sócio espacial, além de vinculado à produção econômica, que, por sua vez, é influenciada pelos grupos hegemônicos ou por classes que produzem a realidade local.

E, dessa forma, os territórios, segundo Souza (1995), existem e são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas e tempos, por exemplo, de uma rua para um Estado ou país e em séculos, anos, meses ou dias, podendo ter um caráter permanente ou cíclico. E, então, com essa produção dos territórios em escalas espaciais e temporais diferentes, o exercício do poder não se restringe somente à ideia do Estado-Nação. Nessa abordagem, evidenciam-se os processos de territorialização (T), de desterritorialização (D) e de reterritorialização (R). No primeiro citado o território é compreendido como o enraizamento; no segundo, ou seja, no de desterritorialização, há o rompimento ou deslocalização e, no último - o movimento de reterritorialização há uma compreensão acerca das relações de poder, por meio de uma nova forma de ocupação do espaço vivido.

Assim, desterritorialização e reterritorialização são problematizados e discutidos no âmbito da projeção das relações de poder no espaço, o que envolve

dimensões materiais e imateriais. As dimensões materiais dizem respeito, por exemplo, às questões de infraestrutura urbana. Já as dimensões imateriais relacionam-se aos aspectos culturais, econômicos e políticos, nos quais falam mais alto os sentimentos, as perdas, o isolamento geográfico, entre outros (SOUZA, 1995).

Esse processo como um todo, descrito como TDR, tem como reflexo as ações políticas de gerenciamento para o empresariamento urbano, em função do desejo dos gestores das grandes cidades em conseguir novos investimentos econômicos e a renovação do ambiente, a fim de pleitear investimentos e garantir lucratividade e bem-estar do capital. Segundo Harvey (1996), os fatores que acabam por colocar as cidades em âmbito de crise socioeconômica são: a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal, o neoconservadorismo, o forte apelo à racionalidade do mercado e da privatização, o declínio do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, entre outros fatores (HARVEY, 1996, p.50).

E, com isso, o termo empresariamento urbano traduz o sentido de fazer da cidade um local construído para desenvolver grandes projetos, com a finalidade de atrair recursos provenientes de grandes investimentos e com foco e atenção especial os investidores, para que, assim, novas contribuições econômicas possam ocorrer, devido às suas características. Dessa maneira, para Harvey (1996), o empresariamento urbano refere-se à formação de alianças de classes com um objetivo econômico: buscar investimentos de fontes externas de financiamento, para o desenvolvimento capitalista com interesses estratégicos.

E, assim, é neste contexto que se justifica a escolha do objeto deste estudo: o Contorno Norte de Maringá (PR), já que este compreende os diferentes reflexos de uma obra de grandes proporções e influencia na reterritorialização dos moradores dos bairros cortados pelo Contorno Norte na cidade de Maringá. Com isso, dentro de uma perspectiva social e urbana, busca-se entender como a vida dos moradores que residem no entorno da obra Contorno Norte foi afetada e como estes se sentem com relação a isso, uma vez que se defrontam com as contradições oriundas das transformações histórico-geográficas na apropriação dos espaços, a partir das intervenções urbanísticas realizadas pelo município com recursos públicos federais.

Localizada no noroeste do Paraná, a cidade de Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari e foi construída a partir de um plano urbanístico moderno para a época, realizado em meados das décadas de 1940

(LUZ, 1999). A especificidade desse estudo, porém, reside no fato de que, diferentemente do que ocorreu no período de fundação da cidade, a construção da via Contorno Norte foi realizada de forma inapropriada e reflete mais negativamente do que positivamente - não só para os moradores da região, mas também para a população como um todo.

A justificativa principal para a construção de tal via refere-se à eliminação de problemas de tráfego intenso existentes na Avenida Colombo. Por essa razão, o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (DERPR) desenvolveu o projeto chamado “Contorno Norte”, a fim de desafogar o trânsito na região central da cidade - mais precisamente da Avenida Colombo. Tal projeto previa a construção de um desvio de carros e caminhões para região norte da cidade, permitindo, assim, maior mobilidade nas vias centrais. No entanto, para que o Contorno Norte não interferisse no sistema viário local, a Prefeitura adequou o projeto tornando-o uma “via expressa” com controle de acesso. O plano inicial foi ajustada: pistas rebaixadas em relação à planície foram inseridas, deixando os moradores do entorno da obra isolados do restante da cidade e limitando, através de poucos pontos de travessia, o seu acesso à região sul (RODRIGUES et al., 2011).

A obra planejada pelo DERPR faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tal programa teve como objetivos: organizar as ações e metas do governo e investir em infraestrutura sociourbana, logística e energética do país, para, então, acelerar o desenvolvimento sustentável brasileiro (BRASIL, 2015).

Assim, o Contorno Norte por meio de captação de recursos do PAC, visa facilitar a interligação de importantes rodovias convergentes para a cidade, tais como a PR-317 (rota Norte/Sul), a PR-323 (rota Leste/Oeste-Sudoeste) e a BR-376 (rota Leste/Oeste-Noroeste). As obras do Contorno Norte de Maringá foram realizadas em duas etapas. A primeira foi iniciada em dezembro de 2008; e a segunda, em junho de 2012. Sua finalização ocorreu em 31 de outubro de 2014, com 17,2 km de extensão, seguindo o traçado da Avenida Major Abelardo da Cruz, com orçamento previsto de R\$193.450.000,00, mas atingindo orçamento final de R\$ 412.000.000,00 (BRASIL, 2015).

Mas, tal objetivo não condiz com o resultado dessas intervenções urbanas, pois o acesso dos moradores dos bairros às marginais do Contorno ficou restrito e adicionado ao processo de segregação urbana e à implantação de bairros

destinados à população de baixa renda. Isso tudo refletiu na vida das pessoas que ali residem, por instalar uma obra de tal magnitude em uma área que contempla a malha urbana devido ao crescimento e expansão da cidade para a região norte (FONTANA; VALLOTA, 2014).

Dessa forma, os problemas concentrados na Avenida Colombo, como poluição e ruídos, foram simplesmente transpostos para o lado norte da cidade. E isso traz implicações para o local nas condições em que a obra fora realizada, pois a justificativa para realização de tal construção não está relacionada apenas a aspectos viários, mas também a reflexos sociais, provocando múltiplos problemas para a região (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

Assim, nesta pesquisa, apesar da via toda contemplar uma malha viária de aproximadamente 17,2 km de extensão e conter 38 setores censitários segundo dados do IBGE (2010), as entrevistas realizadas concentraram-se apenas em dois bairros: Jardim Hortênciã e Conjunto Thais, respaldando-se a escolha, por se tratar de bairros que sentiram os maiores reflexos após a construção do Contorno Norte, considerando o fato que esses bairros são mais antigos e compõe o processo de expansão da cidade para região norte, conforme planejado ainda na década de 1980.

A partir destas concepções, constituiu-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como ocorreu a reterritorialização dos bairros Hortênciã e Conjunto Thais, pelos moradores, após o início das obras do Contorno Norte?

Para tanto, foram elaborados o objetivo geral e os específicos a fim de orientar a pesquisa.

Objetivo Geral:

Compreender como ocorreu a reterritorialização dos bairros Hortênciã e Conjunto Thais, pelos moradores após o início das obras do Contorno Norte.

Objetivos Específicos:

- descrever como ocorreu a produção do espaço urbano na cidade de Maringá, desde a sua fundação, com destaque ao entorno da obra Contorno Norte;
- analisar o Programa de Aceleração do Crescimento no que diz respeito às suas prioridades de investimentos na cidade de Maringá-PR;

- compreender como os moradores dos bairros Conjunto Thais e Hortência, do entorno do Contorno Norte, construíram suas reterritorializações ao longo dos anos.

As lacunas identificadas e trabalhadas nesta dissertação apontam para duas situações: os Estudos Organizacionais, por vezes, deixaram de contemplar os territórios como linhas de estudos, ou, quando o fizeram, não necessariamente relacionaram, de forma direta, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; há poucos estudos na Administração incorporando a noção de território, tema o qual, mesmo que ainda de maneira muito tímida e sem relacionar a análise dos autores da Administração com os autores de territórios, recentemente vem sendo incluído no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD).

Para a construção desta pesquisa, buscou-se correlacionar os Estudos Organizacionais aos estudos de territórios, de produção espacial e de empresariamento urbano. As organizações, como territórios, possibilitam compreender as dimensões econômicas, políticas e culturais atribuídas sobre o controle do espaço, produzindo territórios por meio das relações de poder (SOUZA, 1995).

Nesse sentido, este estudo possibilitou uma ampliação do conceito de organização e buscou novas compreensões as quais podem ser processadas mediante uma ruptura epistemológica que, por muitos anos, vem sendo internalizada nos estudos da Administração, enquanto forma hegemônica de impor uma única visão de organização.

Alcadipani e Caldas (2003) problematizaram a influência que a teoria e a prática gerencial tiveram na formação cultural dos Estudos Organizacionais no Brasil. Os autores discutem o modo pelo qual a “americanização” foi realizada no que diz respeito à forma de produzir um modelo de gestão que fosse “universal” e capaz de ser aplicado a qualquer tipo de organização, em todos os lugares do mundo, independentemente da sua dinâmica sociocultural, econômica e política.

Ibarra-Colado (2006) explica que essa “americanização” da gestão funciona como uma “colonialidade epistêmica”, generalizando diferentes realidades organizacionais e se associando a um único modelo particular de organização.

Assim, essa colonialidade representa a impossibilidade de apresentar qualquer outro tipo de realidade além da racionalidade instrumental e da lógica de mercado.

Dessa forma, confere-se que o termo “organização” é empregado de forma genérica a qualquer tipo de realidade organizacional, e, com isso, os diferentes tipos de realidade acabam não sendo considerados nas suas especificidades, tais como: Bairro, cidades, associações, corporações etc. Nesse sentido, evidencia-se que o termo empregado por meio da americanização da gestão no mundo negligencia uma série de problemas e contextos locais em diferentes lugares da América Latina (IBARRA-COLADO, 2006).

Nesse sentido, Misoczky (2006), no intuito de romper com a lógica do colonialismo epistemológico, resgata o pensamento pós-colonial de desenvolvimento na América Latina, em favor de uma ruptura com o sistema hegemônico e também em favor de uma descolonização da pesquisa acadêmica na região.

Já se realizaram trabalhos no âmbito dos Estudos Organizacionais e da questão da ruptura epistemológica que consideraram as especificidades locais, como o estudo de Shimada (2015), o qual buscou, por meio da territorialização, compreender o cotidiano das pessoas no bairro Santa Felicidade de Maringá-PR. Tal pesquisa logo concluiu que o sentido de territorialização passa-se em um momento de transição no qual os valores estão sendo esquecidos ou reconfigurados, muito diferente dos discursos das mídias locais, de cidade perfeita. Chagas (2014), em sua tese de doutorado, proporcionou, mediante pesquisa no polo naval na cidade de Rio Grande – RS, uma compreensão de como o Programa de Aceleração do Crescimento tem a capacidade de produzir e reproduzir espaços por meio do capital. Borges e Sela (2013), em seu artigo, objetivaram analisar como se constituíram dois arranjos de decisões políticas no campo da liberação de recursos federais para execução de obras públicas no município de Maringá: requalificação urbana no bairro Santa Felicidade e no Contorno Norte.

Diante disso, vê-se que, nesses trabalhos, diferentes dinâmicas organizacionais foram apresentadas com particularidades tipicamente brasileiras e, partir delas, explora-se um conceito de organização diferente daquele imposto no modelo hegemônico e americanizado de organização racional e hierárquica.

Olhar os Estudos Organizacionais a partir dessa perspectiva corresponde a uma fuga dos esquemas de classificação baseados na lógica hegemônica. Dessa maneira, confere-se que a abordagem territorial é um caminho para se compreender,

por exemplo, os conflitos e as relações de poder do velho recriado no novo, evidenciando a desterritorialização e a reterritorialização. Saquet (2009, p. 163) explica que, nesses processos, “há perda, mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais e elementos culturais que são reterritorializados”. Assim, há descontinuidade, há reprodução de situações que impactam na vida diária dos sujeitos sociais, sendo de fundamental importância compreender a processualidade e a simultaneidade dos acontecimentos presentes inerentes ao território, os quais caracterizam o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

E, por considerar assim a importância dos estudos em relação às cidades e aos indivíduos que a compõem, é essencial o desenvolvimento de pesquisas com o objetivo de analisar os reflexos de obras executadas que modificam o espaço urbano.

É necessário olhar para além dessas construções arquitetônicas e entender que tais alterações se relacionam diretamente com a vida de muitos moradores de seu entorno e também com a da população citadina com um todo. Nesse sentido, buscou-se a compreensão de como a construção em questão afetou a organização das pessoas, a vida dos moradores que residem no entorno e, desse modo, procurou-se também perceber as especificidades que vão além das formas organizacionais tradicionais, impostas no modelo hegemônico.

E é neste aspecto que esta pesquisa proporciona um avanço nas discussões dos Estudos Organizacionais na medida em que busca o entendimento de como os moradores das imediações sentem-se com relação a tal construção, analisando as modificações ocasionadas de forma material ou simbólica e revelando os aspectos econômicos, culturais e políticos envolvidos.

Assim sendo, a partir da problematização da pesquisa, pode-se afirmar que este estudo foi fundamental para se compreender as relações entre reterritorialização e a vida das pessoas que foram diretamente afetadas pela construção da via, devido a uma nova maneira de ocupação do espaço.

De modo específico, esta pesquisa evidenciou quais foram os reflexos da produção do espaço urbano na vida cotidiana dos moradores que estão localizados nas imediações do Contorno Norte. Além disso, também explicitou os reais interesses por trás das ações conjuntas realizadas pela parceria entre público e

privado – ações estas que viabilizaram a realização da obra com recursos públicos federais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com relação à organização desta pesquisa, destaca-se que esta foi dividida em seis capítulos. O primeiro deles refere-se à presente introdução; o segundo aborda as bases conceituais que nortearam e fundamentaram esta pesquisa; o terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que justificaram os argumentos teóricos utilizados; o quarto capítulo contemplando a caracterização da cidade de Maringá, bem como sua formação histórica ao longo dos anos; o quinto procede com a análise e interpretação dos resultados obtidos na pesquisa e, por último, o sexto traz as considerações finais, com o objetivo de delimitar a reflexão proposta e possibilitar também novas reflexões sobre a temática.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A produção do espaço é fruto das relações entre os agentes sociais que desencadearam o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização por meio das ações de poder. Nesse sentido, esta seção apresentará as bases teóricas que subsidiarão a análise do contexto do processo de territorialização, bem como a ênfase atual dada aos Estudos Organizacionais. Tal ênfase conta com as articulações existentes entre os diversos agentes produtores do espaço e suas relações com o empresariamento urbano, com a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, o que contextualiza as ações dos agentes produtores das cidades.

Dentro da noção de espaço, é fundamental entender se a racionalidade capitalista, que levou à necessidade de se construir o Contorno Norte de Maringá, irá refletir na reterritorialização dos moradores que produziram esse espaço ao longo dos anos – espaço em que se realizou uma obra de grandes proporções a qual cortou o interior de um perímetro com alta densidade demográfica. Assim, os conceitos tratados nesta pesquisa nortearão o cumprimento dos objetivos dessa dissertação.

As primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia, logo depois, no Vale do Nilo, em direção à região do Mediterrâneo e da Europa e, posteriormente, na China. Esse período foi marcado pelas atividades do homem na produção espacial mediante o cultivo da agricultura e o início das práticas comerciais. Embora tenham surgido aproximadamente em 3.500 A.C, o processo de urbanização teve o seu desencadeamento nos séculos mais recentes, em consequência da revolução industrial no século XVIII (ROSENDO, 2008).

Assim, a origem das cidades está ligada aos primeiros indícios que se estabeleceram com o florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, as torres, as praças públicas etc. Resultados de pensamentos e ações do homem ao longo dos séculos, muitas vezes, realizadas por meio de projetos. Do passado até o presente, a cidade passou a ser abordada em uma dimensão social e espacial, mas visualizada principalmente por meio do processo econômico e social (PESAVENTO, 2007).

Segundo Rolnik (2004), a cidade pode ser entendida como um espaço físico modelado pelo ser humano, onde se aglomeram pessoas com suas diversas formas

e manifestações de ordem cultural, espiritual, filosófica e econômica. Ainda segundo a autora, a cidade pode ser comparada a um ímã, no qual as áreas periféricas tendem a ir ao entorno dela, ou seja, ocupam um espaço que se aproxima da área rural até o momento que a cidade se torna um corpo único, unido ao perímetro rural.

Segundo Carlos (1992), a cidade adquiriu uma forma na existência da vida humana, expressando a produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pelas ações econômicas, sociais, políticas e culturais do sistema capitalista. Nesse sentido, Rolnik (2004) explica que as cidades tornaram-se descentralizadas no que tange aos moradores e, ao mesmo tempo, centralizadas no que se refere às ações de poder, as quais, por sua vez, determinam e legitimam as ações do poder público, enrustido por meio da influência da classe dominante.

Com a expansão do processo de urbanização, as cidades passaram, então, a atrair pessoas e, conseqüentemente, a se ter uma alta densidade demográfica. Com isso, surgiram inúmeras possibilidades de trocas entre os indivíduos. Desse momento em diante, as cidades começaram a se especializar e, assim, evidenciou-se a necessidade de trocas para se obter produtos que não se produziam antes, o que caracterizou a cidade como centro das atividades produtivas (ROLNIK, 2004).

Com o advento do capitalismo, houve mudanças no estilo de vida das pessoas. Essas, que antes dominavam o processo produtivo, passaram a vender a sua força de trabalho para garantir condições necessárias de sobrevivência para si e para sua família. E, assim, com a expansão dos espaços urbanos, diminuíram-se as distâncias entre as cidades e se revelaram as diferenças socioeconômicas na produção (GUIZZO; ROCHA, 2012).

No início do processo de urbanização, as atividades produtivas estavam intimamente ligadas aos locais dormitórios. Assim, a separação espacial, em termos de cidade, não existia, pois os aprendizes moravam junto com seus mestres, ou seja, “estruturas hierárquicas” distintas ocupando o mesmo lugar. Vale ressaltar que havia uma segregação elevada, todavia ela não era espacial, mas sim de vestimentas, hábitos etc. A partir da mercantilização da sociedade, do crescimento populacional e do aparecimento do Estado moderno, criou-se uma segregação espacial, destinando a força produtiva para as periferias e concentrando a nobreza nas regiões centrais (ROLNIK, 2004).

A construção das cidades não se separa dos aspectos materiais e de todas as suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais. Sob a lógica capitalista, o

sistema busca sempre encontrar novas estratégias de reprodução e acumulação de capital. É nesse intuito que as cidades foram se formando e desenvolvendo suas atividades, além da industrialização e incorporação de novas funções (GUIZZO; ROCHA, 2012).

E, assim, o capitalismo se reproduz nas cidades em função da imagem e por meio das paisagens urbanas. Dessa forma, são realizados diversos investimentos nas cidades, consolidando-as enquanto polo de desenvolvimento e atraindo o poder de capital – o que ocorre, principalmente, nas maiores cidades, gerando uma área de influência. Essa estratégia chama atenção de investidores - seja de pessoas físicas, seja de jurídicas - que adquirem bens e serviços e que realizam deslocamentos intraurbano e interurbano. Essa mobilidade que o poder de capital exerce na formação das cidades é diretamente influenciada por estratégias na produção e na formação do espaço urbano (GUIZZO; ROCHA, 2012).

Dessa maneira, o espaço urbano tem se configurado por meio de “novas formas”, as quais têm por objetivo a reprodução do capital, revelando para a sociedade uma imagem do espaço urbano travestida de local destinado ao consumo, como os *shoppings centers*, os hipermercados e os centros tradicionais. E, nessas ações, os produtores do espaço urbano realizam transformações segundo os interesses do poder de capital (GUIZZO; ROCHA, 2012).

É neste espaço articulado que se constituem as cidades - local de inúmeros interesses e atrativos, como o simples desejo de melhoria de vida e da mesma forma excludente, pois a cidade, como mercadoria, também mostra o lado cruel do espaço, devido ao jogo de interesses entre os agentes sociais, os quais nem sempre lutam pelos anseios da coletividade, modificando artificialmente o espaço antes natural (CORRÊA, 1995).

E, dessa forma, o poder está sob responsabilidade do Estado, que, por suas concepções, deve intervir a fim de administrar os interesses da cidade da melhor maneira possível, com objetivo de melhorar a qualidade de vida de toda a população cidadina. Entretanto, Rolnik (2004) salienta que, no atual modelo de sociedade adotado, existe uma clara divisão das atividades do Estado, o qual prioriza determinados setores da sociedade. Essa clara divisão de interesses tem como propósito beneficiar um grupo que está envolvido com as atividades administrativas da cidade, por meio de *lobbies*, direcionando as políticas públicas.

Ainda segundo a autora, em função das contradições existentes nas cidades, onde uma parte pequena da população oriunda da classe dominante beneficia-se sobre a grande população, cria-se uma condição de degradação das pessoas que vieram para a cidade com o intuito de trabalhar, pois, dessa maneira, a indústria apropria-se dessa necessidade de força de trabalho e a utiliza para produzir e para obter lucros, o que evidencia, assim, uma visão que se contrapõe à noção de cidade como espaço (ROLNIK, 2004).

Nesse sentido, é necessário conceituar o espaço urbano, visando a se estabelecerem algumas relações entre os agentes sociais e os reprodutores do espaço urbano. A primeira delas considera a produção do espaço urbano como consequência direta dos interesses e práticas sociais de cada um. A segunda diz respeito à ação humana na reprodução do espaço, a qual estabelece ligações entre os agentes sociais e suas práticas na produção do espaço.

2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AGENTES SOCIAIS

O espaço urbano é um local no qual as pessoas estabelecem as relações afetivas, ligando os grupos sociais entre si. As cidades surgem das atividades humanas socialmente organizadas, sendo a produção social de expressão espacial e territorial das sociedades que elas abrigam e expressando as contradições e os antagonismos da sociedade em geral. A cidade é um espaço que as pessoas utilizam para viver. No sistema capitalista, as cidades são divididas em duas dimensões, como base da produção econômica. A primeira dessas dimensões é uma atividade legítima, entendida como o espaço da vida; refere-se a praças, ruas e parques – locais que as pessoas utilizam para interagir umas com as outras no atendimento básico de suas necessidades de sobrevivência (CARLOS, 1999).

A segunda dimensão econômica contempla as cidades com um valor de troca, ou seja, na visão de quem utiliza as cidades o espaço é compreendido como um local onde os agentes podem monetizar a área em função do acúmulo de capital. Já aqueles que utilizam os espaços com valores da vida (primeira dimensão) visualizam as cidades como o seu modo de viver, isto é, não interessa o valor econômico, mas sim o espaço que o local proporciona para o atendimento das suas

necessidades básicas, são elas: conforto, saúde, segurança, lazer etc. (CARLOS, 1999).

Os agentes que ocupam o espaço urbano organizam e reorganizam o local de acordo com as condições econômicas e políticas que são determinadas pelo Estado para a formação de toda a infraestrutura necessária a fim de qualificar este espaço. E assim que se configuram as cidades: espaços urbanos que as pessoas utilizam para viver os dias de suas vidas e usufruir de tudo aquilo que elas podem lhes proporcionar. Contraditoriamente, nessa condição, a reprodução do espaço é direcionada exclusivamente pelas necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico de acumulação de capital, revelando aqui contradições que o capitalismo impõe em seu pleno desenvolvimento (CARLOS, 2013).

Em tal condição resultante do fator econômico, a acumulação tende a produzir uma racionalidade a qual Carlos (2013) chama de homogeneizante, que se realiza produzindo não só produtos e serviços, mas também a divisão e a organização do trabalho, além de comportamento e valores que criam a necessidade de consumo evidenciado na vida cotidiana das pessoas. E, dessa forma, a vida dos indivíduos apresenta-se como tendencialmente invadida por um sistema regulador em todos os níveis na produção do espaço que formaliza e liga as relações sociais, diminuindo-as de forma abstrata como consequência do modelo econômico.

Desse modo, Corrêa (2013) afirma que, além de objetos, a produção espacial revela uma forma de processo real e profundo de relações, modelos de comportamentos e sistemas de valores os quais se interligam entre os diversos membros que compõem uma sociedade e, neste processo, produzem os espaços em suas dimensões práticas. Aqui, os indivíduos entram em conflito em torno da produção e reprodução do espaço na sociedade, ou seja, na cidade, em função da ordem econômica de acumulação de capital.

A partir dessa reflexão, pode-se afirmar que, na definição conceitual de Corrêa (1995), o espaço urbano é tido como:

O conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1995, p. 7).

Corroborando com essa conceituação, Carlos (2013) explica que o espaço urbano é, então, uma abstração a qual envolve a reprodução das relações contraditórias sociais das cidades e pode ser definida ainda como condição e meio para instituição das relações sociais, revelando as condições da vida cotidiana e o modo com que a sociedade se apropria do espaço que utiliza para a sua produção.

Para compreender a produção do espaço urbano, é necessário afirmar que este processo tem origem na dinâmica de acumulação de capital, nas mais diferentes necessidades da sociedade e dos conflitos de classes que surgem dos interesses desses agentes. Dessa forma, segundo Corrêa;

Inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004, p. 11).

Sendo assim, Corrêa (2013) observou que são os agentes sociais que fazem e refazem a cidades. São considerados agentes: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo, as grandes indústrias, que necessitam de grandes espaços abertos para instalar as suas indústrias; b) os proprietários fundiários, que se encontram mais interessados no valor que a terra poderá lhe proporcionar do que no sentido de sua utilização para fins produtivos; c) os promotores imobiliários - especuladores de compra e venda de imóveis, que estão interessados no valor comercial da terra ou imóvel para fins lucrativos; d) o Estado, que é o principal interessado na organização do espaço público; e) os grupos sociais excluídos, que não têm poder de compra e nem renda para poder arcar com as despesas básicas de sobrevivência, o que acaba levando-os a uma condição de moradias sitiadas em favelas ou em conjuntos habitacionais fornecidos pelo governo. Essa concepção dos agentes defendida por Corrêa (1995) é determinante para identificar as estratégias utilizadas dentro do sistema capitalista na configuração do espaço urbano, impactando em ações que carregam uma herança de conflitos e desigualdades.

Na interpretação de Carlos (2013), a produção do espaço urbano deve estar elencada com os sujeitos da produção, que colaboram com as acepções citadas anteriormente e caminham na mesma direção e ao mesmo tempo, além de

apresentarem diferentes elementos. Assim sendo, os sujeitos da ação ficam relacionados da seguinte maneira:

O Estado, a quem cabe à dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Esses níveis correspondem àqueles da prática sócio-espacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realiza num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente em suas contradições (CARLOS, 2013 p. 64).

Os agentes sociais que fazem parte da produção social do espaço urbano estão ligados à formação espacial capitalista. Assim, segundo Corrêa (2013, p. 45), “o Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na quais diferentes interesses e conflitos se enfrentam”. Os conflitos gerados nas cidades são mediados pelo Estado, produzindo localizações pela disputa de territórios dentro do espaço urbano, o qual, por sua vez, é o conjunto de ligações, interligado pela infraestrutura das cidades.

A reflexão sobre o Estado é necessária para se compreender o seu papel enquanto agente legitimador do espaço urbano capitalista, evidenciando que o Estado é um dos agentes que produz o espaço social, mesmo que, por trás dessa concepção, exista uma classe que detém o poder com interesses privados (CARLOS, 2013).

Neste sentido, segundo Corrêa (1995), o Estado possui papel fundamental na produção das cidades. Dentre as principais funções, cabe destacar as questões de moradia, saneamento, educação, segurança etc. Porém, o autor ressalta que, dentre essas ações, muitas delas são exercidas sobre influência e marcadas pelos conflitos de interesse das classes organizadas e das alianças entre elas.

Assim, o papel do Estado na produção do espaço é contraditório: se, de um lado, o Estado é um agente produtor do espaço, de outro, sua atuação é exercida de

forma a privilegiar determinados grupos em razão de outros, pois, no Estado, concentra-se o poder, sobre a atuação das classes elitizadas (CORRÊA, 1995).

À medida em que a cidade cresce economicamente, a administração urbana pleiteia recursos para ampliar suas alianças e relações de poder, o que configura, assim, um ciclo vicioso no qual uma parcela significativa da sociedade perde, pois, as ações são executadas sobre a influência da classe dominante, em detrimento das ações que seriam de interesses dos moradores da cidade (CARLOS, 1992).

Com isso, a produção do espaço urbano se estabelece na vida cotidiana das pessoas e dos diferentes agentes sociais que são responsáveis pela reprodução de tal espaço. Então, os agentes possuem estratégias de apropriação do espaço e, assim, torna-se objeto conflitante entre os diversos agentes sociais (HARVEY, 1980). Dessa forma, esta dissertação fornece a compreensão da ocupação e dominação na produção do espaço na cidade, como local do viver.

Nesse local do viver, em sua dimensão prática socioespacial, a produção do espaço, revela, então, a realização da vida humana no cotidiano da sociedade, de modo que reproduz a vida nos modos de apropriação e utilização que a sociedade faz do espaço e, considerando que a utilização desse espaço pelas pessoas tem como consequência a reprodução, ele se revela na condição material, concreta e abstrata (CORRÊA, 2013).

Na condição material, o espaço se revela em uma dimensão física. Neste plano, o espaço físico é a localização que dá todo o aparato necessário para que, de fato, as relações sociais sejam concretizadas, orientando, assim, a vida. Além disso, o espaço é também o diretamente vivido pelas regras de conduta que normatizam a vida cotidiana. No modo concreto, a sociedade produz e reproduz tendo consciência da sua própria produção. Aqui, os sentidos destacam-se nas relações sociais e nas suas contradições, que incorporam a cultura da grande massa, acompanhada da falsa consciência deste processo. E, por último, o aspecto abstrato, revela os movimentos de passagem: 1) da produção à reprodução; 2) das contradições no espaço às contradições do espaço; 3) do consumo no espaço para o consumo do espaço; 4) da prioridade da venda dos terrenos urbanos na cidade para a venda da cidade (CORRÊA, 2013).

Nesse aspecto da produção do espaço à reprodução da cidade, trata-se, agora, de compreender a passagem da “produção do espaço” para a “produção da cidade”. Segundo Corrêa (2013, p. 162), “a produção do espaço, seja da rede

urbana, seja da interurbana, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica”. A produção do espaço urbano é realizada pelos agentes sociais que detêm interesses econômicos e práticas espaciais próprias, gerando conflitos e contradições em vários segmentos da sociedade. Posto isto, a cidade pode ser compreendida como um espaço de conflitos entre os diferentes agentes sociais e grupos que a compõem, com os seus mais diversos interesses por trás da produção social do espaço urbano.

E, dentro dessa perspectiva, é necessário pensar o processo de reprodução do espaço urbano e suas múltiplas dimensões. O sentido de cidade não pode ser reproduzido simplesmente em função de poder ou capital deixando de lado o aspecto humano da vida cotidiana que desponta como lutas pelo espaço (CORRÊA, 2013). Nessa perspectiva, o homem acaba sendo o centro da discussão na condição de sujeito. Na sociedade, o espaço produzido acaba por revelar uma contradição entre o palco da sociedade - que é socializada - e o espaço público, gerando conflitos nas sociedades de classes hierarquizadas.

A extensão do capitalismo, segundo Corrêa (2013), realizou um tipo de generalização do espaço como propriedade privada, revelando valores quanto a sua utilização e a seu valor de troca, com separação evidenciada entre espaço público e privado. De um lado, o Estado - que regula toda forma de ocupação - quer que o espaço seja homogêneo; de outro, o modo de apropriação privada quer se diferenciar. Esse desencontro de intenções acaba gerando, então, contradições que assolam a sociedade contemporânea.

Corrêa (2013, p. 69) menciona que “essas contradições nos levam a questionar as estratégias espaciais impostas pelo poder público com suas prioridades”. As relações entre o espaço urbano e a sociedade possuem um caráter histórico de interesses e estratégias nas relações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas e culturais, o que vem a implicar na maneira como a sociedade vai se envolver, pensar e sentir para produzir o seu modo de vida.

De modo histórico, o processo de reprodução espacial está diretamente ligado à possibilidade de ocupação de áreas como parcelamento de terras, sítios e fazendas, mas se depara com a existência de solo urbano na condição privada. Aqui, o espaço abundante - articulado pelas atividades econômicas e produzido socialmente - torna-se uma mercadoria de propriedade privada, impondo limites. Nesse aspecto, o espaço - “produto” da sociedade - entra em contradição com as

necessidades do desenvolvimento econômico sob a égide do capitalismo (CORRÊA, 2013).

Dessa forma, a contradição alimenta a discussão acerca da produção do espaço urbano, uma vez que o local torna-se privado, mas a produção realiza-se socialmente. Assim, o espaço vem a ser uma moradia do viver, embora seja predominantemente mediado pelo mercado imobiliário, que faz valer a lógica do valor de troca.

No entanto, a área não pode ser individualizada, pois é localizada graças à ação coletiva da sociedade, já que quem faz o entorno do espaço é a sociedade como um todo, formando um conjunto de relações econômicas coletivizadas. A localização é uma mercadoria que podemos comprar ou vender tendo qualidades diferentes, adquirindo valorização em função dessas qualidades e do valor coletivo produzido socialmente. Sendo assim, o espaço urbano é um produto do capitalismo, regulado e mediado pela normatização Estatal, ou seja, é beneficiado com dinheiro público, que é pago pela sociedade, gerando aqui uma das suas maiores contradições (HARVEY, 1996; 2005; VAINER, 2000).

Essa característica da localização ligada pela terra gera uma transformação da localização pela mercadoria nas cidades, gerando, com isso, disputas das cidades pelo “produto” e proporcionando valorização e lucros mediante a compra e venda por meio da especulação imobiliária. Essa especulação imobiliária faz as pessoas deterem o poder econômico e se beneficiarem com os movimentos de valorização realizados pelo governo - investimentos os quais deveriam ser acessíveis a todos, pois o governo trabalha com o direito de todos. Nessa situação, o Estado, como sujeito da ação, passa ter um trabalho essencial, porque ele é capaz de determinar o local em que haverá valorização. E o sujeito que possui informações privilegiadas, nesse caso, acaba se beneficiando em prol da sociedade (HARVEY, 1996; 2005; VAINER, 2000).

A luta pelo território¹ precisa ser travada, pois a inserção das pessoas nas cidades não é igual para todos. A clareza de acesso às cidades acaba sendo muito banal em função das condições de classe e de renda, pois as diferenças se dão muito em razão do sistema capitalista de acumulação de riquezas. A pauta do direito à moradia e direito à cidade deve ser acessível a todos, o que constitui uma luta de

¹ O tópico 2.4 aborda o conceito de Território elencado à noção de espaço.

classes para inclusão da função social da propriedade e para a inserção de uma série de instrumentos urbanísticos. Dessa forma, o direito à cidade, na visão de Harvey (2012, p. 74), está muito distante da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: “é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. A liberdade de construir um território e reconstruir é um dos processos mais negligenciados dos direitos humanos e dos direitos à cidade e à moradia.

Dessa forma, a apropriação e dominação do espaço urbano representam contradições e conflitos que refletem no espaço. Isso vem a caracterizar, assim, a materialização do espaço como produto comerciável, uma vez que faz a vida cotidiana tornar-se alvo de especulação capitalista apropriada pelos agentes sociais os quais, por meio do oportunismo, desejam adquirir algum tipo de vantagem pela lógica cumulativa de capital, em função da racionalidade limitada de outros agentes.

Diante dessa constatação do espaço - visualizado como mercadoria a partir da conceituação de espaço mediado pelos agentes sociais, o próximo passo refere-se ao fato de que é necessário buscar outras dimensões de análise da realidade. Dessa forma, objetiva-se iluminar conflitos que realçam o comportamento da sociedade, buscando fundamentos da produção do espaço como mercadoria alienada à sua forma percebida e aceita pela sociedade, mesmo que de maneira inconsciente.

2.2 ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA

Uma das principais formas de apropriação e dominação do espaço urbano é a caracterização do solo como mercadoria. Assim, o solo urbano é visto como uma mercadoria de troca, de utilização e de consumo do homem, conforme explica Harvey (1989, p. 133):

A mercadoria é um valor de uso, mas, como mercadoria, ela em si simultaneamente não é valor de uso. Não seria mercadoria se fosse valor de uso para seu possuidor; isto é, meio direto para a satisfação de suas próprias necessidades. Para seu possuidor é, ao contrário, não valor de uso, que é meramente o depositário físico do valor de troca ou simplesmente meio de troca. O valor de uso como ativo portador do valor de troca torna-se meio de troca. A mercadoria é valor de uso para seu possuidor somente na medida em que é valor de troca.

No sistema capitalista, o espaço urbano (ou o solo) é visto como uma mercadoria com valor de troca, ou seja, todos que a possuem esperam que o seu espaço seja valorizado, possuindo, então, um valor de utilização. Segundo Harvey (1989), deve-se levar em consideração várias características na precificação e valor de utilização do solo, tais como: localização fixa, ocupação do espaço, custo fixo, propriedade e utilização do solo.

O espaço, quando tratado como mercadoria, cria uma contradição por não revelar as suas especificidades, as quais são apropriadas pelos proprietários fundiários e especuladores imobiliários. Dessa forma, o valor do espaço não é identificado pelos indivíduos, pois está submetido à troca e à especulação. Segundo Carlos (1992, p. 193), a troca sobrepõe-se ao uso “num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferentes da sociedade”. Assim, a falta de espaço faz a população de baixa renda não ter acesso ao solo. Todavia, em contrapartida, permite aos agentes especuladores a geração de renda na valorização desses locais.

Essa síntese de pensamento também foi explicitada por Rodrigues (1989). Segundo tal autora, o preço da localização não é definido pelo valor da produção, mas sim pela maneira de utilização, pela valoração do capital em geral, e pela produção social. Dessa forma, todos os indivíduos que compõem a sociedade contribuem diretamente para a definição do preço da localização, pois atuam na valorização do espaço, ou seja, na produção da ocupação local. A verdade é que o preço final é determinado pelo mercado imobiliário, o que implica afirmar que o espaço não é acessível a todos os indivíduos que ali ocupam, uma vez que o direito de utilização se dá apenas pelo exercício de aquisição do terreno. Isso significa que quem não tem capacidade de compra suficiente também não possui o direito de acesso ao espaço urbano.

A realização do espaço como mercadoria, segundo Vainer (2000), tem ocorrido de várias formas. Uma delas, recente, refere-se a parcerias público-privadas que visam à reestruturação do espaço urbano com o objetivo de transformá-lo em um local que possibilite aos agentes obter alguma vantagem econômica. Em outras palavras, aspira-se à inserção do ambiente na nova dinâmica capitalista de reprodução e valorização do capital. Em função disso, a cidade capitalista pode ser considerada um local de situações que levam a processos

sociais diferentes. Dentre tais processos, podem-se destacar: o acúmulo de riquezas e a reprodução social, os quais têm grande importância na formação socioespacial, ou seja, os processos sociais criam funções e formas espaciais que levam à distribuição de localização de solos, criando a organização urbana das cidades.

Assim, uma série de medidas vem sendo tomadas pelos agentes urbanos, a fim de qualificar o espaço e se adequar a essa dinâmica econômica. Logo, as parcerias dos agentes públicos e privados são realizadas com os seguintes propósitos: realização de projetos arquitetônicos e qualificação dos espaços urbanos, como forma de mercantilizar as cidades por meio de instrumentos voltados à legalização das modificações realizadas no espaço urbano (ARANTES, 2000).

Contraopondo o sentido de cidade como mercadoria, foi elaborado o Estatuto da Cidade - resultado de lutas de movimentos sociais entre as décadas de 1940 a 1980. O Estatuto da Cidade foi realizado considerando a mudança do campo para as áreas urbanas marcadas por muitas desigualdades sociais - fruto do crescimento desordenado. Historicamente, houve muitas reivindicações populares pelo direito à cidade para todos. Tais reivindicações apresentaram-se com força, principalmente ao longo do período em que foi elaborada a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2015).

E, assim, após muitas atividades e participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa da igualdade de vida digna para todos, foram incluídos, na Constituição Federal, os artigos 182 e 183, que compõem o capítulo sobre política urbana. Porém, o Estatuto da Cidade surgiu somente em 1989, como um projeto de lei proposto pelo senador Pompeu de Souza. Entretanto, a transformação do projeto em lei deu-se apenas em 2001, mais de 12 anos depois, com a aprovação do substitutivo de autoria do então deputado federal Inácio Arruda. Sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tal Estatuto tornou-se a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2015).

O Estatuto das Cidades, por meio do artigo 182 e 183 de 1988, prescreve que o município - ente federado - deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é quem deve ordenar o sentido territorial das cidades, fazendo, assim, os imóveis cumprirem uma função social. Dessa forma, o Estatuto das Cidades define normas que devem ser utilizadas pelo Município ao elaborar as suas políticas urbanas, para

que, de fato, garanta uma cidade justa, na qual todas as classes sociais possam desfrutar dos benefícios da urbanização (BRASIL, 2001).

Dessa maneira, o Estatuto da Cidade define uma série de instrumentos que o Município detém para construir uma política urbana garantidora da função social da propriedade urbana e do direito à cidade. Estabelece também que a política urbana deve ser planejada no intuito de contemplar os planos de ordenamento envolvendo as escalas: nacionais, estaduais, regionais, metropolitanas, municipais e intermunicipais. No âmbito municipal, detalha que o planejamento elaborado deve apresentar os planos: urbano, ambiental, orçamentário, setorial e também o planejamento do desenvolvimento econômico e social, executado de forma participativa e discutido com todos os cidadãos (BRASIL, 2001).

Ainda no inciso sobre os institutos jurídicos e políticos, o referido Estatuto fornece aos municípios instrumentos que permitem:

Variadas formas de intervenção social sobre o livre uso da propriedade privada: desapropriação, servidão e limitações administrativas, tombamento, instituição de unidades de conservação, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e direito de preempção; – a regularização fundiária das ocupações de interesse social: concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e legitimação da posse; – a indução do desenvolvimento urbano e a redistribuição à coletividade dos benefícios decorrentes do processo de urbanização: outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, transferência do direito de construir e operações urbanas consorciadas; – instrumentos voltados para democratização da gestão urbana e do direito à moradia: referendo popular plebiscito, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (MARICATO Et Al, 2010, p 95).

Contudo, diversos projetos vêm sendo adotados pelos governos locais, das mais diversas orientações políticas, ajustando o modelo urbano aos processos espaciais. Segundo Corrêa (1995, p. 5), os processos espaciais e as respectivas formas são as seguintes: centralização e área central; descentralização e os núcleos secundários; coesão e as áreas especializadas; segregação e as áreas sociais; dinâmica social da segregação; inércia e as áreas cristalizadas.

A centralização e a área central contemplam o solo com a maior valoração comercial em função do acúmulo de pessoas com potencial consumidor, pois é no

centro da cidade que são exercidas as principais atividades comerciais e os serviços públicos, bem como a área de grande verticalização de imóveis e as empresas de transportes regionais e inter-regionais (CORRÊA, 1995).

Corrêa (1995) explica que a gênese da área central foi, de fato, percebida na época da revolução industrial, em função do aumento das indústrias que demandavam de uma malha de transportes a qual pudesse transportar as pessoas e os produtos industrializados. Assim é que foram, então, criadas as estações ferroviárias, as quais atraíam uma grande parte das pessoas que se deslocavam para ir e vir de seu trabalho. Isso fez com que os comerciantes se instalassem nas imediações da estação ferroviária, porque, naquele espaço, era grande a concentração de pessoas e de empresas comerciais que queriam ficar próximas às grandes massas.

Tal situação trouxe consequências para a sociedade, porque, com a alta procura por imóveis no centro da cidade, os preços do metro quadrado (m²) obtiveram uma significativa elevação, o que, por sua vez, encareceu também o custo das indústrias e, com isso, estas passaram a procurar locais mais distantes do centro da cidade, a fim de baratear os gastos com a fabricação de seus produtos. Houve, assim, uma busca por terrenos grandes e baratos, como alternativas mais viáveis de produção (CORRÊA, 1995).

Portanto, a descentralização e os núcleos secundários surgiram como uma forma das indústrias eliminarem os custos excessivos do centro das cidades. Segundo Corrêa (1995, p. 7), como já se afirmou, essa mudança ocorreu pelo aparecimento de situações que levavam as indústrias a buscarem regiões não centrais:

Fatores de repulsão da área central: aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central; congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas; dificuldade de obtenção de espaço para expansão; restrições legais implicando ausência de controle do espaço, limitando, portanto, as ações das firmas; ausência ou perda de amenidades. A descentralização verifica-se quando há ou são criadas atrações em áreas não centrais, como as seguintes: terras não ocupadas, a baixos preços e impostos; infraestrutura implantada; facilidade de transporte; qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; possibilidades de controle do uso da terra e amenidades (CORRÊA, 1995, p. 7).

A descentralização está diretamente associada ao tamanho das cidades, tanto em termos populacionais quanto espaciais. Com o tamanho territorial das empresas, não há mais justificativas para a indústria estar localizada no centro da cidade, pois, com seu tamanho e seu ganho de escala, permite-se que haja todo o processamento de industrialização dentro de suas instalações, eliminando os intermediários e facilitando o escoamento da produção. O centro da cidade possui grande concentração de transportes, o que dificulta a mobilidade da produção (CORRÊA, 1995).

No processo de coesão e nas áreas especializadas, um conjunto de empresas aglomeram-se em uma única área de grande fluxo de pessoas, para que as empresas estejam próximas dos possíveis consumidores, como no caso dos *Shoppings Center* em centros regionais especializados. Para Corrêa (1995), o processo de coesão pode ser definido como procedimento que leva as empresas a se localizarem juntas, gerando economias externas.

E, por último, a segregação e as áreas sociais: trata-se de um conjunto de pessoas dotadas das mesmas características sociais, que assumem novas dimensões sociais. Para Corrêa (1995, p. 10), “a segregação residencial é, em realidade, um processo em que se origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”. Em muitas cidades, são criados territórios com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, em função da disparidade de renda entre a população. Dessa forma, inicia-se um aglomerado de casas como consequência da pouca capacidade dessas pessoas em pagar um aluguel de uma casa residencial para morar e, assim, acabam vivendo desprovidas de qualidade e conforto.

A dinâmica social de segregação é uma característica própria do capitalismo, que privilegia quem tem mais poder aquisitivo em relação aos desprovidos de renda necessária para viver com dignidade. As pessoas que vivem em situação de segregação social são marginalizadas pelo restante da população; costumam ser visualizadas como se fossem um problema para a cidade ou região em termos econômicos. Nesse contexto, as regiões próximas têm dificuldade de crescer por causa do baixo valor econômico das terras, devido à proximidade com a área de segregação social. Em geral, nos contextos em que o poder público encontra a solução para essa situação, as pessoas são removidas de suas casas para outras

regiões habitacionais criadas e disponibilizadas pelo poder público, para que o local possa, então, ser valorizado pelos agentes imobiliários. Consequentemente, depois da remoção, são criados ali grandes condomínios de luxos para pessoas com alto poder aquisitivo. Dessa forma, fica clara a disparidade do tratamento do espaço urbano, uma vez que os benefícios não são para todos, mas a arrecadação de impostos é para todos (RODRIGUES, 2004).

No processo de inércia e áreas cristalizadas, os locais são preservados pela comunidade local, conforme pontua Corrêa (1995, p. 13): “o processo de inércia atua na organização espacial intraurbana através da permanência de certos usos e certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”. Essa realidade reflete as condições sociais e econômicas dos moradores da cidade, articulada com nível de isolamento das classes sociais.

Dessa forma, o espaço tratado como mercadoria é uma característica do capitalismo que vem se consolidando desde o último século, momento em que diversos processos de empresariamento têm sido impostos às cidades, como parte do processo de reestruturação da nova economia mundial, no qual as cidades são visualizadas sob a lógica capitalista na forma de mercadoria. Harvey (1995) denomina esse processo como Empresariamento Urbano, caracterizado pelas cidades para investir e não para viver, deixando de lado o bem-estar social da população em função exclusiva do lucro. E, dessa maneira, o entendimento da produção dos espaços que dão sentido às cidades é uma condição essencial para iluminar os conflitos que estão no seio da sociedade contemporânea (SOUZA, 2001).

E, contrapondo o sentido de espaço à noção de território, já há uma relação à exterioridade do sujeito no que tange ao espaço, pois não existe território sem sujeito e tal definição de espaço e território permite analisar o papel ativo na configuração espacial. Desta maneira, faz todo sentido analisar a construção de grandes arquiteturas urbanas dentro de um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que acontece na cidade e verificar a transformação econômica, social, cultural e política de um povo, na perspectiva dos Estudos Organizacionais.

2.3 EMPRESARIAMENTO URBANO

Essa seção tem como objetivo buscar elementos de práticas de gestão das cidades sob a justificativa de renovação urbana. Destaca-se aqui o empresariamento urbano, com a pretensão de demonstrar a importância adquirida pelo espaço na acumulação de capital e na reprodução do modo capitalista, elencadas as ações do poder público com a parceria do setor privado no âmbito urbano. À medida que são realizadas intervenções sem que antes haja, de fato, a consulta pública que prevê os anseios de toda a comunidade local, as ações estruturantes do poder público são um ponto chave para compreender os interesses subjacentes a esse processo.

Desde a Constituição de 1988, quando os municípios brasileiros passaram a ser um dos quatro entes federados, as cidades começaram a atuar respondendo diretamente pelas suas estratégias de gestão pública e implementando modelos estratégicos em seus planos de gestão (ARAUJO, 2011).

Os modelos de gestão começaram a ser aplicados, levando em consideração o empresariamento urbano ou “empreendedorismo urbano”, que visava à melhoria das atividades governamentais direcionadas às cidades, isto para resolver os principais problemas em termos de recursos e de desenvolvimento urbano (HARVEY, 2005).

Dessa forma, surgiu a necessidade, nos gestores urbanos, de conseguirem novos investimentos econômicos e, como consequência desse novo processo, além dos administradores urbanos atuarem na gestão das cidades, eles também passaram a consolidar processos de competitividade para atrair parcerias privadas. Assim, devido ao sistema capitalista atuar com a lógica econômica de circulação e acumulação de capital, várias estratégias de produção e reprodução do capital são colocadas em prática pelos agentes em todas as dimensões econômicas na construção das cidades (HARVEY, 1996).

No ponto de vista de Arantes (2000, p. 89), o “conceito de cidade e, com ele, os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios à transformação da cidade em sujeito/ator econômico”. Assim, a cidade é estabelecida por meio de estratégias de marketing urbano, acompanhadas de uma política que incorpora a cidade no mercado global. Nessa lógica, administra-se o local público como se fosse uma empresa.

E, com essa ideia de cidade como sujeito/ator econômico, de acordo com Harvey (1996), a gestão urbana das cidades, a partir do ano de 1985, deu um grande passo em direção a mudanças na administração urbana, tendo como marco inicial um encontro em Orleans, que reuniu acadêmicos, empresários e políticos de oito grandes cidades e de sete países de economias mais avançadas.

Nesse encontro, os países chegaram a um consenso de que os governos urbanos tinham de ser mais arrojados no sentido de buscar soluções para explorar comercialmente todos os tipos de possibilidades que as cidades poderiam oferecer com vistas a amenizar os impactos que a recessão de 1973 causou nos países. O único ponto divergente no debate era acerca da forma como essas mudanças iriam acontecer.

Segundo Harvey (1996, p. 49),

Deveriam os governos sustentar ou até mesmo ter um papel direto na criação de novas empresas e se tal, de que tipo? Ou deveriam lutar para perseverar ou mesmo assumir fontes de emprego ameaçadas e, se tal, quais? Ou deveriam ainda, simplesmente, se ater à provisão da infraestrutura, de projetos de caráter local, incentivos fiscais e atrações culturais e sociais que remodelariam antigas formas de atividade econômica e atrairiam novas?

A mudança do gerenciamento urbano para empresariamento, a partir de então, tornou-se uma discussão recorrente, tendo relação direta com a crise que atingiu as economias capitalistas na década de 1970, quando aconteceu a recessão econômica. Segundo Harvey (1996, p. 70), a crise estava ligada à “desindustrialização, ao desemprego, à austeridade fiscal, ao neoconservadorismo, ao forte apelo à racionalidade do mercado e da privatização, ao declínio do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, entre outros fatores, que acabam por colocar as cidades em âmbito de crise socioeconômica”.

Assim, para o autor, os investimentos estão cada vez mais ligados à forma de negociação entre o poder público e o capital financeiro internacional, que fazem com que a cidade se torne uma atratividade local para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1996).

De acordo com Harvey (1996), as cidades, então, passaram a ser observadas dentro de um contexto de competição interurbana, reduzindo as barreiras espaciais de acesso a recursos e a empregos. Assim, a qualidade do espaço ganhou destaque no contexto das cidades no cenário econômico global. A qualidade das

idades domina as práticas e o cotidiano das pessoas, conduzindo as ações em uma cadeia de reações subsequentes, que passa a ser decisiva na atração do capital com foco no desenvolvimento capitalista, isto é, atraindo-se mais empregos, investimentos e turismo e afeta-se diretamente a forma como os indivíduos consomem e aspiram às percepções - advento da experiência urbana.

Assim, conforme menciona o autor, essa transformação urbana teve várias implicações econômicas. Segundo Harvey (1996, p. 51), “a mudança da gestão urbana em direção ao empresariamento tem, então, que ser analisada em diferentes escalas espaciais: bairro à comunidade, subúrbio à região metropolitana, da região, estado nacional e assim por diante”.

Nessas escalas espaciais, deve-se olhar para a formação de alianças de classes e para a formação de frentes de coalizões políticas para os tipos de empresariamento urbano. Em termos, a formação de coalizões políticas tem como objetivo direto o desenvolvimento econômico das cidades, a fim de atrair fundos de investimentos no sentido de angariar fontes geradoras de novos empregos, tornando as cidades mais atrativas do ponto de vista capitalista. Nesse sentido, os governos têm como papel principal a agilização dos interesses estratégicos do desenvolvimento econômico. Assim, o poder de organizar o espaço em prol do sistema capitalista advém dos interesses dos diversos agentes sociais e, dessa maneira, o processo se torna tão conflituoso, quanto mais variada à densidade social no espaço urbano (HARVEY, 1966).

O poder de organizar o espaço remete ao fato de que as diversas forças organizam-se em um processo que fica mais conflituoso à medida que a densidade social em um espaço ecológico torna-se mais diversificada. Harvey (1996, p. 52) explica que “em uma região metropolitana como um todo, temos que olhar para a formação de coalizões políticas e para a formação de alianças como base para qualquer tipo de empresariamento”. Dessa maneira, as coalizões configuram-se como práticas muito delicadas e complicadas, pois abrem caminho para indivíduos com visão, tenazes e hábeis - como um prefeito carismático, por exemplo, elevarem o ambiente natural e o tipo de empresariamento urbano, para moldá-los com objetivos particulares (HARVEY, 1996).

As relações socioespaciais no capitalismo resultam no que Harvey chama de “coerência estruturada”, ligada diretamente à constituição e ao consumo de um

determinado espaço pelo capital. E, dessa forma, a coerência estruturada é formada pelos seguintes fatores:

1. as formas e as tecnologias de produção: padrões de utilização de recursos pelas conexões interindustriais, formas de organização, tamanho das empresas;
2. as tecnologias, as quantidades e as qualidades de consumo: o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores quanto dos capitalistas;
3. os padrões de demanda e oferta de mão de obra: hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta destes; e
4. as infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2005).

Assim, a organização do espaço decorre do fato de grande parte ser realizada via tecnologia de produção e organizacional. E o território em que prevalece essa coerência estruturada define-se como “um espaço em que o capital pode circular sem os limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário sendo excedido pelo custo e tempo do movimento” (HARVEY, 2005, p.146).

Uma definição alternativa citada por Harvey (2005, p.146) seria “o espaço a quem prevalece o mercado de trabalho relativamente coerente,”, ou seja, o espaço em que a força de trabalho, portanto, pode ser alterada em uma base diária, definida como custo e tempo diário com um princípio de desagregação extremamente importante sob o capitalismo.

Harvey (2005) explica que essa coerência estruturada decorre de maneira muito mais formal com a presença do Estado, uma vez que este tem o poder regulatório de legitimar os processos de trabalho, as condições de mobilidade e de remuneração da força de trabalho e, certamente é quem dá a palavra final sob a forma reguladora de exercer as políticas sociais, a fim de investir fazendo uso de recursos provenientes do excedente de capital por ela absolvido. E, portanto, a coerência se firma, mesmo que informalmente, por intermédio da cultura e das consciências: nacional, regional e local.

O Estado, então, permite que o projeto da cidade torne-se uma disputa entre diferentes interesses dos agentes sociais que a compõem, pois a atividade de empresariamento, precisamente com a parceria público-privado, possui características especulativas e apresenta consequências inerentes a empreendimentos imobiliários com interesses privados em decorrência de empreendimentos planejados racionalmente. Assim, o setor público assume o risco de que os agentes privados fiquem com os benefícios pertinentes à iniciativa

pública. Tal iniciativa, no entanto, deveria ser difundida socialmente e não em benefício individualizado, como ocorre em consequência do empresariamento urbano (HARVEY, 1996).

Contudo, tais empreendimentos são apresentados como benefícios para a população em geral, sendo um dos principais argumentos da gestão pública na execução dos empreendimentos. Porém, na maioria das vezes, segundo Harvey (1996), a forma assumida é que os benefícios gerados são mais restritos do que o alcance amplamente divulgado, o que leva à distorção do foco da atenção para problemas que, de fato, contemplam a região ou território como um todo.

Para Vainer (2000), “[...] ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e da execução de suas ações” (VAINER, 2000, p. 86). Dessa forma, idealizar o empresariamento urbano é colocar em prática o fato de construir uma cidade (espaço das relações sociais) com investimentos recebidos voltados apenas para a lucratividade e para o bem de capital. O conceito de cidade, como ambiente de produção das relações sociais, no qual as pessoas constroem as suas vidas e convivem umas com as outras, perde-se nesse caminho do desenvolvimento econômico, que tem como objetivo apenas receber investimentos.

Harvey (1996) ainda destaca que a reificação (a coisificação) da cidade - quando combinada com uma linguagem que vê o processo urbano mais com um aspecto ativo do que passivo do desenvolvimento político econômico - coloca sérios problemas e dá a impressão de que a “cidade” pode ser um agente ativo que não passa de mera “coisa”. Assim, conforme destaca Vainer (2000), a cidade é vista como um agente que suave e sutilmente, desliza para uma analogia de cidade-empresários, redefinindo novos conceitos para a visão de cidade. Em outras palavras, nessa visão, aborda-se a cidade como um ambiente onde os atores econômicos locais estão mercantilizando os espaços em prol de uma nova ordem econômica na qual os sujeitos privados se apropriam dos instrumentos públicos em benefício próprio.

A visão reificada de cidade considera que os interesses políticos e econômicos dos agentes, considerados no aspecto “ativo” das cidades, sobrepõem-se aos interesses dos agentes sociais como espaço de lutas e apropriação do espaço urbano. Assim, ao pensar a cidade como um agente, os interesses das

classes predominantes são vistos como interesses das cidades. Por exemplo, todos os investimentos e beneficiamentos realizados pelo poder público em um determinado espaço urbano, favorecendo a ação dos especuladores imobiliários são vistos como interesses da cidade, uma vez que o poder público estabelece parcerias com o agente privado em relação aos interesses em comum (HARVEY, 1996; 2005).

Dentre muitos autores que compartilham das ideias de Harvey, Arantes (2000) também destaca que as cidades buscam, a todo o momento, manter certo grau de atratividade, para que possam manter o espaço em pleno crescimento nos mesmos moldes de interesses de uma empresa privada.

Tais afirmações também podem ser percebidas quando Harvey (1996) explica que o empresariamento urbano implica, contudo, em algum grau de competitividade interurbana, na qual a cidade busca criar uma imagem de uma empresa de sucesso. Logo, o poder público vende a ideia de que os espaços urbanos não estão sendo ocupados de forma hegemônica pelo poder de capital que se apresenta e se impõe, fazendo com que se transmita aos indivíduos que compõem o espaço urbano um sentimento voltado à pátria, ao orgulho e à lealdade com o ambiente vivido, o que representa, na verdade, um processo de alienação.

Nesse sentido, se o processo de empresariamento urbano se apoiasse, por exemplo, em uma estrutura de competição interurbana por recursos, empregos e capital de somatória zero, então, mesmo os governantes municipais socialistas “mais resolutos e vanguardistas fariam, no fim, o jogo capitalista, desempenhando o papel de agentes disciplinadores em relação aos próprios processos que estão tentando resistir” (HARVEY, 1996 p. 50).

Assim, certas circunstâncias, quando adequadas ao empresariamento em relação à competição interurbana, poderiam abrir um caminho que não fosse de somatória zero. Vainer (2000) apoia-se na ideia de que não há como desconhecer a centralidade de competição entre cidades, pois esse modelo naturalmente passa a contemplar um plano estratégico no mesmo formato das empresas privadas, comercializando os espaços urbanos por meio do patriotismo cívico.

Harvey (1996), nesse sentido, identifica, no processo descrito como de competição entre territórios e regiões, um mecanismo que leva as cidades a se alinharem “à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 1996, p. 56). Dessa maneira, o questionamento da visualização das cidades como

mercadoria se dá no exato momento em que a esta passa a imagem de cidade travestida de empresa.

Contudo, Vainer (2000, p. 77) explica essa analogia entre cidade-empresa: “esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa”. Assim, outra característica que pode se mostrar importante na análise é a imagem de cidade como empresa que tem como noção principal a parceria público-privada, elemento central nessa visão da gestão urbana.

Nesse contexto, a cidade é vista como um espaço com características de mercadoria e, em tal condição, Vainer (2000), então, questiona o que é que, afinal de contas, vende-se quando se propõe a venda de uma cidade. A resposta, segundo o autor, não é uma tarefa fácil de ser elaborada, pois, na verdade, depende de quem se destina a ser o comprador.

Vainer (2000) destaca, portanto, que as características dos compradores visados e os atributos que seriam vendidos poderiam ser destinados, por exemplo, a idosos que podem querer um ambiente calmo; a religiosos que podem buscar um espaço com características de retiro e prece; ou a jovens, que, em geral, preferem locais de entretenimento e de lazer.

Assim, a venda da cidade pode ser a venda desses atributos específicos que contemplam, de uma maneira ou de outra, características valorizadas de espaços que tenham atributos valorizados, tais como: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento de investidores, torres de comunicações e comércio, segurança etc. (VAINER, 2000).

E, nesse sentido, Borja e Castells (1997) complementa:

Tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados, organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial de inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 37).

A representação da cidade, como mercadoria, coexiste, portanto, segundo Borja e Castells (1997), como sujeito sintático. "As cidades em competição buscam, por todos os meios, aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão" (BORJA; CASTELLS 1997, p. 33).

Essa cidade, portanto, que saiu da forma passiva de objeto, ganha, assim, uma nova forma: a de empresa, para atrair grandes investimentos em certo sentido de cidade empresa - condição que constitui a possibilidade de transposição do planejamento estratégico do território para planejamento de corporação privada para o público (VAINER, 2000).

E, agora, então, os neoplanejadores espelham-se em uma empresa, unidade de negócios - para conceber a cidade no contexto de mercado no sentido de tomar decisões e agir, a partir das informações e expectativas do mercado. E, assim, a ideia de cidade-empresa demanda atuação como agente econômico que exerce atividade no mercado no sentido empresarial. A lógica desse novo conceito, então, impõe novos atores que são protagonistas das ações e decisões em relação ao mercado, e, desse modo, a parceria público-privada irá assegurar que os sinais e os interesses dos mercados sejam seguidos e adequados aos interessados ao jogo (VAINER, 2000; BORJAS; CASTELLS, 1997).

A parceria público-privada é integrada de maneira que a utilização das ferramentas públicas locais seja realizada para pleitear financiamentos de investidores externos. Na visão do poder público, essa ação poderá proporcionar novos investimentos e a criação de empregos. A atividade dessa parceria público-privada tem como objetivo a caracterização da cidade como empresa, pois apresenta ações especulativas e sujeitas a ações dos agentes imobiliários, além de empreendimentos pontuais locais no ambiente específico como citado por (HARVEY, 1996). Posto isto, o empresariamento tem a caracterização voltada para economia política do espaço urbano, ou seja, não vai ao encontro dos antigos projetos sociais das cidades, nos quais o ponto principal seria a melhoria das condições de moradia, trabalho e jurisdição específica.

Projetos de melhoria da imagem de cidades (...) através da construção de centros culturais, comerciais, de entretenimento, de escritórios pode ter efeitos benéficos em toda uma região metropolitana. Tais projetos podem assumir um significado de escala metropolitana na ação público-privada e permitir a formação de coalizões que se sobreponham às rivalidades de tipo centro-subúrbio

que caracterizaram as regiões metropolitanas em processo de gerenciamento (HARVEY, 1996, p. 53).

Por meio desta perspectiva, Harvey (1996) pontua cinco estratégias utilizadas pela administração urbana no processo de empresariamento que justificam as considerações específicas. Porém, o autor explica que a junção das características é que fornecerá a chave das rápidas mudanças no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos do mundo capitalista avançado.

A primeira estratégia é a competição no quadro da divisão internacional do trabalho, que possibilita a exploração de vantagens na produção de bens e serviços. Contudo, Harvey (1996) constata que algumas dessas vantagens são elaboradas mediante os investimentos públicos e privados sob a forma de infraestrutura das cidades e regiões metropolitanas, como exportadoras de bens e serviços. As intervenções também podem estimular a geração de novos empregos e o desenvolvimento de novas tecnologias, por meio dos incentivos locais e fiscais para empresas instaladas.

Entretanto, diante dessa primeira estratégia, Vainer (2000, p. 87) questiona “como assegurar que a cidade-empresa, planejada e gerida estrategicamente como uma empresa, alcance a eficácia, isto é, a produtividade e a competitividade que se espera de uma empresa?”. Segundo o autor, a melhor maneira de alcançar a eficiência é deixar a responsabilidade empresarial nas mãos de quem entende, ou seja, nas mãos dos empresários e cuidar somente da administração urbana, atendendo aos interesses da coletividade.

A segunda estratégia está relacionada ao poder que a região urbana possui em aumentar a sua competitividade em função da divisão espacial do consumo (HARVEY, 1996). Nesse sentido, para Harvey (1996), ressalta-se o poder de atrair um público para consumo em questões como, qualidade de vida, valorização do espaço, inovação cultural e qualidade de vida no espaço urbano. A adoção de estilos pós-modernistas de arquitetura em estádios esportivos, *shoppings centers* e espetáculos urbanos fazem com que as estratégias de renovação urbana sejam, de fato, articuladas, o que pode promover, assim, a imagem da cidade e atrair um público específico.

Os estudos de Harvey vêm ao encontro das ideias de Vainer (2000), no sentido de mostrar que:

Se durante longo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a nova questão urbana teria, agora, como nexos central a problemática da competitividade urbana (VAINER, 2000, p. 77).

Para criar condições de renovação urbana acerca da competitividade, Harvey (1996) cita os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos, países que utilizaram o setor turístico para melhorar as condições competitivas locais. Com o intuito de gerar renda e possibilitar novos empregos em áreas onde o desemprego dominava, o turismo trouxe impactos com efeitos secundários pelas melhorias generalizadas do ambiente. As obras realizadas para melhorar o ambiente e atrair turistas também tiveram impacto positivo na vida da população local, atraindo, inclusive, novas empresas. Com isso, verifica-se que vantagens específicas de cada cidade são capazes de identificar amostras estruturais do que exatamente às engrandeceram.

A terceira estratégia, de acordo com Harvey (1996, p. 55), “consiste em assumir o controle e funções de comando de altas operações financeiras, de governo ou de centralização e processamento (inclusive a mídia)”. Funções desse tipo necessitam de uma provisão de infraestrutura específica e frequentemente cara. Assim, essas funções fazem com que a cidade do futuro seja uma cidade-informação, pós-industrial, baseada em exportação de serviços financeiros e de informação.

A quarta estratégia diz respeito aos limites da competição na redistribuição dos excedentes dos governos. Segundo Harvey (1996), a base são os exemplos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, onde houve o redirecionamento de fontes de financiamento e todos os esforços para cortar os fluxos de financiamento em áreas como educação e saúde, por exemplo. Isso aqui é praticamente impossível, uma vez que as cidades não sobreviveriam sem os repasses dos governos federais. Nesse ponto é que as cidades fazem as alianças com as empresas dominantes para angariar fundos para a sobrevivência urbana.

Dessa forma, Harvey (1996, p. 56) explica que “a redução de barreiras espaciais, a circulação de bens, pessoas, dinheiro e informação” contribuem para qualificar a importância do espaço urbano e fortalecer a competição entre as cidades, os estados e as regiões urbanas. Assim, a gestão urbana tratou de prover um clima que pudesse ser favorável para essa nova forma organizacional das

idades, voltada para os negócios, exploradora do espaço urbano e com vistas ao alto consumo de todos os tipos de atrativos para cidade.

Outra iniciativa mencionada por Harvey (1996) foram as implicações macroeconômicas e locais do empresariamento e do fortalecimento das competições interurbanas.

(...) a competição interurbana e o empresariamento abriram o espaço urbano dos países capitalistas avançados a todos os tipos de novos padrões de empreendimento imobiliário, mesmo que o resultado “líquido” disto tenha sido a reprodução em série de parques de ciência, da elitização de bairros, de centros de comércio internacional, de centros culturais e de entretenimento e de shopping centers de grande escala com fachadas pós-modernas. A ênfase na produção de um bom clima local de negócios enfatizou a importância da localidade como lócus de regulação da provisão de infraestrutura, das relações de trabalho, dos controles ambientais e mesmo da política tributária, face ao capital internacional (HARVEY, 1996 p. 57).

A concorrência interurbana estabelece as decisões políticas das gestões administrativas urbanas. Com isso, o espaço urbano passa a contemplar um padrão de crescimento favorável aos negócios com investimentos externos - consequências do empresariamento urbano. Como resultado desse processo de parceria público-privada, tal empresariamento vem a gerar a desigualdade social e a pobreza, contribuindo com o empobrecimento das classes trabalhadoras a custos do consumo coletivo local (HARVEY, 1996).

Todavia, Harvey (1996, p. 59) reconhece também que o empresariamento pode trazer consequências mais sutis, tais como “encorajar o desenvolvimento de determinados tipos de atividade e de esforços, com maior capacidade focalizada”; “elevar o valor das propriedades: de base tributária, de circulação local de renda e (a mais esperada das consequências da lista precedente) alavancar o crescimento do emprego”.

Harvey (1996) argumenta que esses investimentos são altamente especulativos. O autor apresenta, entre outros exemplos, a preparação de um país ao se candidatar para sediar os jogos olímpicos, pontuando que o custo de preparo do evento é muito caro e poderá não valer a pena o “legado” que o pré e/ou pós-evento podem proporcionar. No entanto, todos os projetos envolvem riscos, além de serem muito atrativos, pois proporcionam uma poderosa ferramenta para a criação de uma imagem positiva do espaço urbano.

[...] investimentos nestes tipos de projeto parecem exercer uma atração tanto política como social; na realidade, a venda da cidade como um espaço para atividades depende muito da criação de um imaginário urbano atraente. Lideranças da cidade podem considerar o desenvolvimento espetacular como “um líder de gastos”, para atrair outras formas de desenvolvimento. Parte do que temos visto nas últimas duas décadas é a tentativa de construir um imaginário físico e social de cidades adequadas para estes propósitos competitivos (HARVEY, 1996, p. 60).

Mas, em relação aos fatores positivos obtidos nesse ponto, ressalta-se que projetos assim não alcançam toda a população, por deixarem de lado muitos problemas sociais pelos quais a região possa ser afetada e desviando, dessa maneira, a atenção ao que, de fato, deveria ser a prioridade no momento. A partir desses levantamentos, Arantes (2000) pontuou que o sucesso do plano desse tipo de evento mobilizado pelas Olimpíadas logo se tornaria um ingrediente indispensável nessa fórmula, ou seja, rapidamente essa situação estimularia novos urbanistas das administrações dos países a pleitearem os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo e a participarem não só desse novo modelo ou ordem global, mas também deste processo de negociação que resultará em uma nova imagem da cidade.

Em situações de empresariamento, segundo Harvey (1996), dois aspectos importantes podem ser observados, quando a gestão urbana é tratada como negócio. Primeiro porque a cidade passa a ser vista como “mercadoria” e segundo porque a cidade possibilitaria condições para acumulação de capital.

Na interpretação de Vainer (2000, p. 18), “talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”. Dentro dessa nova realidade, o Estado deixa de atuar com sua capacidade reguladora em prol dos interesses coletivos, adotando medidas que deixam de lado o aspecto social e consideram os indivíduos como meros consumidores. E aqueles que não compartilham desse modelo não entram nos planos de tal urbanismo capitalista imposto.

No entanto, esse novo modelo de gestão urbana implicaria no que Vainer (2000) vem a considerar como “Marketing Urbano”, impondo-se cada vez mais no que diz respeito ao planejamento e à gestão das cidades. Essa lógica de tratar o

espaço urbano como terra de oportunidade de excelentes negócios estimula a especulação imobiliária e faz com que o mercado expulse os moradores das regiões mais valorizadas para as regiões periféricas.

Assim, uma das principais características da cidade como mercadoria é a parceria com o mercado externo, centralizado na valorização do espaço territorial, pois as cidades não querem imigrantes pobres; as cidades desejam visitantes com alto poder de investimento (VAINER, 2000). Portanto, a vida nas cidades se mercantilizou, transformando o espaço urbano em um espaço de segregação social, no qual boa parte da cidade - com localização mais valorizada e com toda a infraestrutura necessária para garantir os itens básicos de vida, como saúde, segurança e alimentação - tornou-se de acesso somente de quem possui capital. Enquanto isso, os bairros mais afastados e de difícil ocupação são destinados ao público com baixo poder de capital e levam à formação de favelas desprovidas de condições básicas de sobrevivência.

O capitalismo trata o espaço urbano como mercadoria, ou seja, o proprietário da terra estipula um preço para a sua utilização pelo capital ou pelos indivíduos que desejam usufruir do local. A utilização da terra pelo capital permite que seu uso seja idealizado seguindo critérios capitalistas, deixando os indivíduos sujeitos às regras de capital e criando, dessa maneira, cidades para se investir e não para viver. E o espaço tratado dessa forma, com a colaboração público-privada, encobre o fato de os governos investirem nas cidades, mediante a forma travestida de lógica empresarial e especulativa, cujos recursos são oriundos dos contribuintes compartilhados e os benefícios são apropriados pelos promotores do projeto de mercantilização do espaço urbano (HARVEY, 2005).

Essa colaboração entre público-privado - que Harvey (2005) chama de empresariamento urbano, com ênfase nos projetos urbanos e no espaço tratado como mercadoria - seria um local de consumo, ao invés de um lugar de produção do espaço. Com ele, o poder público buscaria adequar-se a um contexto internacional cada vez mais instável e competitivo.

Logo, Harvey (2005) compreende o espaço geográfico como multidimensional e criado historicamente por cada sociedade. O autor o entende como espaço da vida, com vínculos: materiais, políticos, econômicos e culturais, onde o meio de produção de cada sociedade irá determinar a produção espacial. Isso resulta em

uma nova dimensão social, elencada diretamente com o desenvolvimento e refletindo a apropriação do espaço nas lutas de poder e na formação de territórios.

E, nessa perspectiva, observa-se que território e espaço, apesar de serem elementos indissociáveis, não são considerados como sinônimos, pois o território é o resultado da espacialização difundida pela sociedade. Assim sendo, será necessário compreender esses conceitos a partir de alguns autores que produziram reflexões teóricas acerca dessas categorias de análise geográfica fazendo uso de avanços teóricos no entendimento de uma posição emancipatória dos conceitos clássicos da geografia, principalmente, a partir das construções teóricas de Raffestin (1993), Souza (1995), Haesbaert (2007) e Saquet (2013).

2.4 TERRITÓRIO

Nessa seção, o objetivo será conceituar e trazer as principais definições acerca de território, a partir de distintas correntes. É essencial entender que, apesar de território e espaço não serem sinônimos, esses conceitos são indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço e, portanto, o estudo deve pressupor que a análise do território deve ter como referência o espaço - daí a indissociabilidade entre os conceitos de território e espaço.

Dessa forma, o espaço é uma realidade que está em constante processo de transformação, em função da construção do espaço coletivo que se inicia na apropriação, transformação e utilização do território. E, assim, o espaço produz uma mudança social que origina territórios e acompanha sua evolução, o que caracteriza o passado, o presente e o futuro, por meio de forças que influenciam na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Portanto, espaço e território são conceitos chaves, complementares e interdependentes, mas, para se compreender território, antes é necessário buscar elementos constitutivos do conceito de espaço e também da relação espaço-tempo. O termo território vem do latim, *territorium*, que deriva de terra e significa a apropriação de um pedaço de terra. Porém, território não está ligado somente à sua dimensão tangível e concreta, mas sim, segundo Raffestin (1993), também possui um campo de forças que se projetam no espaço; ele é, assim, construído

historicamente em diferentes escalas, tais como: casa, trabalho, bairro, cidade, região ou país.

Dessa forma então, território é objeto de análise de diferentes áreas: geográfica, antropológica, cultural, sociológica, econômica, política, jurídica e outras que se apropriaram do termo para explicar as suas objetivações específicas (CORRÊA, 2013).

Território tem a sua noção atrelada à chamada Geografia Clássica e, durante um período de tempo, esteve ligado à sua concepção de território nacional, onde o Estado tinha o poder de determinar as fronteiras físicas. Na sua origem propriamente dita, a noção de território está vinculada a uma abordagem clássica da geografia política, por meio da obra de Friedrich Ratzel, do final do século XIX - obra esta centrada no Estado-Nação como unidade representativa do Estado, que seria o espaço no qual sua soberania é exercida e tem a sua noção elencada a limite, sendo uma consequência direta do poder exercido pelo Estado (SAQUET, 2009).

A partir da década de 1960 e 1970, surgiram novos movimentos na Geografia os quais redescobriram o conceito de território e, aos poucos, esse movimento de renovação passou a acompanhar as mudanças socioespaciais pautadas principalmente na corrente de pensamento do materialismo histórico dialético e no nível do pensamento filosófico, trazendo múltiplas interpretações de análise de território. De acordo com Saquet (2009), isto significa dizer que essa redefinição foi uma superação da geografia clássica.²

E, assim, a definição de território é marcada por uma nova conotação. A obra "Por uma geografia do poder", de Claude Raffestin (1993), publicada no ano de 1980, contribuiu de forma expressiva com a geografia brasileira. Raffestin (1993), que se pauta referencialmente em Michel Foucault, trata o território de forma correlacional com o poder, ao entender que a atuação do Estado está intimamente ligada ao poder, incluindo as relações com a sociedade.

O território seria, então, a manifestação espacial do poder fundamentada nas relações sociais. Raffestin (1993) propõe o espaço em uma nova concepção, contemplando os aspectos econômicos, políticos e culturais acerca de território e territorialidade. De acordo com o autor, o espaço existe antes da construção do território, pois o espaço conta com objetivos e interesses dos indivíduos para que o

² Os movimentos de superação da geografia clássica estão dispostos na página 48.

local construído passe a ser notado como tal. Vale salientar que o território possui características da vida das pessoas; ele é, na verdade, a essencialidade da vida humana e social. Esse entendimento contraria os princípios lógicos do entendimento de território, que, em geografia, é concebido tal como território elencado à noção de Estado-Nação.

Logo, os indivíduos ou grupos que ocupam os espaços organizam-se de maneira integrada, formando um sistema de redes ou malhas e constituindo o espaço do território. Isso leva a uma diferenciação funcional, pois, para Raffestin (1993), o espaço passa a ser organizado de uma maneira que faz os grupos ou indivíduos darem importância às ações locais. Essas redes denominadas de tessituras são planejadas hierarquicamente, permitindo a organização e o controle formados por meio do princípio da propriedade privada ou coletiva encontrada nas práticas sociais.

As relações de poder no entendimento de território são um expoente que organiza os elementos e as configurações territoriais, pois o território é o centro de todas as relações por meio da apropriação e da produção do espaço urbano geográfico (RAFFESTIN, 1993). Desse modo, é possível compreender o significado de território por meio da vida cotidiana das pessoas com características específicas como trabalho, lazer, moradia, igreja etc.

Mas, é importante ressaltar que o espaço e o território não são termos equivalentes, pois, de acordo com Raffestin (1993, p. 2), “o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Dessa forma, o autor busca pontuar a diferença do espaço na condição resultante da ação social – e do território, como uma projeção resultante das relações marcadas pelo poder.

Logo, na visão de um marxista, o espaço não possui valor comercial, mas somente de utilização, pois o local é preexistente a qualquer ação, como se fosse uma matéria prima. Trata-se, então, na visão de Raffestin (1993, p. 144), “de um local de possibilidades e a realidade material preexistente a qualquer conhecimento, a qualquer prática das quais o objeto, a partir do momento em que um ator manifeste a intenção, dele se apoderar”. Assim, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, pois qualquer projeto que revele a produção territorial é um espaço representando as suas relações de controle (RAFFESTIN, 1993).

Sendo assim, o espaço é um campo de possibilidades e o território é um dado que adquire representação pelo seu valor, já que toda prática espacial traduz um sistema de ações produzindo o território. Os indivíduos que organizam o espaço e ordenam o território levam em consideração a real importância em suas diversas ações. Portanto, os espaços territoriais destacam as relações de produção e de poder (RAFFESTIN, 1993).

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e ligações. O mesmo se passa com empresas e outras organizações, para os quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis ou limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diferentes, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993 p. 152).

A discussão do conceito de território, no cenário brasileiro, passou por um processo de expansão e qualificação, centrado nos conceitos de territorialidade, que surgiram principalmente a partir do biênio de 1992 e 1993. No Brasil, muitos fatores internos e externos ao país impulsionaram os estudos territoriais na geografia, na economia, na sociologia e, mais recentemente, nos estudos organizacionais, em uma tentativa de compreender fenômenos e processos relacionados às redes de circulação e comunicação, à identidade e a relações de poder (SAQUET, 2013).

A expansão da abordagem territorial ocorre em um movimento de unidade, com mudanças que aconteceram, primeiramente, na Suíça, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Itália. Tais movimentos estão diretamente vinculados a pelo menos cinco abordagens que possibilitaram o avanço do conceito territorial: a) a compreensão dos estudos de Claude Raffestin, que destaca principalmente os aspectos relacionados à política de território e de territorialidade; b) as pesquisas de Gottman e Sack, que evidenciam os aspectos políticos; d) os estudos de fenômenos relacionados ao processo de desenvolvimento territorial; e) as reflexões de Milton Santos, edificadas na compreensão de configuração territorial. Assim, o conceito territorial passa a ser compreendido dentro de uma configuração política, econômica e cultural, havendo uma complementaridade entre distintos grupos de estudos (SAQUET, 2013).

E, desta maneira, dentro de um contexto da materialidade/imaterialidade, algumas obras contribuíram decisivamente para o avanço da abordagem territorial no Brasil. Entre elas, a de Milton Santos, que contempla uma perspectiva materialista, argumentando principalmente em favor do espaço geográfico; também a de Rogério Haesbaert, que produz uma compreensão a qual identifica o território como integrador ou híbrido entre as dimensões materiais e ideária de território e considera os aspectos culturais e políticos; e, por fim, a obra de Saquet, a qual busca possibilitar a apreensão dos aspectos da relação matéria-ideia, destacando os aspectos políticos e econômicos (SAQUET, 2013).

Assim, evidenciando separadamente cada um dos autores mencionados, Santos (1994) inicia os trabalhos, destacando o conceito de território usado em uma abordagem econômico-material a qual amplia a discussão para além da abordagem areal ou restrita somente à compreensão de território como Estado-Nação, enaltecendo, assim, o uso e o controle social. Desse modo para o autor, território significa objetos, ações e a constituição de redes e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado (SAQUET, 2013).

Em 2000, porém, Milton Santos, destacou o uso de território como conceito, ressaltando, principalmente, as dimensões econômica e material do conceito de território e de maneira relacional. Assim, Milton Santos argumenta em favor da resistência de território e diante das organizações que trabalham na produção material e da informação, evidenciando o aspecto da reterritorialização no movimento de globalização da economia e de valorização do lugar, como espaço do viver da vida (SAQUET, 2013).

Para Haesbaert, o território possui múltiplas dimensões. Tal autor reconhece o processo de dominação e de apropriação na construção de território, contemplando os aspectos objetivos e subjetivos. Segundo Haesbaert, existe o domínio social, os políticos e o econômico, na compreensão da abordagem territorial, as relações de poder estão estabelecidas pelo Estado- Nação, até mesmo na multidimensionalidade das relações sociais. E, portanto, as relações sociais é que, de fato, condicionam e constituem o território (HAESBAERT, 1994).

E, assim, avançando na compreensão de território, Haesbaert (1995) afirma que o processo de produção do espaço contempla sempre e concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Assim, fica claro o avanço na compreensão de território, pois, para o autor, a abordagem territorial precisa ser

analisada do ponto de vista das dimensões sociais: a desterritorialização, econômica e política - e a territorialização - política e cultural.

Dessa forma, o autor reconhece claramente o movimento de força de trabalho no território, por exemplo, força excluída e reterritorializada, o que efetiva a constituição de redes de circulação e de comunicação, como elementos pertinentes à desterritorialização e à reterritorialização, contribuindo assim, para a definição da coesão e da unidade, da identidade e do regionalismo (HAESBAERT, 1995).

E, nesse aspecto relativo, existe uma clara separação entre os fatores determinantes da territorialização, pois, para Haesbaert (1995), o território significa a coesão de identidade e também a apropriação e o ordenamento político. Já as redes de circulação de capital têm o caráter desterritorializador, condicionando a perda do território, ou seja, o capital depõe claramente a favor dos interesses de terceiros e abre margem para novas formas de ocupação do território. Assim sendo, pessoas são obrigadas a buscar novas formas de reocupar o espaço.

Para Haesbaert (1995), o território tem um domínio politicamente estruturado e uma apropriação simbólica por certos grupos de interesses que formam alianças e coligações, determinando ações sobre certos grupos sociais que ocupam aquele espaço da vida.

E, nesse sentido, Haesbaert (1995) avança na conceituação de território, elencando a desterritorialização como processo que está diretamente vinculado à modernização e à globalização, ou seja, um reflexo do capitalismo. Assim, a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios, mediante a reapropriação do espaço em redes. A reterritorialização, por sua vez, corresponde a uma nova maneira de se apropriar de forma simbólica ou política do espaço, e também inclui redes.

Mais recentemente, Haesbaert (2004) retoma o conceito de território, no sentido que ele denomina de multiterritorialidade, isto é, múltiplas formas vividas por diferentes grupos sociais, em distintas escalas de interação, ocorrendo, por exemplo, de uma rua para uma cidade, de um dia para um ano etc. Assim, retomando esse conceito de multiterritorialidade, o autor destaca, de forma histórica, as dimensões da economia, da política e da cultura sobre um determinado território. Há, portanto, evidentemente, uma ênfase às redes de comunicação e de circulação. São as relações de poder que, de fato, efetivam as relações de território. O território neste sentido contempla uma forma de dominação política e econômica e também de

apropriação simbólico-cultural, sendo, portanto, multifuncional e multiescalar. Para Haesbaert (2004), podem existir territórios zona, territórios rede e os aglomerados de exclusão, numa conjunção de perspectiva área-rede, rede-rede e rede-lugar.

Já, Marcos Saquet, em uma abordagem distinta, estabelece inicialmente algumas ideias centradas no conceito de produção social do espaço. Por essa perspectiva território remete a um lugar de vida, construído historicamente, área sob a ordem do capitalismo. Assim, o autor dá ênfase aos elementos e processos econômicos e contempla também as reações políticas, econômicas e culturais, inerentes ao cotidiano de lutas (SAQUET, 2013).

Saquet (2009) explica que existe uma relação direta entre espaço e território, mas estes correspondem a dois níveis diferentes na vida cotidiana das pessoas e no pensamento científico. O espaço é uma realidade que envolve a natureza produzida pelas ações do homem, as quais, por sua vez, são mediadas pelo trabalho, o que produz aspectos históricos na configuração territorial. O espaço territorial é o exercício de poder de um Estado que, na forma política, utiliza de sua soberania para regular as ações de domínio patrimonial, propriedade e a vida social.

Para Saquet (2009), um aspecto negligenciado nas conceituações de Raffestin está na compreensão de conceito de espaço geográfico. Uma vez que expõe o espaço como algo substrato, palco pré-existente ao território, o autor equipara o conceito de espaço a algo superficial, enquanto natureza-superfície e recursos naturais. Saquet (2009) pontua ainda “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato, pois ele tem um valor de uso e um de troca com distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis” (SAQUET, 2009, p. 77).

Dessa forma, a conceituação de espaço é um recurso de apoio, substrato existente para compreensão de território. O território é um produto evidenciado em um contexto histórico que gera condições para diferentes paisagens. Na visão de Saquet (2009), o homem utiliza o espaço para viver, produzir e habitar, e o território é o espaço natural, visível e percebível, correspondendo ao ambiente socialmente organizado e articulado com destaque para as edificações e paisagens da natureza.

Como se vê, Saquet (2009) faz questão de diferenciar, mesmo que minimamente, território e espaço. Para o autor, há pelo menos três processos na base de diferenciação: primeiro, as relações de poder que compõe um campo de forças econômicas e políticas; segundo, a construção histórica relacionada à

identidade; e por último, os movimentos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R). Tal diferença é necessária, porém, segundo o autor é de fundamental importância reconhecer que espaço e o território não estão separados, ou seja, não podem ser trabalhados separadamente.

Nessa conjuntura, T-D-R pode ser compreendido como um processo de relações sociais “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento sejam eles fluxos de imigrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2007, p. 122). No entanto, é válido destacar que, para Saquet (2009), na desterritorialização o que já existe não deixa de existir, mas passa por uma evolução, adaptada às novas configurações territoriais.

O território, então, é considerado um produto histórico, com mudanças que ocorrem em um ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. O território, portanto, significa apropriação social do ambiente, construído por meio de múltiplas variáveis recíprocas. O homem vive no espaço natural e social, habitat onde produz, vive e objetiva subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado. Assim, pode ser percebido o território através deste processo (SAQUET, 2009).

Os conceitos de território e espaço tratados dessa maneira, segundo Saquet (2009, p. 82), “é, portanto, uma questão epistemológica, ontológica e política”, pois a diferentes abordagens acerca de poder, território e territorialidade compreendem uma tentativa do autor em apresentar uma concepção multidimensional, reticular e histórica de território e territorialidade na dimensão social. Aparece em tela, então, a questão da produção e da gestão dos recursos ou da territorialidade.

Assim, apesar das críticas atribuídas por Saquet à abordagem de Raffestin (1993) não se pode esquecer-se das contribuições importantes e relevantes do autor para a compreensão da abordagem territorial, sendo Raffestin até mesmo considerado um dos principais autores no debate em relação ao termo território. Saquet (2009) destaca que a sua abordagem diz respeito à vertente analisada a partir das relações de poder e também como ligações entre os diversos grupos sociais e seus lugares de vida.

Saquet (2009) ainda pontua outras contribuições de Raffestin sobre territórios voltadas à identidade e às imagens as quais antecedem a territorialização e a desterritorialização. Sobre isso, o autor aborda pelo menos quatro vertentes

agrupadas de análise: a) uma relacionada ao território do cotidiano; b) outra referente ao território das trocas; c) uma terceira compreendendo um território de referência (referimento) e; d) finalmente, uma vertente associada ao que se denomina território sagrado (SAQUET, 2009).

Como observado por Saquet (2009), Raffestin propunha uma abordagem de sistema territorial constituído nos âmbitos: político, econômico e cultural, como resultado das relações soberanas de poder tanto do Estado, quanto de empresas, de organizações e de indivíduos, constituindo, assim, as chamadas malhas (conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais), ou de ligações entre mais agentes.

Assumindo essa perspectiva, para Saquet (2009, p. 81), “o território é considerado produto de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve um grupo social”. Território pode ser definido assim como “apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas” (SAQUET, 2009, p. 81). A apropriação do ambiente é expressa, dessa maneira, em termos sociais nas relações de poder.

O território é condição natural, oriundo das relações econômicas, políticas e culturais que contemplam o mesmo nível. Porém, outras dimensões podem predominar, de acordo com o período histórico e com o lugar, uma vez que, para Saquet (2009, p. 173), o social contém a natureza do homem e sua natureza exterior. Nós, homens (e mulheres) somos, estamos e reproduzimos a natureza e a sociedade, simultaneamente. Produzimos território (s) e territorialidade (s). Assim sendo, os homens têm centralidades na formação de cada território, cristalizando relações de influência: efetivas, simbólicas, conflitos e identidades, condição da reprodução social-natural.

Território é, portanto, objeto de estudo da geografia, formado pelas relações sociais entre indivíduo e objeto, ou seja, as relações que se estabelecem no território e significam as territorialidades. Diante disso, os Estudos Organizacionais, buscaram conhecimentos de outras áreas na tentativa de inserir os contextos territoriais enquanto organizações complexas e caracterizadas pelas suas especificidades locais. Tais especificidades envolvem agentes sociais os quais remetem a ações que não necessariamente estão ligadas somente ao estudo da geografia enquanto espaço, mas também aos agentes empresariais que produzem e reproduzem o espaço nos territórios.

Por meio desta compreensão, em Saquet (2009), é possível pensar no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização como manifestação simbólica que dá sentidos e significados e pode fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização). Isso leva vários autores a pensarem e repensarem concepções acerca de território nos Estudos Organizacionais.

Assim, Saquet (2013 p. 127) define território como “produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais, historicamente determinadas”. E, portanto, para o autor, o espaço e o território são vistos como elementos indissociáveis. O processo de territorialização é um processo que é determinado historicamente e está diretamente ligado aos movimentos socioespaciais e às contradições sociais, sob as formas econômicas, políticas e culturais, que influenciam diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, inclusive, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades (SAQUET, 2013).

Assim, os territórios são produzidos por meio do espaço e do tempo e mediante o exercício de poder por determinados grupos ou grupos de coalizão, isto é, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são resultados, portanto, que estão condicionados à forma de sua utilização, caracterizadora de territorialização e do território. Dessa maneira, os grupos de influência é quem, de fato, irá determinar o tempo dos territórios em diferentes escalas, sempre envolvendo a síntese da dialética natural e do social que reside no homem e se liga com os aspectos entre sociedade e natureza (SAQUET, 2013).

E, ainda, segundo Saquet (2013), as forças econômicas, políticas e culturais também influenciam na determinação da desterritorialização, reterritorialização e na constituição de novas territorialidades, considerando o aspecto espaço-tempo. Nessa processualidade, há mudanças, permanências e descontinuidades. Por isso, para o autor, é necessário contextualizar esses processos, considerando a desterritorialização e a reterritorialização em cada período e lugar, em um movimento, concomitantemente complementar, de desterritorialização e reterritorialização.

Neste sentido, Saquet (2013, p.128) complementa:

A desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias, mas complementam-se: coexistem no tempo e podem coexistir no espaço: são inseparáveis e são movidas pelas relações EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa a reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território.

Assim, esse processo é influenciado, pois a territorialidade contempla todas as atividades cotidianas da vida humana, ou seja, o trabalho, o lazer, a igreja e a família. É também resultado do processo de produção espacial de cada território e, ao mesmo tempo, produção das relações de poder exercido por grupos sociais ou indivíduos. Portanto, território é compreendido, antes de qualquer coisa, como um espaço de luta e vivência dos homens de maneira participativa. Deste modo, o processo de apropriação do espaço e da produção territorial pode ser entendido relacionando-se espaço-tempo e os domínios: político, econômico e cultural (SAQUET, 2013).

E, sucintamente, há uma abordagem imaterial, histórica e multiescalar do desenvolvimento e do território, contemplando a desterritorialização e a reterritorialização, além de descontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades. Ela avança no sentido multiforme da vida cotidiana, no campo e na cidade, no âmbito rural e urbano. E, assim sendo, a abordagem territorial evidencia uma das formas de compreender a imaterialidade da vida humana (SAQUET, 2013).

No Brasil, além dos autores citados anteriormente, Marcelo Lopes de Souza (1995) reafirma o movimento de reterritorialização, como uma maneira multidimensional das relações de poder, ou seja, os territórios existem e são apropriados pelos indivíduos por meio das ações de poder; são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, de uma rua para uma cidade em diferentes períodos de tempo. Os territórios são desconstruídos em escalas que podem considerar até séculos em caráter permanente ou ocorrer ciclos. Então, Souza (1995) considera que o território não é substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças em que os indivíduos estabelecem relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre “um substrato referencial” (SOUZA, 1995 p. 97).

Assim, o autor considera que essas relações não podem ser descoladas do espaço; esse é o substrato que o autor revela nesse avanço teórico. O território, para Souza (2001), significa apropriação e dominação político-econômica, estratégica e varia por meio do tempo e do espaço em diferentes escalas. Segundo Saquet (2013), essa seria uma das contribuições mais significativas de Marcelo Lopes de Souza, em um tipo de abordagem que leva em consideração o movimento, as redes e as relações de poder no processo de dominação social, possibilitando muitos avanços nos estudos territoriais na geografia. Como espaço, os territórios são produzidos espacialmente e temporalmente por meio do exercício de poder de um grupo de interesse. Esse aspecto avança além do entendimento de território enquanto Estado-Nação. E, assim, mediante uma abordagem relacional múltipla de território, Souza (1995) destaca as relações políticas enquanto campo de forças.

Portanto, para Souza (1995), o território significa materialidade que sustenta a vida determina as práticas espaciais, além de influenciar os processos identificatórios. É, assim, um campo de poder em que se projeta um substrato espacial; um processo social que envolve imaginário, conflitos políticos e o controle sobre o espaço. A territorialização, portanto, é resultado e condição dos processos sociais e espaciais; significa movimento histórico e relacional e contempla a multidimensionalidade, por tratar das desigualdades e das diferenças, sendo unitária, por meio das identidades.

O território é uma construção coletiva multidimensional com múltiplas territorialidades. Diferencia-se território do espaço geográfico em, ao menos, três características principais: Souza (2012) pontua os processos espaciais e temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas de área-rede, rede-rede e rede-lugar. E, desta maneira, o homem atua no espaço natural de seu viver, objetiva e subjetivamente, sendo palco das relações históricas e socialmente organizadas, tanto econômicas, políticas, quanto culturais. Território é, portanto, produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferenças de paisagens (SOUZA, 2001 p.81).

Assim, nessa dissertação, assume-se o conceito de território a partir das reflexões e ideias de Souza (1995), por iluminar as relações sociais em diferentes escalas espaciais e temporais e também porque representa uma visão abrangente e completa sobre território no âmbito urbano, permitindo a análise da reprodução de grupos sociais em um determinado lugar e em diferentes períodos de tempo. Vê-se

que o conceito de território tratado por Souza (2001) refere-se às relações sociais e de poder projetado no espaço.

A conceituação de território utilizada por Souza (2001) está associada ao exercício do poder sobre outros homens na dominação do espaço. Para o autor, território tem sido utilizado frequentemente de maneira empobrecida em função de seus reais significados e confundida com espaço, sendo território, essencialmente o exercício de poder, uma característica ligada às relações sociais.

Território é uma realidade social materializada em um determinado espaço, sendo que pressupõe um espaço social, ou seja, quando um homem se apropria de um espaço, ele o territorializa e cria uma identificação com o local. Na apropriação de um espaço, forma-se um território delimitado pelas relações de poder que nesse espaço acontecem. Território é, para Souza (1995, p.78), “todo espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” e, assim, “o poder é onipresente nas relações sociais; o território está, outro assim, presente em toda espacialidade social – ao menos, enquanto o homem estiver presente” (SOUZA, 1995 p. 95).

Além disto, Souza (1995) explica que as relações de poder acontecem em diversas escalas e podem estar elencados a diversos agentes produtores do espaço. Dessa forma, o território pode apresentar diversas territorialidades entre homem e o espaço no mesmo espaço, conforme explicitado na territorialização, desterritorialização e reterritorialização, ou seja, as territorialidades podem ser geradoras de territórios e passíveis de transformação. Com essas contribuições de Souza (1995), é possível compreender os reais reflexos que a interação com outros homens pode reproduzir.

Deste modo, na visão de Souza (1995), o território deve contemplar múltiplas vertentes (econômica, cultural e de poder) e com diversas funções. Mesmo que o autor de ênfase ao poder no território, ele também pontua existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, citando exemplos como o da prostituição, do narcotráfico, do homossexualismo e das gangues que podem ser permanentes ou passageiras no tempo e no espaço, o que revela que existem poderes atuando ao mesmo tempo ou de maneiras sobrepostas.

Assim, a maneira como os indivíduos ocupam o espaço produz suas fronteiras territoriais, estabelece territórios processados no espaço e no tempo, constitui seus valores simbólicos, sociais, econômicos etc. E território, para Souza (1995), então, constitui-se das delimitações exercidas no espaço, por meio das

características do poder, configura-se em diferentes períodos de tempo, de um ano, de um mês, ou de um dia, expressa o presente, o passado e o futuro no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e integra de maneira essencialmente histórica, tempo e espaço.

E, assim, nesta dissertação, o conceito de território, apesar das diversas definições supracitadas, será utilizado, a partir das relações de poder, como um espaço habitado e socialmente modificado, conforme explica Marcelo Lopes de Souza. Conseqüentemente, também irá se considerar o conceito de territorialidade, por ver esse processo como umas das estratégias para controlar as relações em uma determinada área e também para verificar o modo como as pessoas dominam o espaço e o tempo, dando significados ao lugar mediante a territorialidade.

Assim, pode-se estabelecer que a produção do espaço pelos indivíduos se processa por intermédio de suas transformações no meio natural, a partir das necessidades sociais, econômicas, culturais entre outras. Nesse sentido, compreender como os indivíduos se apropriam do território é entender a dimensão temporal que está elencada nesse processo de produção espacial.

Nesse contexto, o território assume posição essencial na presente pesquisa, por entender-se que a territorialidade contempla os modos de vida dos indivíduos e, sendo assim, compreende o território como um fator crucial para qualquer tipo de análise vinculada aos Estudos Organizacionais, área que estuda as ações de poder ligada à produção do espaço.

2.5 TERRITORIALIDADE

A identificação da noção de territorialidade foi definida pelo naturalista Ebenezer Howard em 1920, caracterizada como a conduta que um organismo adota para se apossar de um território e defendê-lo de membros de sua própria espécie. Nas ciências humanas, ela foi retratada por aqueles que abordaram as relações com o espaço ou com o território. No entanto, os esforços se desprenderam no sentido de qualificar a territorialidade humana com mais precisão. Raffestin (1993) atesta essa origem no campo das ciências naturais, na área de etnologia. Contudo, Soja (1971) discute a noção de territorialidade na tentativa de traduzir para a noção humana o comportamento espacial dos próprios animais.

Para Sack (1986), a territorialidade é um comportamento humano espacial, sendo uma expressão de poder que se constitui como uma estratégia dos seres humanos para controlar o espaço social, atingindo todas as escalas sociais e espaciais com o intuito de utilizar uma área geográfica chamada de território. Assim, para o autor, seguindo a mesma linha de concepção de Soja (1971), o território é um lugar politicamente organizado, onde vigoram aspectos subjetivos que controlam e delimitam o controle de acesso.

A identificação da conceituação de territorialidade acarreta um grau de complexidade em função das escalas tanto geográficas quanto sociais. Para Soja (1971), a territorialidade poderá ser estruturada por três itens básicos: identidade espacial no sentido de particularidade, senso de exclusividade quando o espaço fica ameaçado pela entrada de estranhos na cultura local e interação espacial, que estabelece uma interação entre os diversos indivíduos os quais compõem o espaço, devido à proximidade de uns com os outros.

A territorialidade representa um conceito advento da geografia política, que veio a compor os estudos organizacionais por meio das ciências sociais na análise de territórios, pois a função social nessa abordagem interfere na função do território. Dessa forma, entende-se a territorialidade como um fenômeno ligado ao comportamento e à influência dos indivíduos na formação do espaço, no qual, segundo Silva (2002), as atitudes dos indivíduos estão subentendidas no poder que um grupo de indivíduos detém em determinada área, controlando recursos e pessoas.

Nessa perspectiva, a territorialidade contempla um aspecto de valoração particular, refletindo as ações da coletividade em geral. As pessoas, ao mesmo tempo em que utilizam o produto territorial, tratam das relações existenciais e espaciais de poder, visto que há relações entre os indivíduos que buscam alterar tanto as relações naturais quanto às relações sociais. Com isso, os indivíduos, ao compreenderem essas modificações, realizam uma “auto-modificação” em razão das mudanças percebidas em seu ambiente, de modo que o poder torna-se algo inevitável nas relações espaciais e territoriais (RAFFESTIN, 1993).

Assim, a territorialidade acarretaria em um construto social modelado pelas relações sociais, que são formadas espacialmente, o que vem a reiterar as palavras de Raffestin (1993, p. 16) quando explica as dimensões citadas por Soja (1971): a territorialidade “só é possível pela apreensão das relações reais colocadas no seu

contexto sócio-histórico e espaço-temporal”, ou seja, é fruto daquilo que as pessoas vivem diariamente.

Ainda nesse sentido, Raffestin explica:

Percebe-se que a identidade, se não pode ser posta em causa, não apresenta coerência fora da concepção "imaginária" de um grupo constituído por meio de uma amostragem de indivíduos. A exclusividade completa a identidade e, quanto à interação, esta surge em um outro nível, em comparação aos dois primeiros, e é talvez a mais significativa em termos relacionais. O inconveniente do método de Soja é que ele mistura o subjetivo e o não subjetivo e apaga as situações de classe. Enquanto os economistas sempre tendem a homogeneizar o espaço, os geógrafos, por seu turno, homogeneizam a sociedade (RAFFESTIN, 1993 p. 16).

A territorialidade, de algum modo, pode ser situada na maneira como as sociedades se organizam em um determinado local, estabelecendo relações simétricas ou dissimétricas ou também mediante ganhos de custos, equivalentes ou não. Isso porque, na visão de Raffestin (1993), as relações são concebidas no processo de troca ou de comunicação. Dessa forma, os processos que necessitam de energia e de informação permitem que os indivíduos satisfaçam suas necessidades, proporcionando-lhes um ganho de custo. Se existem ganhos de custos, as relações são simétricas, mas, se o processo sofre mudança ao longo do percurso, ou seja, se não há ganho de custos, as relações são dissimétricas.

Nesse processo, a territorialidade equipara-se aos aspectos da produção, troca e consumo de coisas, pois, nestes, sempre há uma relação diferenciada com outros indivíduos. A produção territorial determina as condições relacionais de consumação. Assim, segundo Raffestin (1993, p. 16), “tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamento que os indivíduos devem assumir”. Cada espaço territorial divide a sua própria territorialidade no meio substancial em que as sociedades convivem, revelando, de certa forma, a face do poder.

Partindo desse princípio, Raffestin (1993, p. 160) sustenta que a “territorialidade, então, pode ser definida como um conjunto de ações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”. Nessa visão, o território adquire uma identidade na coletividade que ela produz, com inúmeras possibilidades que só se realizam quando internalizadas enquanto território.

Para Saquet (2009), a territorialidade está ligada às ações dos homens na tentativa de influenciar ou controlar as ações humanas em uma determinada área e tal área é o território. As relações sociais de poder podem combinar diferentes elementos em níveis econômicos, políticos e culturais distintos, caracterizando o território e a territorialidade humana em função da complexidade das situações vividas no cotidiano das pessoas.

A territorialidade constitui o resultado dos processos sociais e espaciais; ela se caracteriza como multidimensional - devido às desigualdades e diferenças – e também como individual – em razão das identidades. Assim, segundo Saquet (2009, p. 85) “reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade do real é fundamental numa concepção renovada e histórico-crítica do território e da territorialidade”, pois as ações humanas acerca de território e da territorialidade estão centradas nas relações de comando, poder e comunicação.

Ainda nesse sentido, Saquet (2009) complementa que a territorialidade transmite a imagem daquilo que se vive cotidianamente, ou seja, a imagem de todas as relações, tais como: as familiares, as profissionais e as de amizade. É, assim, portanto, que a territorialidade é vista como multidimensional, conforme citado por Raffestin (1993), o qual afirma que a territorialidade desenvolve-se de uma maneira que vem a implicar em ritmos, sem deixar de considerar os elementos das dinâmicas interna e externa que a ela estão ligadas.

É importante salientar, todavia, que a territorialidade não se conceitua pela simples relação com o espaço, mas está interligada com todas as esferas sociais e espaciais. Nas palavras de Raffestin, (1993, p. 161), a territorialidade “é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder”. Sendo assim, definir territorialidade seria como estabelecer uma ligação entre o espaço e o determinismo por interesse, mesmo que, muitas vezes, sejam noções diferenciadas.

Dessa forma, para Saquet (2009), a territorialidade, então, corresponde a todas as relações diárias que o homem mantém entre si e com a natureza ao realizar todas as suas atividades cotidianas, seja no trabalho, no lazer, na igreja, na família, na escola etc. Tal autor complementa “o território é compreendido, antes de qualquer coisa, como um espaço de organização, de luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (SAQUET, 2009, p. 129). Assim, confere-se que a territorialidade se materializa nas perspectivas

culturais, políticas e econômicas, refletindo a ordem e a desordem na complexidade das diversas relações existentes e inerentes a todos os processos espaciais e temporais da vida cotidiana.

Dessa forma, verifica-se que há território e territorialidades sobrepostos e em redes. Na visão de Saquet (2009), os territórios e as territorialidades são historicamente relacionais, pois, em todos os territórios, há uma ligação entre espaço e tempo que determina a concepção e os rompimentos das áreas situadas. Nesse aspecto, o homem tem papel fundamental na formação dos territórios e das territorialidades, por meio da mediação entre a sociedade e a natureza. Assim, compreende-se que o território e a territorialidade são multidimensionais na vida, na natureza e na sociedade.

Ao longo da vida, os homens estabelecem muitas relações uns com os outros, o que evidencia um construto de território e de relações de poder, pois a vida cotidiana - aliada às relações sociais - reflete na formação de redes e constitui o território. Já a territorialidade centra-se nas relações de poder e de dominação e também nas relações sociais entre os sujeitos – relações estas compostas por indivíduos que fazem parte de um mesmo grupo social e também de grupos distintos. Na territorialidade, há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço, pois as territorialidades estão elencadas com o espaço que forma as identidades influenciadas pelas condições temporais (SAQUET, 2009).

Portanto, de acordo com Saquet (2009), a territorialização é resultado da produção espacial de cada território, sendo essencial na construção da identidade e na organização da vida cotidiana das pessoas, pois revela as relações entre os diversos grupos sociais, concebidas, na visão do autor, como a própria territorialidade em si, já que um espaço sem vida é meramente um espaço geográfico limitado.

Com isso, a territorialidade também está ligada ao modo de produção capitalista, que se materializa no valor de uso e no valor de troca. O valor de uso, segundo Harvey (1980), seria a utilidade que uma coisa tem no seu valor de uso, mas tal valor não surge de forma espontânea; é uma forma que o indivíduo tem de expressar seu poder em determinado espaço, por exemplo. O valor de troca seria, por sua vez, o trabalho socialmente realizado para produzir uma mercadoria que possibilitaria a troca (HARVEY, 1980).

É, nesse sentido que o empresariamento urbano está entrelaçado com a noção de território e de territorialidade, pois os indivíduos lutam para produzir um espaço socialmente organizado e tal ação gera um valor de uso. Em função disso, o Estado tem o poder de determinar as benfeitorias que serão realizadas em tal espaço, porém o resultado desse processo gera um valor de troca que não é acessível a todos, visto que existem interesses pré-determinados e mascarados por trás de tais atividades. O Estado, na verdade, fica facultado a uma entidade privada (HARVEY, 1980).

Nessa perspectiva, o objeto desta dissertação - o Contorno Norte de Maringá (PR) - permite compreender a produção dos espaços por meio das transformações espaciais inerentes aos traços capitalistas. Essas mudanças têm condicionado o fluxo de pessoas e demonstrado a reprodução e acumulação de capital investido nas cidades por meio de grandes obras arquitetônicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para se alcançar os objetivos propostos na pesquisa, já explicitados na introdução. Logo em seguida, é apresentado o processo de desenvolvimento desta pesquisa, com a descrição das etapas inerentes ao estudo e também à análise das informações obtidas durante as entrevistas com os sujeitos, por meio de categorias definidas em função das falas recorrentes dos entrevistados.

Para se ter uma ideia clara do fenômeno que se pretende investigar, foram elaboradas perguntas a fim de orientar a análise de dados coletados durante a pesquisa.

- A- Como ocorreu a produção do espaço urbano na cidade de Maringá, desde a sua fundação, com destaque ao entorno da obra Contorno Norte?
- B- Como foi utilizado o Programa de Aceleração do Crescimento e quais as suas prioridades de investimentos na cidade de Maringá-PR?
- C- De que maneira os moradores dos bairros do entorno do Contorno Norte construíram suas reterritorializações ao longo dos anos?

Dessa forma, a proposta de estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que o seu objetivo não é reduzir a complexidade dos elementos, mas sim proporcionar o aumento da compreensão do contexto em que se encontra (FLICK, 2004). Tal posicionamento leva ao entendimento dos fenômenos organizacionais, sob a perspectiva do comportamento e da interação dos indivíduos.

De acordo com Creswell (2007), as pesquisas qualitativas, em termos de procedimentos metodológicos, possuem etapas inerentes a esta modalidade de pesquisa, que faz uso de diversas técnicas de investigação e análise de dados. Destaca-se que a pesquisa de cunho qualitativo envolve a “[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995 p. 58).

Assim, a escolha pela perspectiva qualitativa de pesquisa justifica-se pelo fato de buscar possibilidades inerentes, principalmente acerca da vida, do

comportamento, e das histórias de lutas e conflitos dos moradores na reterritorialização ocorrida na região pesquisada. Respalhando a escolha, tem-se a caracterização de Denzin e Lincoln (2006) sobre a pesquisa qualitativa, pois uma pesquisa de tal natureza permite ao observador alocar uma série de representações, nas quais se podem utilizar os recursos de campo tais como: notas de campo, entrevistas, gravações e lembretes.

Além do mais, os métodos qualitativos de pesquisa proporcionam a obtenção de detalhes importantes para o estudo, voltados a emoções, sentimentos, falas e impactos na vida dos moradores da região pesquisada, abrangendo também, portanto, o lado subjetivo do fenômeno estudado (DEMO, 2000).

Outro ponto importante desse tipo de pesquisa, segundo Trivinos (2012), é que a pesquisa qualitativa segue uma rota que não tem uma sequência rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento do trabalho. Isso porque, para pesquisadores qualitativos, o enfoque principal está no processo e não exclusivamente no resultado. Caso seja necessário, por exemplo, retornar a algumas etapas já realizadas na pesquisa, para uma nova coleta de dados, tal ato não é observado como uma falha. Isso permite ao pesquisador maior liberdade para conhecer e para se aprofundar no campo durante seu processo de coleta de dados, ampliando, assim, sua compreensão e desvendando aspectos que, se permanecesse preso ao padrão e à sequência estipulados previamente, não conseguiria alcançar.

Nessa pesquisa, o trabalho assume características descritivas, envolvendo principalmente a pesquisa documental, a bibliográfica e a pesquisa de campo, utilizada na coleta de dados. Assim, para Triviños (2012), tal tipo de pesquisa permite que o investigador estipule as técnicas, os métodos, os modelos e as teorias que serão utilizados como caminho para a coleta e interpretação de dados - o cerne da pesquisa. E, como os fenômenos são impregnados de significados que o ambiente lhes proporciona, este rejeita todas as expressões quantitativas, numéricas e medidas.

Assim, os resultados da pesquisa são expressos por meio de descrições e narrativas, que foram ilustradas com declarações dos indivíduos entrevistados, a fim de contemplar principalmente os fundamentos necessários. Logo, a pesquisa qualitativa do tipo descritiva, busca captar não só a aparência do fenômeno estudado, mas também a sua essência. Buscam-se também as causas da

existência, procurando explicar a sua origem, as suas relações e as consequências que terão para a vida humana.

Com relação ao campo de pesquisa, este corresponde à área conhecida como via Contorno Norte, situada na cidade de Maringá-PR. Tal via compreende um perímetro de malha viária nos extremos da cidade num total de 17,2 km, com início na saída da cidade de Sarandi (PR), e chegando até a saída para Paranavaí (PR). A escolha da área a ser investigada deu-se em função da representatividade da obra para a cidade, por seus reflexos para a população local e também por contar com recursos provenientes do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

O local de pesquisa com os moradores foi definido com base nos setores censitários do IBGE - Censo de 2010 - no entorno do Contorno Norte, o qual conta com aproximadamente 18.498 residências que fazem divisa com a via (IBGE, 2010). Guiando-se, então por esses setores censitários e levando em consideração a densidade demográfica e também os setores mais afetados pela construção da via Contorno Norte, a pesquisa com os moradores foi realizada nos bairros Jardim Hortência e Conjunto Thaís. Na figura abaixo, pode-se notar a localização de tais os bairros, que são cortados e fazem divisa com o Contorno Norte de Maringá (conforme observado na Figura 01).

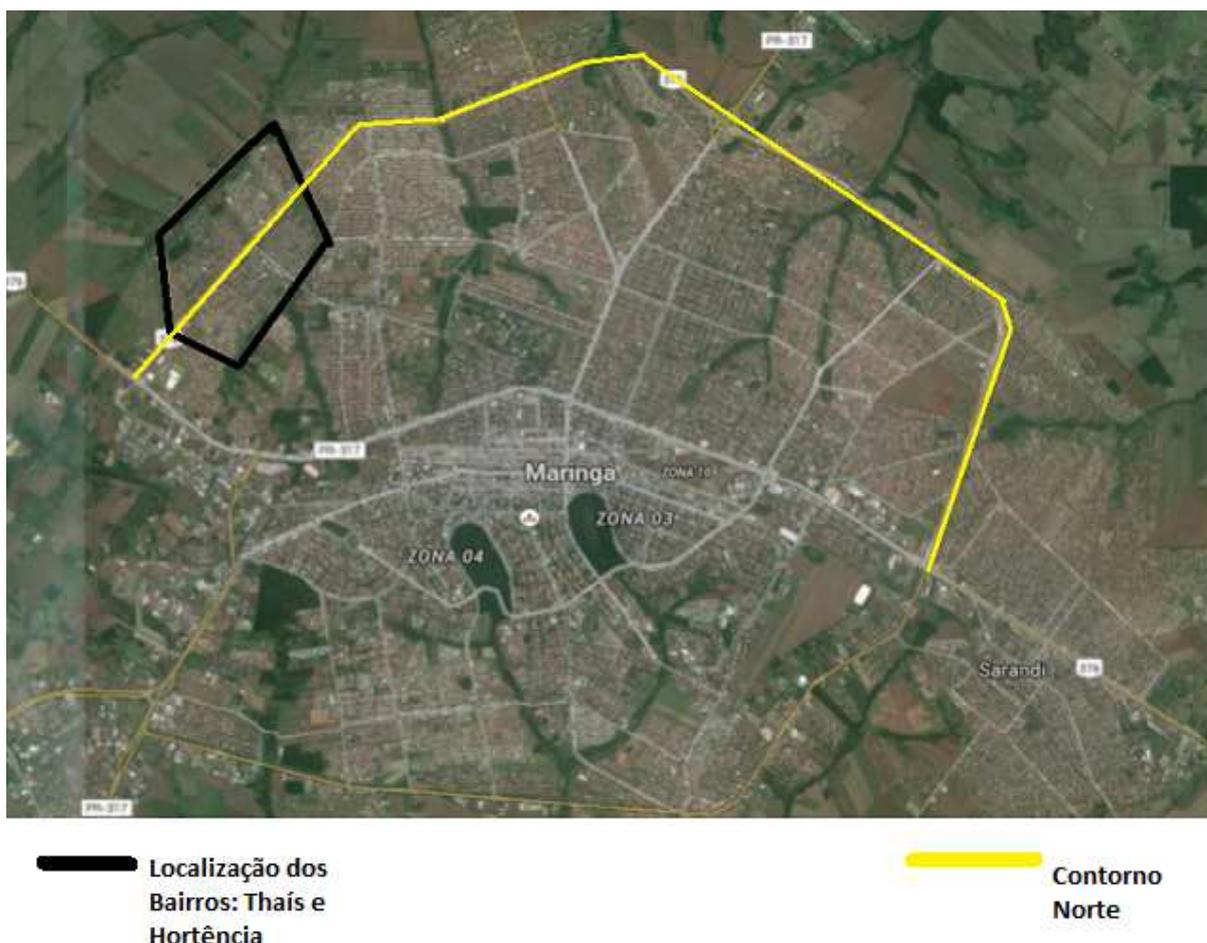


Figura 1 Localização Conjuntos Thais e Hortência

Fonte: Google Mapas (2016).

A opção de trabalhar com este espaço em Maringá foi bastante oportuna, pois, conforme se observa na Figura 01, esta área abriga uma quantidade considerável de residências, além de ser um espaço que teve muitos impactos devido à construção da obra, gerando contradições inerentes ao espaço urbano de cidades capitalistas. O campo é notadamente representativo para a investigação, não só pelo crescimento desigual, mas também pela expansão da malha viária urbana. Ademais, trata-se de um espaço em que ocorreram transformações artificiais vividas pela sociedade contemporânea.

Para iniciar a imersão ao campo de pesquisa, primeiramente, foi marcada uma fase prévia informal, com o intuito de visitar a região e verificar se existia o apoio básico necessário para dar continuidade à pesquisa proposta. Assim, foi preciso conversar com vizinhos caracterizados do local e buscar informações acerca das peculiaridades para, ao menos, tornar-se conhecido por todos. Após esse

primeiro contato, foi possível iniciar as etapas sistemáticas ao estudo e já identificar, em um primeiro momento, as dificuldades de pesquisa (TRIVIÑOS, 2012).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas. Demo (2000) conceitua a entrevista semiestruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. Já Minayo (1998) defende ser o fenômeno o qual permite que aproximemos os fatos ocorridos na realidade com a teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos.

A opção pela utilização de entrevistas semiestruturadas ocorreu por proporcionar um melhor entendimento da visão do entrevistado e também por estabelecer uma variedade de impressões que, posteriormente, foram interpretadas à luz da teoria.

Como instrumento de coleta de dados primários, foram realizadas 14 entrevistas, de aproximadamente 25 minutos cada uma, com moradores da região já descrita. Salienta-se que a seleção desses moradores foi realizada por meio da técnica de conveniência, ou seja, selecionam-se indivíduos que, durante a visita à região do Conjunto Thais e Jardim Hortênciã, estavam mais acessíveis ao pesquisador, sendo, nesse momento, então, convidados a participar da pesquisa. Além disso, tais moradores também apresentavam elementos semelhantes à população e estavam disponíveis no momento.

Na entrevista com o representante do poder público municipal, foi realizado um contato inicial via e-mail com o engenheiro responsável pela fiscalização e acompanhamento das obras do Contorno Norte de Maringá - o Ex-presidente da Urbamar S/A - que, na época da construção da via, estava à frente da Urbanização Maringá (Urbamar), instituição responsável por executar ações, direta ou indiretamente, visando o desenvolvimento do município.

De modo mais claro, explica-se que foram, então, realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com os moradores do entorno do Contorno Norte e uma entrevista semiestruturada com o representante do poder público municipal (conforme pode ser visualizado no quadro 01), entre os meses de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016. Sendo eles, então;

- A- Quatorze moradores do entorno da via, contemplando os bairros Jardim Hortênciã e Conjunto Thais.
- B- Ex. diretor-presidente da Urbanização de Maringá S/A.

Código do Entrevistado	Sexo	Tempo de Moradia	Faixa Etária/Idade
E01	Feminino	23 anos	55 a 60 anos
E02	Masculino	30 anos	60 a 70 anos
E03	Feminino	23 anos	65 Anos
E04	Feminino	10 anos	55 Anos
E05	Masculino	10 anos	50 Anos
E06	Masculino	10 anos	51 Anos
E07	Feminino	12 anos	60 a 70 Anos
E08	Masculino	10 Anos	60 a 70 Anos
E09	Masculino	22 Anos	65 Anos
E10	Feminino	-	60 Anos
E11	Feminino	24 Anos	45 Anos
E12	Masculino	24 anos	55 Anos
E13	Feminino	-	62 Anos
E14	Masculino	12 Anos	33 Anos
E15 Ex-presidente da Urbamar	Masculino	-	-

Quadro 1 Caracterização dos Entrevistados

Autor: Elaboração própria

E, para definir o número de entrevistados, Deslandes (1996, p. 43) pontua que “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico a fim de garantir a sua representatividade”. Logo, não há uma preocupação com os aspectos quantitativos.

Desta forma, foi utilizado o conceito de “ponto de saturação”, para a definição da quantidade de entrevistados, ou seja, o processo de seleção dos entrevistados foi interrompido, quando novas entrevistas não proporcionavam nenhuma variedade significativa para corroborar com os objetivos da pesquisa. Em outras palavras, se os dados obtidos em novas entrevistas não contribuíam com novas informações mediante os objetivos de pesquisa, neste momento, as entrevistas eram encerradas (BAUER; ARTS, 2013).

Diante disso, as entrevistas (Apêndice I e II) foram classificadas em categorias, por meio das falas recorrentes dos entrevistados. Para Triviños (2012), o valor de assinalar essas possíveis classes não necessariamente irá sistematizar as questões que se façam ao entrevistado, mas abrirá possibilidade e perspectivas para análise/interpretação de suas ideias. Logo, nesse sentido, as categorias de perguntas são elementos heurísticos para o entrevistador não amarrar a pesquisa, possibilitando a captação de aspectos subjetivos.

Foi solicitada aos entrevistados a autorização para que suas falas fossem registradas por meio de um gravador de áudio, a fim de facilitar o trabalho de decodificação no momento de interpretar os dados obtidos na pesquisa. Assim, foi assegurado aos entrevistados o anonimato, preservando as informações confidenciais de cada morador participante. O ex-presidente-diretor da Urbamar S/A, representante do poder público, autorizou a divulgação de seu nome, porém, por questões acadêmicas, optou-se por não revelar a identidade do entrevistado.

A coleta de dados secundários concretizou-se em bancos de dados, tais como: artigos, livros e relatórios de pesquisa. Como principais fontes de dados secundários, podem-se citar: (1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; (2) Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte DNIT; (3) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; (4) Observatório das Metrópoles de Maringá – UEM. Segundo Minayo (2009), os dados secundários são aqueles que têm uma relação direta com o acontecimento registrado por meio de materiais já existentes.

A etapa seguinte é a análise dos dados e se deu, primeiramente, pela transcrição das entrevistas que foram gravadas com os informantes. Assim foram transcritos aproximadamente 250 minutos de gravação.

Para interpretar os dados obtidos, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo, realizado a partir da transcrição integral das entrevistas e tendo como base a fundamentação teórica explicitada no capítulo 2 desta pesquisa. Segundo

Bardin (2011), as técnicas para a análise de conteúdo organizam-se em torno dos seguintes itens: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

De acordo com Colbari (2014), a pré-análise é a fase de organização e tem por objetivo sistematizar e tornar operacionais as ideias, de maneira a conduzir, num plano de análise, um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas. Diante disso, nesta pesquisa, a pré-análise foi realizada por meio da definição do tema, conceituação teórica, construção dos objetivos e procedimentos metodológicos. E, além disso, também foi realizada a preparação do corpus da pesquisa, mediante a transcrição das entrevistas e organização dos dados secundários coletados, junto com a revisão bibliográfica.

Após a fase de pré-análise, a segunda fase propriamente dita não é nada mais que a sistematização das decisões tomadas (BARDIN, 2011). Em tal fase, todos os dados foram codificados para a compreensão do texto. A codificação, segundo Bardin (2011), trata-se de uma transformação, seguindo regras precisas, dos dados brutos do texto, transformação esta que - por recorte, agregação e enumeração - permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista diante das características do texto, à luz da teoria.

Dessa maneira, a codificação refere-se ao tratamento do material coletado, utilizando uma das três alternativas que seguem: o recorte (identificação das unidades de registro e de contexto); a enumeração (escolha das regras de contagem e da classificação) e a categorização (classificação ou escolha das categorias). Nessa dissertação, a opção escolhida foi à categorização, em função das falas recorrentes dos entrevistados à luz da teoria que possibilitou transformá-las em categorias de análise.

Segundo Bardin (2011), a categorização é uma classificação, por diferenciação, de elementos constitutivos em um conjunto, com um seguinte reagrupamento, segundo gênero, com critérios previamente definidos. Assim, o processo classificatório, para a autora, possui uma importância considerável em toda e qualquer atividade científica.

A terceira etapa é a interpretação dos dados. Bardin (2011) afirma que tal etapa se refere ao tratamento de dados brutos a serem significativos e válidos. A

presente pesquisa buscou elencar os dados empíricos obtidos nos resultados com a revisão de literatura, levando em conta o problema e os objetivos de pesquisa.

Dessa forma, no tratamento dos dados obtidos na pesquisa, foi aplicada a diversidade material resultante da comunicação verbal, estabelecida nas entrevistas semiestruturadas e nos dados secundários. O resultado oriundo das interações com os moradores e com o representante do poder público e da empreiteira responsável pela execução da obra foi expresso por meio de recursos linguísticos orais e escritos. Além disso, na análise dos dados, documentos como: jornais, textos e falas também compuseram esse processo.

Para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos estabelecidos para esta dissertação, os dados coletados foram examinados mediante análise categorial, conforme explica Bardin (2011). Tal recurso consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas. A opção por esse procedimento de análise I respalda-se no argumento de que esta é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, por meio de dados qualitativos.

Portanto, a interpretação dos dados se deu pelo método de análise de conteúdo, respaldada pelas entrevistas semiestruturadas. O processo de formação das categorias concretizou-se da forma prevista por Bardin (2011): após a seleção do material e a leitura flutuante, realizou-se a exploração por meio da codificação. Em razão da repetição das palavras e falas dos entrevistados, fez-se, então, a codificação com o uso de termos que, uma vez triangulados com os resultados observados, foram constituindo-se em unidades de registro, para, então, efetuar-se a categorização.

A pesquisa foi realizada com os moradores do entorno do anel viário Contorno Norte e também, como já afirmado, com o ex-diretor-presidente da Urbamar S/A, configurando, dessa forma, as primeiras impressões da realidade estudada do processo de codificação das entrevistas transcritas, o que gerou um total de seis categorias, com respaldo da revisão de literatura (conforme pode ser observado no quadro 2).

As falas recorrentes são provenientes de todo texto das entrevistas e do material coletado e recortado em unidade de registro. A unidade de registro e contexto é definida por Bardin (2011) como temas ou palavras. A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo, que é considerado como unidade-base, visando à categorização e à contagem

frequencial (BARDIN, 2011, p. 104). Assim, desses parágrafos, as falas recorrentes foram identificadas e organizadas em categorias de análise. Tais categorias foram agrupadas de acordo com temas correlatos, compreendendo a fala dos entrevistados.

Categoria Inicial	Elementos	Quantidades de Recorrências
Espaço vivido antes da construção do Contorno Norte	Lugar maravilhoso; tranquilidade; sossego; mais aproximação com a vizinhança e família.	12/12
Território e Territorialidade como construção social	Distanciamento; difícil a locomoção para o outro lado; os filhos não deixam mais os pais saírem sozinhos; encontro entre os moradores só de maneira não espontânea.	08/12
Reprodução social do espaço urbano após a construção do Contorno Norte	Desvalorização; deveria ter sido realizada em outro local; distanciamento entre familiares e amigos; insatisfação; terra morta; lado de cá e lado de lá; lado “paraguaio”; custo de vida mais caro; transporte coletivo; aumento de roubos; desânimo; indignação; barulho, poeira, lama; poluição visual e sonora; falta de água; casa sempre fechada.	12/12
Reflexos da Empresariamento urbano	Assaltos; acidentes fatais; falta de sinalização adequada; alta velocidade;	07/12
Apropriação do espaço urbano: dominação, conflitos e contradições.	Nunca houve consulta pública; houve, mas não participou.	10/12
Mobilidade e infraestrutura urbana: reflexos da construção do Contorno Norte	Falta de pontos de travessia; poucas passarelas; distância entre os pontos de travessia; tráfego intenso nas marginais; maior utilização do automóvel para deslocamento; tempo maior para deslocamento; acesso à escola.	12/12

Quadro 2 Categorias de Análise

Fonte: Próprio Autor

Cabe destacar que as fases de análise de conteúdo, supracitadas por Bardin (2011), também são indicadas por outros autores, porém, não alteram os procedimentos de análise em si. Nesta dissertação, optou-se por trabalhar de

maneira não rígida, pois, segundo a autora, a análise de conteúdo deve envolver o rigor da objetividade, cientificidade e a riqueza da subjetividade.

4. A CIDADE DE MARINGÁ (PR)

A cidade de Maringá está localizada na região norte do Estado do Paraná e é considerada uma cidade de médio porte, sendo a terceira maior cidade do Estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), a cidade de Maringá conta com uma extensão territorial de 473.064.190 m² de área total e 128.260.000 m² de área urbana, com uma população de aproximadamente 397 mil habitantes. Localizada na região Noroeste do Paraná, a 430 km da capital Curitiba (conforme observado na Figura 02), Maringá conta com um Índice de Crescimento Populacional estimado em 1,86% ao ano e Índice de Desenvolvimento Humano de 0.808, ocupando a 67^a posição no Brasil e a 2^a posição no Estado do Paraná, ficando atrás somente da capital Curitiba.

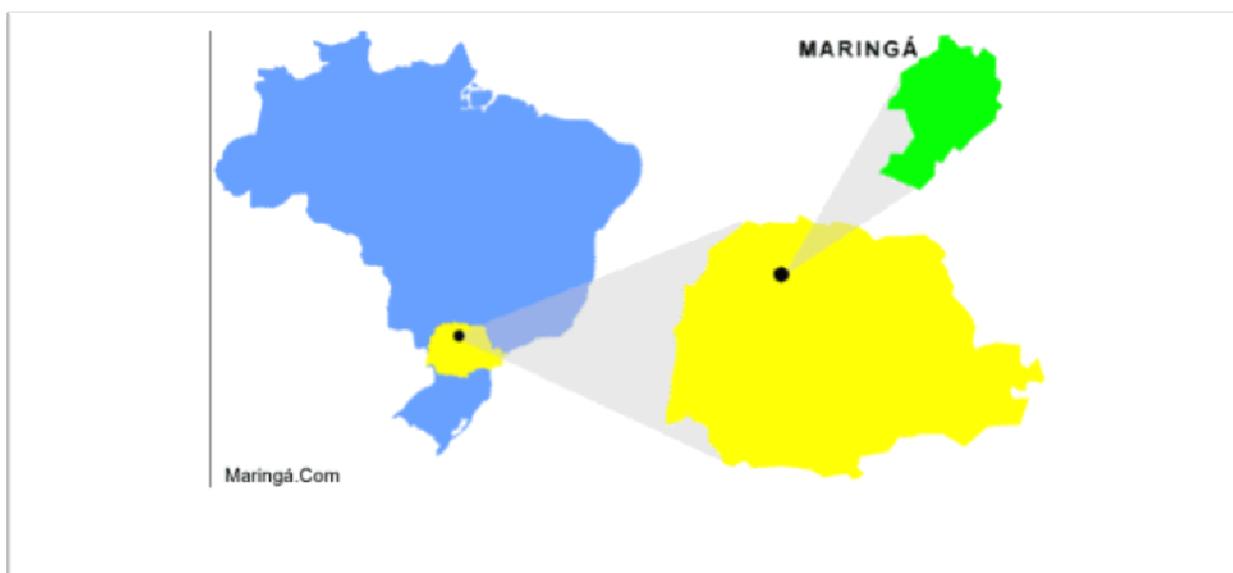


Figura 2 Localização de Maringá

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2015).

O processo de colonização contemplou um período que se iniciou ainda na década de 1920 e aumentou com a possibilidade de exploração da cultura cafeeira. O primeiro grupo de imigrantes que desembarcou na cidade que, mais tarde, seria chamada de Maringá, veio do interior de São Paulo. Era o ano de 1939 e começavam os trabalhos de desbravamento pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná. As primeiras residências foram erguidas de maneira artesanal, com madeiras provenientes das serrarias. Na década de 1940, já havia uma

quantidade - ainda inexpressiva - de comércios de mercadorias para atender a demanda local (SANTOS 1996).

Responsável por projetos como o Jardim América de São Paulo e Águas de São Pedro, na região de Piracicaba, Jorge de Macedo Vieira, contratado pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNPR), nunca esteve na cidade de Maringá, mas foi o responsável por um projeto que, para a época - 1945 - foi considerado dos mais arrojados e modernos, com a orientação da Companhia de Melhoramento, que exigia largas avenidas, praças e árvores na cidade (RODRIGUES et al., 2011).

Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, pela lei nº 2, de 10 de outubro, que dispunha da divisão administrativa do Estado. Posteriormente, em 1951, Maringá, com o crescimento expressivo, passou a condição de município, tendo como distritos as cidades de Iguatemi, Floriano e Ivatuba (CORDOVIL, 2010).

Em 1951, Maringá era chamada de cidade “fantasma”. Esse fato decorria do elevado número de casas vazias e recém-loteadas. A cláusula contratual de compra desses imóveis exigia que fossem construídas edificações em, no máximo, um ano. Essa foi a maneira encontrada pela companhia colonizadora para assegurar o crescimento e desenvolvimento da cidade e evitar especulação de compra e venda dos lotes para terceiros. A medida, apesar de não evitar a especulação imobiliária, fez com que a cidade fosse, aos poucos, tomando os seus contornos mediante construções que foram surgindo, mesmo que, na maior parte das vezes, fossem residências ainda de madeira, muitas ainda fechadas, pois seus proprietários residiam em outras cidades. Tal configuração lembrava, assim, uma vila, com povoação abandonada, o que justifica tal apelido citado (HILÁRIO 1995; LUZ, 1999).

Dessa forma, a área urbana da cidade foi sendo demarcada, contemplando inicialmente 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Desse total, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de mata natural em pleno espaço urbano. A área da cidade previu também a localização de bairros com as funções específicas: residencial, popular, industrial etc. Os centros cívicos e administrativos ficaram localizados na região central, próximos à estação rodoviária e ferroviária e também às estações municipais, estaduais e federais (LUZ, 1999; HILÁRIO, 1995).

Também foram reservadas, no plano inicial da cidade, áreas para: escolas, hospitais, igrejas, parques, espaços públicos, esportes etc. Na parte leste da cidade, uma área de 90 alqueires foi destinada ao aeroporto, visto que as condições topográficas locais eram ideais para tal objetivo, permitindo a construção de pistas com aproximadamente 1.700 metros de comprimento e 200 de largura, para pousos e decolagens (LUZ, 1999).

O local onde está situada a cidade de Maringá, a aproximadamente 430 km da capital do Paraná Curitiba, continha condições naturais, tais como: localização geográfica, topografia e clima favorável, para a construção de uma grande cidade. Em função de sua privilegiada situação geográfica Maringá tornou-se uma referência, com terras férteis para o cultivo de café e com uma extensão agrícola de aproximadamente 300.000 alqueires. Na medida em que a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná loteava os terrenos que a pertenciam, logo iam estendendo-se as vias de acesso aos núcleos urbanos ao longo da sua estrada principal, para atender, assim, a demanda de pessoas que adquiriam os lotes comercializados pela CMNP, de modo que não ficassem isoladas dos patrimônios mais próximos (LUZ, 1999).

Quanto ao nome que foi dado à cidade, segundo Hilário (1995), a revista Maringá Ilustrada, de agosto de 1957, diz “a canção *Maringá, Maringá*, de Joubert de Carvalho batizou uma cidade”. Composta em 1931, tal canção retrata a história de uma imigrante cabocla Maringá (Maria do Ingá). Como essa música era muito famosa e cantada na época, a esposa de um dos diretores desbravadores de Terras do Norte do Paraná sugeriu que fosse dado esse nome à cidade. Por tal razão, Maringá é conhecida nacionalmente hoje como “cidade-canção”.

Segundo Santos (1996), o crescimento urbano iniciou-se na década de 1970, quando a retratação da atividade cafeeira e a modernização das atividades rurais levaram a um processo de êxodo rural, que atingiu o seu ápice de migração rural urbana nos fins da década de 1980 – momento em que a região consolidou-se com sua base industrial, caracterizando-se como um dos mais importantes centros agroindustriais do Estado do Paraná. Esse crescimento refletiu diretamente no movimento de periurbanização, o qual extravasou os limites municipais da cidade, mais precisamente, chegando às cidades vizinhas como Paiçandu e Sarandi e, posteriormente, a Marialva.

De acordo com Rodrigues et al. (2011), na década de 1970, Maringá atingiu um nível histórico de crescimento populacional (conforme observado na Tabela 1). Com a modernização agrícola, ocorreu uma clara mudança na superação do espaço urbano em relação ao rural, causando, com isso, a ocupação de todo o espaço territorial delimitado pelo plano inicial de Jorge Macedo de Vieira.

Assim, houve a ocupação dos limites do perímetro urbano e um primeiro indício de que haveria favelização na cidade de Maringá. Outro aspecto importante e histórico para o crescimento populacional foi a abertura da Universidade Estadual de Maringá, que atraiu muitos alunos, professores e familiares para a cidade, em busca de oportunidades.

Tabela 1: Evolução da População Residente no Município de Maringá (1950-2015)

Ano	Urbana		Rural		(100%)
	Número	%	Número	%	
1950	7.270	18,84	31.318	81,16	38.588
1960	47.592	45,71	56.639	54,29	104.231
1970	100.100	82,47	21.274	17,53	121.374
1980	160.645	95,51	7.549	4,49	168.194
1991	233.732	97,41	6.198	2,59	239.930
1996	260.909	97,40	6.969	2,60	267.878
2000	283.792	98,38	4.673	1,62	288.465
2010	350.653	98,20	6.424	1,80	357.077
2014*	-	-	-	-	391.698
2015*	-	-	-	-	397.437 ³

Fonte: Adaptado Tows (2015)

Nesse sentido, Rodrigues (2004, p. 34) enfatiza o crescimento que a cidade de Maringá teve, principalmente a partir da década de 1970.

O projeto implementado prosperou e resultou numa cidade que, em meio século, obedeceu, em linhas gerais, ao traçado inicialmente almejado e ao plano de ocupação, que previa para 50 anos uma população em torno de 200.000 habitantes, possuindo, em 2000, quase 289 mil. Pode-se inferir que essa planejada ocupação não se confirmou totalmente, devido ao processo de adensamento demográfico decorrente do êxodo rural, na década de 1970, que não se podia prever inicialmente.

Claramente, no decorrer dos anos, o espaço urbano da cidade de Maringá foi configurando-se em função, principalmente, do êxodo rural na década de 1970. Formas coletivas de moradia foram se territorializando cada vez mais em áreas

³ Estimativa populacional para os anos de 2014-2015, segundo informações disponibilizadas pelo IBGE (2015) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm

periféricas. Com isso, os conflitos foram se acirrando e a distribuição demográfica refletiu diretamente nos limites territoriais urbanos, alcançando áreas como sítios, loteamentos quase desertos e, inclusive, mata nativa. Com a expansão dos loteamentos mais distantes do seu grande centro, os serviços básicos como saúde, educação e toda a infraestrutura básica como água, luz etc., passaram a chegar nesses bairros mais distantes de forma desigual, refletindo nas condições de vida das pessoas (MORELLI, 2010).

Devido ao crescimento urbano da cidade, a partir da década de 1980, Maringá passou de 168 mil habitantes para aproximadamente 397.437 mil em 2015 (IBGE, 2015). A construção civil desenvolveu-se e, com isso, a cidade iniciou um processo de verticalização de prédios residenciais (conforme observado na Figura 03) e comerciais, além da construção de condomínios horizontais fechados.



Figura 3 Verticalização de Maringá na década de 1980.

Fonte: Observatório das Metrôpoles de Maringá (2011).

Embora a cidade de Maringá tenha sido projetada para aproximadamente 200.000 habitantes em 50 anos, já em 1996, após 49 anos de sua fundação, estimava-se que a cidade possuísse uma população de 270.000 habitantes. Em 2000, esse número chegou a 288.653 habitantes (IBGE, 2015). No ano de 2009, a cidade alcançou a marca populacional de 335.511 habitantes (IBGE, 2015).

Segundo Cordovil (2010), com o crescimento, a cidade passou a ser vista como importante região agrícola e industrial, atuando também como centro de comércios e serviços, o que gerou a necessidade de adequação de toda a sua

estrutura urbana, até então planejada inicialmente para acomodar 200.000 habitantes.

Como a demarcação da estrada de ferro a 2 km a leste da primitiva posição local, imposta pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a CMNP solicitou a realização de um estudo de levantamento da topografia geográfica local para o planejamento urbano da cidade de Maringá. As linhas centrais para a construção da cidade foram estabelecidas pelo Dr. Cássio Vidigal, cabendo, depois, ao engenheiro urbano Dr. Jorge de Macedo Vieira planejar e traçar o plano definitivo do perímetro da cidade (LUZ, 1999).

O traçado das ruas e avenidas obedeceu aos seguintes critérios: arruamentos ortogonais, conhecidos como quadras comerciais, contando com ruas e avenidas planejadas com 46, 35, 30 e 20 metros de largura, com suas vias de trânsito e área central destinada ao ajardinamento (LUZ, 1999).

Segundo Cordovil (2010), a Avenida Brasil foi construída com o objetivo de cortar transversalmente o perímetro central da cidade. Também foi a primeira via a ser realizada em Maringá. Seu plano atravessa a cidade de leste a oeste, dispondo de algumas rotatórias que, inicialmente, não constavam no projeto. E foi nas margens da Avenida Brasil que foram desenvolvidas as primeiras casas e edificações provenientes da colonização do norte do Paraná, a partir de 1942.

Na década de 1960, o então prefeito, João Paulino Vieira Filho, percebendo a expansão da cidade (conforme pode ser observado na Figura 04), executou algumas obras importantes para adequação do sistema viário de Maringá. Dentre elas, realizou a pavimentação da Avenida Paraná, Viaduto do Café e a ampliação da Avenida Colombo, de 35m para 45m de largura (RODRIGUES et al., 2011).

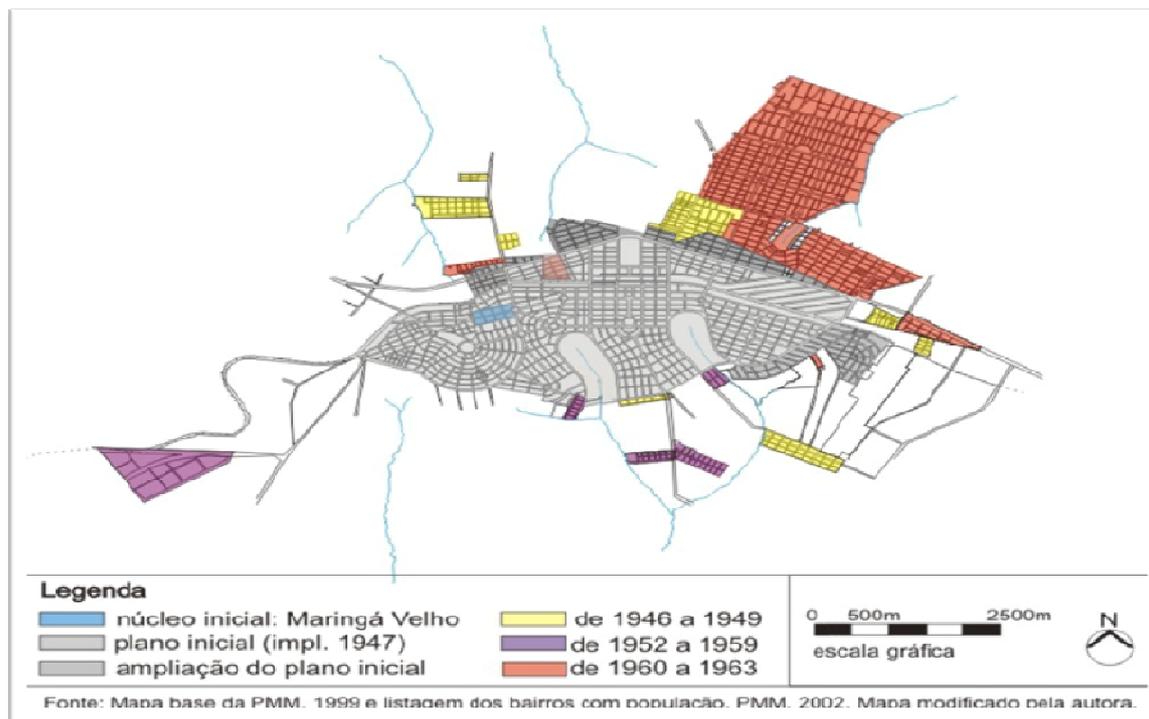


Figura 4 Mapeamento da expansão urbana até 1963

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2011).

Maringá tem como via de passagem principal para a mobilidade urbana a Avenida Colombo, que foi incluída como eixo limitador da cidade desde o projeto inicial, elaborado por Jorge de Macedo Vieira. Porém, a Avenida Colombo impõe problemas de passagem tanto para veículos quanto para pedestres, dividindo a cidade em norte-sul. Isso traz como consequência o alto índice de acidentes com mortes, segundo dados da Secretária Municipal de Transportes de Maringá (RODRIGUES et al., 2011).

Na década de 1990, ocorreram mudanças no modelo de desenvolvimento da cidade, em função do progresso em nível demográfico que Maringá vinha passando desde a sua fundação. Assim, houve a aprovação de novos loteamentos e, por outro lado, a queda da densidade populacional, modificando o perímetro urbano. Em 1991, foi aprovado o Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento de Maringá. Ainda neste ano, foi criada por lei a Região Metropolitana de Maringá, iniciando-se com nove cidades, dentre as quais Maringá era a cidade principal; já Sarandi e Paiçandu, por exemplo, tinham o status de cidade dormitório (RODRIGUES et al., 2011).

O plano elaborado pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha reorganizou a cidade com características diferentes daquelas elaboradas no plano original. Dessa maneira, segundo Rodrigues (2004), foi construída uma malha retilínea, com o

objetivo de conciliar interesses imobiliários e facilitar a locomoção da cidade para a Região Metropolitana de Maringá. Ainda, segundo a autora, nesse período iniciou-se o extravasamento da população de baixa renda para as regiões fronteiriças da cidade.

Na interpretação de Rodrigues (2004), a cidade cresceu muito e já ultrapassou, em números de habitantes, a quantidade inicial para a qual foi planejada. Com isso, já sofre também as consequências da especulação imobiliária e da negligência do Poder Público. Contudo, ressalta a autora que a Região Metropolitana de Maringá, de acordo com os objetivos da CMNPR, desenvolveu-se de tal forma, desde o seu plano inicial, que o objetivo desse planejamento foi mantido pelo Poder Públicos e agentes imobiliários.

Todavia então, com o crescimento da cidade de Maringá, o tráfego da Avenida Colombo passou a não atender a demanda em termos viários, causando inúmeros problemas para mobilidade urbana da cidade. A fim de superar tais problemas na Avenida Colombo, o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (DERPR) elaborou um projeto chamado Contorno Norte de Maringá, no qual o objetivo principal seria resolver os problemas da Avenida Colombo, desafogando todo o tráfego pesado de carros e caminhões para o entorno da cidade.

Em 2008, começou, nas extremidades norte de Maringá, uma obra de grande magnitude: a construção do Contorno Norte (conforme pode ser observado na Figura 05). Tal obra foi realizada pela empreiteira Sanches Tripoloni, seguindo os critérios do Ministério do Planejamento, que liberou recursos para o município por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Contorno Norte foi executado com 17,2 quilômetros de extensão, com o objetivo de desviar todo o tráfego pesado de veículos da BR- 376, que corta a cidade no sentido Leste-Oeste através da Avenida Colombo (FAGNANI, 2011). A via liga o trevo da saída de Sarandi, localizado na região leste da cidade onde está o entroncamento com a Avenida Sincler Sambatt (Contorno Sul), até o trajeto que liga o trevo da saída de Paranaíba, localizado na região oeste da cidade, próximo à indústria da Coca Cola.



Figura 5 Localização do Contorno Norte.
Fonte: DNIT (2015)

Parte do traçado segue os trechos existentes e projetados da Avenida Major Abelardo José da Cruz, incluindo viadutos, pontes e passarelas de pedestres. A obra foi orçada, inicialmente, em R\$ 142,9 milhões e, atualmente, o Contorno Norte retira do perímetro urbano da cidade de Maringá todo o trânsito diário de aproximadamente 20 mil caminhões. Com essa medida, a Avenida Colombo tem como objetivo voltar a ser uma via de articulação urbana, onde acontecem engarrafamentos em quase todos os horários e considerados de alto risco de acidentes fatais (FAGNANI, 2011).

Lançado em 22 de janeiro de 2007, o PAC foi um programa que norteou o mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a intenção de acelerar o crescimento de forma sustentável do Brasil. Os investimentos do PAC foram organizados pelo governo em cinco blocos de investimentos: 1) Infraestrutura; 2) Créditos e Financiamentos; 3) Investimentos; 4) Aperfeiçoamento do sistema tributário; e 5) Medidas Fiscais (BRASIL, 2015). Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e conduziu o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período. E, com o anúncio do Governo Federal, cerca de 412 milhões de reais, em duas Etapas de Construção, foram direcionados por meio do PAC ao Contorno Norte de Maringá, Entre as

principais intervenções, destacam-se: 14 viadutos, 3 pontes, 12 passarelas e 33.700 metros quadrados de muros atirandos (DNIT, 2010).

Tal projeto foi elaborado ainda na década de 1979, oriundo de um trabalho coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, junto à equipe do Urbanista Nildo Ribeiro da Rocha, com o objetivo de ampliar o Perímetro Urbano de Maringá. A ideia do projeto era a de delimitar o perímetro urbano da cidade de Maringá e também desviar todo o tráfego pesado de caminhões que atravessava diariamente a região central da cidade (BORGES; SELA, 2013).

Assim, a obra do Contorno Norte tinha como objetivo inicial melhorar as condições de tráfego na cidade, mas, de certa forma, trouxe para a população que mora no entorno da via muitos fatores que prejudicam o cotidiano das pessoas, pois a obra acaba cortando o interior de alguns bairros do município. Dessa forma, o Contorno Norte (conforme observado na Figura 06) acabou se posicionando dentro do perímetro urbano da cidade, E assim, o que era para ser a solução para a sociedade, tornou-se um novo problema, pois, como o próprio nome já diz, o contorno deveria ser realizado nas extremidades da cidade e não no perímetro urbano, deixando, dessa forma, prejudicada a população que precisa acessar os recursos básicos e os comércios. (RODRIGUES et al., 2011).



Figura 6 Setores censitários

Fonte: Adaptado observatório das Metrôpoles de Maringá (2011).

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o Contorno Norte irá proporcionar muitos benefícios para a cidade de Maringá, são eles: i) separar o tráfego rodoviário de média e longa distância do tráfego local urbano; ii) facilitar a fluidez do tráfego minimizando o índice de acidentes aos usuários da cidade, como também dos viajantes que passam por ela; iii) diminuir o tempo de viagem principalmente dos veículos pesados que transportam cargas; iv) reduzir a emissão de poluentes e ruídos no trecho em que a BR- 376/PR corta a cidade; v) beneficiar a região lindeira atraindo investimentos com a criação de novos loteamentos devido à facilidade de acesso e à valorização da área (DNIT, 2010).

Posto isto, a obra Contorno Norte tem como objetivo resolver o problema de fluxo de veículos pesados no perímetro urbano, mais precisamente da Av. Colombo, mas, de certa forma, resolve o problema com a transposição de veículos pesados da Av. Colombo para o Contorno Norte, o que deixa de lado o fator social, visto que essa mudança reflete diretamente na vida das pessoas que estão situadas no entorno da obra. Em outras palavras, todos os problemas relacionados à Avenida Colombo, simplesmente foram transpostos para o Contorno Norte, pois foi executado muitos anos após o seu projeto inicial, o qual previa sua construção na extremidade da cidade, situação que não condiz mais com o momento atual. Contudo, o resultado não está atendendo o discurso da classe dominante, pois a intervenção urbana restringiu o acesso dos loteamentos no entorno da obra, já que o Contorno Norte é uma via expressa e sem redutores de velocidades. Para isso, fica acentuada nas proximidades, uma região destinada à população de baixa renda, uma vez que a obra reduziu o valor de mercado da região (RODRIGUES et al., 2011).

No âmbito político, Borges e Sela (2013) destaca a influência de alguns agentes locais para a contemplação das verbas provenientes do PAC, a fim de viabilizar a obra Contorno Norte e colocá-la na agenda política governamental. Assim, os autores pontuam que, sem a ligação direta dos agentes públicos locais, a obra jamais seria realizada, ou seja, não teria saído da gaveta. Foram os agentes públicos, portanto, que se mobilizaram com uma força indutora e influenciaram no processo decisório para a liberação de recursos financeiros e execução de tal obra.

A empreiteira que venceu a licitação para executar a obra Contorno Norte foi a construtora maringaense Sanches Tripoloni, que disputou a concorrência com outras quatro grandes empreiteiras do cenário nacional, são elas: EIT Empresa

Industrial Técnica, CR Almeida, Queiroz Galvão e Construtora Triunfo. A empreiteira Sanches Tripoloni também venceu a segunda licitação para execução da segunda etapa da obra, disputando com mais três empreiteiras: Delta, Convap e Cetenco Engenharia (BORGES; SELA, 2013).

Dessa maneira, pode-se notar que o Contorno Norte de Maringá caracteriza-se mais como uma delimitação territorial em função da divisão com a área urbana e ocupação lindeira, do que como uma via com características rodoviárias. Observa-se ainda que a região escolhida para construir o Contorno Norte é predominantemente residencial, sendo um divisor de integração com as regiões centrais da cidade, o que vem a caracterizar-se como um obstáculo para a população local.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo são analisados os dados primários e secundários coletados visando responder ao problema de pesquisa proposto na introdução dessa dissertação.

5.1 ESPAÇO VIVIDO ANTES DA CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE

As primeiras edificações na região norte da cidade de Maringá remetem a ações públicas e políticas adotadas ainda na década de 1950, quando se deu a primeira legislação urbanística na forma de Código de Posturas e Obras- a Lei nº34/1959. Assim, o que se verificou na década de 1960 foi uma indiscriminada anexação de novos loteamentos aos limites da cidade, embora ainda existissem espaços vazios no plano inicial elaborado por Jorge de Macedo Vieira, porém, com um valor elevado, o que, certamente, contribuiu para situação de segregação urbana em direção à região norte da cidade de Maringá (ANDRADE; CORDOVIL, 2008).

O resultado disso foi a formação de uma cidade altamente segregada e com o rápido crescimento urbano. Principalmente a partir da década de 1960, ao lado norte da cidade, inicia-se a ocupação do solo em especial pela população de renda baixa, nos limites além do plano inicial (RODRIGUES, 2004).

A cidade abriga a vida de uma determinada população, que se constitui por meio das políticas públicas aplicadas ao local, bem como com a prestação dos serviços públicos. Dessa forma, a região norte de Maringá carrega, na sua história, uma trajetória que reflete diretamente na produção do espaço e na vida das pessoas, desde o período de planejamento da cidade de Maringá até os dias atuais. Para analisar a produção do espaço urbano, é necessário compreender que essas construções arquitetônicas estão intimamente ligadas à vida de muitas pessoas que perpassam no seu entorno, e, por vezes, à vida da população que mora na cidade como um todo.

Nesse sentido, é necessário analisar a produção do espaço urbano antes da construção da via Contorno Norte e como era a vida dos moradores, os seus desejos, anseios em relação a tal espaço, ou seja, é preciso entender como a vida

das pessoas que moram nas mediações dessa via foi modificada em razão dessas alterações idealizadas pelo poder público.

A partir de 1979, com o crescimento e expansão da população urbana, houve a necessidade de aprovação de novos loteamentos que causaram extravasamento da cidade de Maringá, para suas extremidades. O Plano de Diretrizes Viárias, elaborado em 1979, possibilitou abertura de 54 novos loteamentos para a cidade de Maringá, com uma área total de 10.379.275,52m² e, dispondo de, aproximadamente 872 quadras e 15144 datas: Parque Hortência I e II, Conjunto Thaís dentre outros estão entre esses loteamentos e são, atualmente, bairros que foram cortados pelo Contorno Norte. O fato é que esses bairros existem desde a década de 1980 e o projeto do Contorno Norte é proveniente da década de 1990, o que remete a uma falta de planejamento urbano na cidade de Maringá (TOWS, 2015).

Porém, durante a pesquisa de campo, o ex. diretor-presidente da Urbanização de Maringá S/A pontua que, durante o estudo desses novos loteamentos, o governo municipal realizou o planejamento considerando a construção do Contorno Norte, ou seja, a obra já era prevista no Plano Diretor e no planejamento urbano da cidade de Maringá.

A lei complementar N°632/2006, no artigo 152 do Plano Diretor, apresenta o projeto do anel viário municipal, formado pelo Contorno Norte e Contorno Sul, com os seguintes objetivos:

I - Desviar o tráfego regional da área urbana central para as vias de contorno da malha urbana; II - compatibilizar as características de uso e ocupação do solo e de desenho urbano da Avenida Colombo e seu entorno com os objetivos da Macrozona e da área onde ela está inserida; III - implantar o contorno norte do Município; IV - qualificar e consolidar o contorno sul do Município (LEI COMPLEMENTAR, 2006).

Segundo Tows (2015), a construção do Contorno Norte de Maringá, além dos seus objetivos diretos como desafogar o trânsito da região central da cidade, pretendia colocar em prática o plano de diretrizes viária de 1979, valorizar a região norte e passar a via para extensão de rodovia federal.⁴

⁴ Liderado pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, foi baseado em um levantamento aerofotogramétrico de toda a área do município, considerou as distorções entre o projeto original, as manchas urbanas antigas e atuais dispersas pela cidade e as restrições ambientais relativas ao relevo e corpos d'água. (VILLALOBOS, 2003).

Isso remete ao fato de que o poder público legitimou tal obra sem as modificações necessárias. Ele considerou uma situação atual em relação ao projeto idealizado ainda na década de 1990, sobre um perímetro que atualmente contempla uma área povoada já na década de 1980 e com uma postura contraditória em relação à circunscrita em um determinado território, como retratada pela entrevistada E2:

Esse contorno aí ó saiu no lugar errado, porque esse Contorno deveria ser mais no canto da cidade né, e saiu no meio e cortou nosso bairro e não tinha essa separação do lado de lá e do lado de cá (E2).

Porém, o entrevistado (E15) explicou que foi realizada uma adequação no projeto inicial, para diminuir os impactos após a construção da obra;

Esse projeto era diferente do projeto inicial, pois a via era em nível ao longo de todo o trecho, então resolvemos fazer um projeto com o mesmo traçado, mas que impactasse o menos possível no local e na locomoção da cidade (vias rebaixadas), por isso ele ainda acabou ficando um pouco mais caro que o projeto inicial, para evitar o conflito do Contorno com a sociedade, por ser uma área já urbanizada (E15).

Mas, de certa forma, como o próprio nome já diz, a via, além de ser rebaixada em relação ao nível, deveria contornar as extremidades da cidade e não atravessar no meio do bairro. Aliás, motivo este que justificou a construção da via, pois o primeiro objetivo era desafogar a Avenida Colombo, a qual dividiu a cidade de Maringá e comportava uma quantidade de veículos além de sua capacidade diária, acarretando em enormes congestionamentos e muitos acidentes fatais. De 405 acidentes acontecidos na Avenida Colombo no ano de 2009, duas pessoas morreram e outras 227 ficaram feridas, conforme informações disponibilizadas pelo Setran (2016) em 2009, considerando que, a partir de 2010, a via passou para a responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal.

Território contempla materialidades e imaterialidades, que impõem ações e relações envolvendo os agentes sociais que produzem o espaço urbano, criando-o e recriando-o conforme suas necessidades. Para analisar a produção do espaço urbano e suas dinâmicas, é importante citar, como explica Corrêa (2004), a inclusão de práticas que determinam processos, os quais definem e configuram as cidades.

Considerar a participação de agentes sociais na produção do espaço é levar em conta que estes não só participam da produção, mas também estabelecem relações corriqueiras, como os elos de vizinhança e identidade com tal local, conforme cita (E3);

Eu mesma tinha uma amiga minha que mora do lado de lá, nossa ela gostava de vir para cá e eu ir para lá na casa dela, e hoje por causa do contorno a gente passa até seis meses sem se ver e só se encontra no mercado (E3).

Após a construção da via Contorno Norte, os próprios moradores fazem essa distinção de quem mora do lado da cidade de Maringá e quem mora do outro, evidenciando o deslocamento socioespacial da região. Por isso, é necessário compreender o espaço como suporte de análise do processo de produção do espaço urbano. Isso porque é no espaço que acontecem as relações de poder - essência das relações de produção, tal como afirma (SOUZA, 1995).

Os processos de desenvolvimento e transformação refletem no espaço urbano de várias maneiras, como pode ser identificado na fala da entrevistada (E3):

Precisa dar muita volta e isso dificulta a relação, pois antes eu visitava com mais frequência os parentes, agora em função do Contorno Norte, as visitas ficaram menos frequentes (E3).

E, assim, o que estava em jogo era a intervenção do Estado, como agente de transformação na concepção do espaço. Observa-se que as pessoas tiveram os seus modos de vida modificados de forma não natural.

É evidente o papel importante que o Estado exerce, enquanto agente que produz o espaço social, ainda que por trás dessa concepção exista uma série de comando de determinada classe que detém o poder de transformação. E, de uma forma ou de outra, as atividades que são desencadeadas no espaço, ou seja, as atividades com interesses privados é que se sobressaem primeiramente, sendo o reflexo das ações que, em consonância com os demais agentes, de fato produzem os espaços na cidade, marcados, sobretudo por conflitos de interesses.

E, assim, os investimentos realizados na cidade de Maringá, sobretudo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, enquanto motivo pelo qual a via Contorno Norte foi viabilizada mediante a captação de recursos, entende-se que

o objetivo principal é parte do capital imobiliário, carregado de possibilidades de lucros e influências políticas.

E, dessa forma, depois que o valor de troca passou a ter papel essencial na dinâmica da produção sobre o valor de uso, o mercado imobiliário passou a buscar estratégias de produção e reprodução dos espaços. Porém, sabe-se o que ocorreu na região foi uma desvalorização dos imóveis, conforme explica (E14):

Eu sinto assim, por tudo que a gente viveu no começo e vive agora, uma frustração, porque desvalorizou essa divisão da cidade, porque o povo fala: se tem uma casa vendendo do lado de lá ou uma do lado de cá, eu iria sempre querer comprar a do lado de lá, porque do lado de lá não tem nada que me atrapalhe para ir para a cidade (Maringá) e não tem o barulho que tem aqui (E14).

Com isso, o morador que está fixado no local há muito tempo é o que mais sente os reflexos da obra e, se por um lado na região a população é quem mais sofreu com a desvalorização de suas terras, além dos reflexos em termos sociais, como cita (E14):

Tem muita gente que colocou as casas à venda e está indo embora, e estão alugando casas em outro lugar e saindo daqui (E14).

O mesmo não se pode dizer das dezenas de indústrias que neste espaço fixaram-se para exercer suas atividades empresariais. Como se sabe, a região norte foi loteada com o objetivo único de ser um local de moradia e, pela cidade de Maringá ser uma “cidade planejada”, os locais destinados a comportar tais empresas, deveriam ser nas zonas industriais previstas no Plano Diretor.

Nessa perspectiva, a moradora (E2) relata sua experiência do antes e do depois no local.

A minha irmã vinha fazer a unha na minha filha aqui do lado de cá, e agora porque morreu um menino atropelado no Contorno que o carro matou, agora a Graciele (filha) e o pai dela não deixa ela vir, só se for de carro, quer dizer que o Contorno dificultou porque antes de ter isso daí (Contorno), ela vinha toda hora andando e agora ficou mais difícil mesmo, mais complicado para gente.

A moradora (E2) ainda relata que costumava frequentar a paróquia que ficava do lado sul da cidade, porém, agora a vida dos paroquianos que moram do lado

norte, após a construção da via, tornou-se muito mais difícil; Isso implica em distanciamento das relações entre a população local católica, que era acostumada a realizar diversas festas paroquiais, caracterizando a união de pessoas em determinadas épocas do ano e também promoviam a arrecadação de fundos para a reforma da igreja e para ajudar os povos mais carentes.

Nesta mesma lógica, outros moradores relataram como consequência da obra o fato de ficarem “presos” na própria casa (E3): “agora todos nós estamos muito mais caseiros, por causa deste problema” e, com isso, fica evidente que as relações que perpassavam a época que antecede a construção do Contorno Norte, perderam-se nesse caminho, contribuindo, assim, para explicar a atual conjuntura de produção espacial local.

Assim, as condições nas quais foi realizada e viabilizada a construção do Contorno Norte de Maringá é que, de fato, não são compreensíveis à luz das necessidades da sociedade e se tornam muito contraditórias. Há comércios, por exemplo, que tiveram que encerrar as suas atividades, pois a obra isolou a região do restante da cidade.

A população residente na região relata que, no local onde foi construída a obra, havia muitos problemas, como matagal, despejo de objetos etc. Assim, a população local reivindicava, junto a prefeitura, melhorias para a região, não que era tudo muito bom antes, existia sim a ansiedade por mudanças, como melhorias na infraestrutura.

Porém, o que, em um primeiro momento, parecia que seria algo que possibilitaria um benefício coletivo não se confirmou, como afirma o (E8) “para mim que estou perto do acesso do outro lado, está bom, mas para quem mora mais longe está ruim”. Confere-se, assim, que após a execução das obras, o Contorno Norte tornou-se uma barreira não só para os moradores do entorno, mas para a cidade. Novos loteamentos foram criados, ficando fora dos limites da cidade e com poucas possibilidades acesso.

Desta maneira, o espaço apresentado antes da Construção do Contorno Norte de Maringá é caracterizado pela ação dos indivíduos que atribuíram um modo de ocupação e utilização, definindo valores expressados sobre a propriedade. Esse processo contempla as características sociais, históricas e econômicas, que são inerentes à construção social humana.

Isso implica dizer que a produção do espaço não se resume somente à produção material e econômica, que a obra prospectou para a população local, como explica uma moradora do local.

O bairro não era asfaltado, tinha poucas casas, e muito depois começaram a surgir novos bairros do lado de cima e começou a crescer bastante e a infraestrutura foi acompanhando este crescimento e se tornou um lugar muito bom de morar, era uma maravilha (E1).

O indivíduo, no desenrolar da sua construção histórica, na produção espacial, atribui um sentido simbólico, religioso e cultural, que vai além dos limites materiais e cria outra dimensão de valor na produção do espaço. Então, esse fato corresponde a ações desenvolvidas pelos indivíduos, como forma de organização do espaço e sua característica de valor que o indivíduo atribui ao local.

Dessa forma, os indivíduos antes se organizavam de uma determinada maneira - ultrapassando os limites das relações humanas, desde as residências, os trabalhos, os trajetos à escola ou ao supermercado, por exemplo, como explica um dos entrevistados, relatando o local antes da construção da via, agora precisa se reorganizar em função da mudança espacial.

O meu neto para ir para escola só consegue se for de circular, mas a escola, como fica a menos de 1500 metros daqui, não tem como conseguir o passe do estudante, mas, apesar de ser menos de 1500 metros, não tem como ir a pé porque como ele vai atravessar o Contorno Norte sem ter a passarela (E5).

Agora para ir ao mercado é complicado porque preciso andar muito mais; para ir ao mercado “Canção” (Supermercado), por exemplo, eu gasto mais de meia hora a mais do que antes, agora se eu atravesso no meio do contorno aqui, eu economizo essa meia hora, porque é muito rápido atravessou o contorno está no mercado (E5).

Portanto, trata-se de uma realidade construída e organizada historicamente que, sob a forma de intervenção urbana, é transformada pelas práticas econômicas e políticas que se estabelecem na relação local. Práticas econômicas, culturais e políticas, historicamente se estabelecem na produção do espaço, redefinindo-se sob a lógica da economia que transforma esses locais em espaços em função da lógica capitalista. E, assim, a construção do espaço social começa com a apropriação,

transformação e uso do território, conforme será tratado a seguir, no processo de territorialização.

5.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O território é constituído como base na qual a sociedade escreve a sua história. A delimitação territorial abarca a possibilidade de projetar as forças que, no espaço, produzem as territorialidades. Assim, o território contempla aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, legitimados pelo Estado. Havendo a presença do Estado, este deve assegurar políticas públicas que atendam aos anseios da coletividade. No entanto, o que ocorre é que o Estado tem a sua atenção privilegiada para alguns em detrimento de outros e, desta forma, o território torna-se uma construção política, econômica e cultural, influenciada pelas decisões dos agentes sociais (TOWS, 2015).

As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital, [...] é necessário [então] contextualizar esses processos em cada momento/período e lugar, no desigual desenvolver do Modo Capitalista de Produção, num constante movimento [...] de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). (SAQUET, 2013, p.138).

Nesse sentido, a produção de territórios ocorre por meio de conflitos com o sistema dominante, contemplando pessoas unidas por meio de suas histórias de vida, traços culturais e cotidianos. Dessa forma, o espaço urbano se dá mediante a construção social de territórios na apropriação coletiva do espaço, o qual não só recebe atenção do Estado, mas também dos agentes sociais que têm suas necessidades e desejos vinculados à realização da vida humana, projetada no espaço, bem como as relações de poder (SOUZA, 2001).

Partindo da perspectiva de que o território passa por constantes modificações, ligadas às alterações espaciais ocorridas tanto em termos de materialidade quanto na imaterialidade, este capítulo contempla o processo de T-D-R dos moradores que moram no entorno do Contorno Norte de Maringá.

Neste contexto, a construção do Contorno Norte é um fator desencadeante do processo de desterritorialização. A sua construção pode ser entendida como uma barreira artificial, brusca e irreversível no espaço, no qual as mudanças refletem não só na materialidade do espaço físico, mas ocorrem também em nível de imaterialidade, contemplando as pessoas, seja por deslocamento ou por outras formas de apropriação do espaço, devido às relações de poder.

Desse modo, Souza (1995) explica que o território deve ser entendido em suas múltiplas vertentes (econômica, cultural, poder etc.). Mesmo apontando também a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades - como o da prostituição e o do narcotráfico - por exemplo, Souza (1995) privilegia as transformações relacionadas ao poder no território.

Com isso, quando uma obra de grandes proporções é idealizada e executada, seus reflexos vão além da transformação no que tange ao espaço físico, ou seja, da materialidade, refletindo também na vida das pessoas, no seu entorno. O caráter não espontâneo deve ser considerado na vida cotidiana das pessoas, permitindo compreender as consequências de uma grande obra no andamento das atividades diárias de uma determinada população.

E, assim, os primeiros reflexos são os sentimentos de invasão, exclusão e falta de apoio do Estado sobre o lugar, o que, de modo geral, gera reflexos mais negativos do que positivos na vida das pessoas. No período em que se iniciou a construção da obra, uma grande quantidade de poeira e lama que sujava as casas com frequência era muito superior ao que, de fato, é normal. Foram relatadas também ocasiões em que faltava água na região, conforme detalha a entrevistada:

Você sabe o que é caminhões e caminhões trabalhando e jogando aquelas nuvens de terra na sua casa, tanto que meus pisos encardiram tudo, além de sempre faltar água e que não sabemos o porquê, eu ficava sem água dois a três dias e quando vinha só vinha um pouquinho e não dava para fazer nada e minha casa entupida de terra e eu precisava de água para lavar (E14).

Na interpretação de Souza (1995), a passagem acima reproduzida deixa claro que as razões e motivações para se conquistar ou se defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico, pois a limpeza é uma questão cultural inerente ao ser humano e, além disso, o fato de não ter água para utilizar no dia a dia faz com que a pessoa tenha que buscar formas alternativas,

acarretando, assim, um custo adicional para a família, não previsto no seu orçamento familiar.

Além disso, a utilização das máquinas pesadas, muitas vezes, madrugadas adentro, somadas ao aumento de circulação nas vias paralelas a obra, produziam barulhos excessivos, o que acabava com o “sossego” da população que residia no entorno, como descrito pela entrevistada (E10);

Dentro de casa, sempre trouxe um transtorno muito grande. Para assistir televisão, você pode colocar no último volume que não escutava nada (E10).

Isso traz consequências pelo fato de os moradores não poderem descansar tranquilamente durante a noite, evidenciando, assim, o processo de desterritorialização no desenraizamento do seu cotidiano e costumes.

O processo de desenraizamento pode ser menos ou mais traumático para os indivíduos ou grupos. Ele pode implicar em uma privação ao acesso a recursos e riquezas, mas é sempre e, em primeiro lugar, um processo que envolve as relações de poder e as projeta no espaço, tal como afirma (SOUZA, 1995). Uma região ou bairro são espaços definidos, basicamente, por identidades compartilhadas, e, são, portanto, espaços vividos e percebidos.

Nesse contexto, foi o morador do entorno da obra quem sofreu um processo de desterritorialização, ao perder suas referências econômicas, políticas e culturais perante o local vivido, tal como diz a moradora:

A cidade de Maringá eu amo e adoro a cidade, é muito boa, só que já pensei várias e várias vezes, gastei muito para reformar minha casa e agora passa um Contorno na frente do meu portão, e assim já pensei várias vezes em sair daqui (E10).

No âmbito econômico, quanto às oportunidades e liberdades, há um reflexo na privação de uma parte dos seus direitos, não permitindo que se caminhe e se desenvolva espacialmente. Assim, os agentes influenciam na estrutura econômica, alterando o ambiente construído e o ambiente a ser construído urbanisticamente.

Contemplando o aspecto cultural, modifica-se a forma com que os moradores ocupam o espaço vivido - como produto da apropriação simbólica, além disso, - os laços, muitas vezes, são perdidos, trazendo consequências, assim, na identificação que esses indivíduos desenvolvem com a vizinhança, comunidade etc.

No aspecto político, o território é visto como espaço delimitado pelas relações de poder, tal como afirma Souza (1995), porém, não se trata exclusivamente do poder exercido pelo Estado, mas sim daquele referente a seus direitos civis, como o acesso aos aparelhos públicos.

O processo de territorialização e, conseqüente, desterritorialização depende diretamente de novas relações entre sujeito e espaço. Tal sobreposição ocasiona novos conflitos, ordenando, assim, novos usos. O Contorno Norte de Maringá significou um momento de desterritorialização, pois houve a ruptura de laços culturais e sociais, o que, por conseguinte, territorializou novas áreas e reterritorializou outras, por meio de uma nova forma de ocupação, conforme pode ser interpretada na fala da (E10):

Aqui na nossa região não vai acontecer mais nada, desvalorizou e vou ver se eu vendo aqui para alguma borracharia né, olha o espaço morto que tem aqui (E10).

Em relatos, moradores afirmam ter, no seu local de moradia, a realização de uma necessidade pessoal, sustentando momentos em busca de uma vida melhor. Eles relatam que o local não era perfeito, mas poderia proporcionar um ambiente cheio de possibilidades. E, ademais, como cidadãos, eles também exercem o seu direito de ir e vir, no entanto, com a construção do Contorno Norte, tal direito não necessariamente tem sido realizado conforme explica a (E14).

Antes, tinha facilidade que era as travessas, onde só tinha um canteiro central e, na verdade, por ser um canteiro, também trazia problemas (E14).

Por ali você encontrava fogão armários e animais mortos, tanto que o pessoal questionava e queria mudasse, melhorasse para não continuar daquele jeito, aquela coisa abandonada, mas a gente não sabia o transtorno que o Contorno iria trazer (E14).

Assim, o que no início da obra era visto como uma possível melhoria para a população local tornou-se um grande transtorno, com uma barreira limitadora. Ao ser executado o projeto, alterações deveriam ter sido feitas, para que os problemas concentrados na Avenida Colombo (ruídos, poluição etc.) não fossem apenas transpostos para o lado norte da cidade, provocando múltiplos reflexos aos cidadãos que residem às margens da via expressa. Por conta disso, o acesso dos moradores

dos bairros às marginais do Contorno ficou restrito (como pode ser visto na figura 7 abaixo).



Figura 7 Contorno Norte.

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2015).

Nesse sentido, a construção da via provocou a desterritorialização da população do seu entorno, forçando essas pessoas a encontrarem outras formas de territorializar o local. E tal reterritorialização não é fácil - apesar de o antigo território ter modificado a paisagem, esta continua muito viva na memória e na identidade das pessoas, como explica (E14);

Eu sinto assim, por tudo que a gente viveu no começo e vive agora uma frustração, porque desvalorizou tudo com essa divisão da cidade (E14).

A desterritorialização é um processo que pode ser voluntário ou simplesmente forçado/ violento, no qual as pessoas não têm a mínima condição de lutar contra essas forças dominantes e o sentimento pelo local se perde nesse caminho.

Segundo Souza (2006), o sentimento de posse ou pertencimento a um determinado território é uma característica inerente ao próprio homem, pois este precisa ter um local com o qual crie uma identificação. O próprio território e as pessoas que nele habitam criam essa identificação condicionante à sua identidade.

Assim, a ligação entre o homem e o território é essencial e, dessa forma, a desterritorialização é um problema social e um conceito importante.

Os processos de desterritorialização provocados pela construção do Contorno Norte refletem diretamente na localização dos indivíduos no perímetro urbano, porém, fixando-se em um aglomerado de exclusão, como relata o morador (E6);

É como se fosse um pedaço de terra morta, né, do lado de cá, e dividiu a cidade praticamente e não tem sentido fazer um contorno dentro da cidade, como bloquear os dois lados? Isso não tem sentido (E6).

Considerando que, na cidade de Maringá, boa parte dos serviços públicos estão concentrados na região central, o deslocamento desses moradores que ficaram expostos em razão da obra do Contorno Norte cria uma condição limitadora para as pessoas buscarem esses serviços básicos, tais como: prefeitura, fóruns, hospitais, escolas etc.

A desterritorialização provocada pela construção do Contorno Norte é, para os moradores do entorno uma perda de territórios em benefícios de outros. Aliás, o discurso da situação direcionada e proferida aos moradores é que, para o bem ou para o mal, tal construção é um benefício para toda a população, sendo alvo natural do desenvolvimento, como explica o Ex. diretor-presidente da Urbamar.

Essa obra tirou mais de 25 mil veículos da Avenida Colombo, do centro da cidade, então, a obra, em nossa opinião, foi muito importante para Maringá. Pode-se dizer que muitas coisas aconteceram de bom para Maringá, após o Contorno Norte (E15).

E, nesse contexto de desenvolvimento, Souza (2006) questiona: pode-se chamar “desenvolvimento” uma mudança em que se desconsideram os “efeitos colaterais” em termos econômicos, políticos e culturais? Sabe-se que não, já que os custos desse “desenvolvimento” são desastrosos, não só para os moradores, mas para toda a cidade, pois reflete na sub-urbanização.

Souza (1995) ainda afirma que a desterritorialização pressupõe a exclusão desses moradores que anteriormente ocupavam aquele espaço, pois, ao modificar as formas e funções de ocupação daquele local, o homem também se modifica.

O projeto, que tinha como objetivo proporcionar melhorias nas condições urbanas da cidade foi alvo de uma reorganização na produção do espaço em uma determinada área e afetou, além da população local, também a dinâmica do comércio, como cita a entrevistada (E12);

Os comércios fecharam aqui por causa da obra, por causa da poeira o dia inteiro. Agora que terminou, está mais tranquilo (E12).

Então, dizer que somente a população do entorno do Contorno Norte foi afetada seria minimizar o problema, pois os reflexos também atingem a área econômica que contempla empregos, distribuição de renda etc. Com isso, a cidade deverá absorver, mesmo que de forma não perceptível, esses aspectos negativos que tiveram como consequência os reflexos de uma obra cujos interesses relacionados a seu planejamento ainda são obscuros aos olhos da comunidade local.

Ainda que o poder público justifique tal ação com um fator positivo-como a transposição dos veículos da Avenida Colombo para o Contorno Norte - é importante destacar que governo municipal deveria dar prioridade para obras públicas de bens de consumo coletivo, ou ainda, prover espaços para interação da população em geral.

5.3 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO APÓS A CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE

Independente da forma com que acontece o processo de territorialização, isto é, a apropriação do espaço e a transformação em um lugar habitado coletivamente, o indivíduo sempre irá alterar o meio em que vive, seja por falta de opção, seja por imposição. A modificação realizada no território é caracterizada como desterritorialização e, conseqüentemente, há a reterritorialização de novos territórios no tempo e no espaço (SOUZA, 1995).

Diversos são os processos que ocorrem na reterritorialização, seja por necessidade de melhoria de vida para a população, seja por iniciativa da população. Porém, o processo se deu por meio da intervenção do Estado com a implantação do

Contorno Norte, constituindo, assim, duas faces para os moradores locais: quem mora no lado norte, após o Contorno, e quem mora do lado sul da cidade.

O fato é que uma obra como a do Contorno Norte reflete em uma determinada população de modo que os seus direitos à cidade ficam negados. Em Maringá, a via Contorno Norte separou uma parte da cidade da região sul, implicando em muitas dificuldades de locomoção para outra parte da cidade.

Essa grande obra de Maringá, realizada com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), teve como objetivo principal mudar o fluxo de veículos da BR 369, que perpassa pelo centro da cidade. No entanto, com a transposição de veículos para o Contorno Norte, a via se configurou como uma barreira no perímetro urbano, refletindo diretamente no cotidiano dos moradores que, durante muito tempo, já habitavam este espaço da cidade, carregando consigo um histórico de segregação social iniciado ainda na década de 1960.

Todavia, o entrevistado (E15) explica que, em um primeiro momento, a obra não tinha sido licitada com o objetivo de captar recursos do PAC, pois já havia um projeto anterior para execução dela por parte do DER-PR. Coube, assim, ao município somente acompanhar a execução.

Essa obra foi realizada pelo Governo Federal através do Departamento Nacional de Infraestrutura e coube ao município de Maringá fazer o projeto inicial e as operações, o restante foi totalmente de recursos do próprio DNIT. Essa obra foi licitada totalmente pelo DNIT na superintendência do Estado do Paraná. Coube ao município acompanhar se ela estava sendo executada nos moldes que o município queria e, assim, o meu papel frente ao Urbamar era acompanhar as obras, fazer reuniões com o DNIT para garantir que estava sendo executada dentro daquilo que o município queria (E15).

Ainda, segundo o entrevistado (E15), porém:

O traçado já era existente, então quem foi morar na região já sabia da existência do Contorno Norte, então não era uma coisa nova para os lindeiros do Contorno Norte (E15).

Mas, apesar da obra já estar prevista no planejamento de Maringá, essa divisão fez com que uma parte da cidade ficasse “tachada”, conforme conta a (E1);

O povo do lado de lá chama esse lado de lado paraguaio, como um apelido dado ao lado de cá e o lado de lá mora em Maringá (E1).

Isso refletiu tanto na vida dos moradores dos bairros em estudo, que acabou agravando o isolamento do local, considerando os poucos pontos de acesso a outros bairros que contemplam o outro lado da cidade, o que constituiu- uma espécie de barreira integradora de moradores (conforme pode ser visualizada a figura 8).



Figura 8 Divisão dos Bairros pelo anel viário Contorno Norte

Fonte: Construtora Sanches Tripoloni (2014)

Os poucos pontos de acesso entre os bairros que ficam às margens da via deixaram o local, após a construção do Contorno Norte, em estado de isolamento. Desta maneira, as famílias, na maioria das vezes de menor padrão econômico, possuem menos acessos às outras localidades importantes para o seu dia a dia, por exemplo, para os locais de trabalho e serviços públicos na área central. Tal fato contribui ainda mais para o distanciamento dessa população que mora no entorno da via, além da discriminação que já ocorre entre os próprios moradores da região.

Com relação ao acesso aos bairros que ficam do lado norte da via, o entrevistado (E15) justifica dizendo que:

Com o estudo realizado na época, foi incorporado todos os viadutos que existem hoje, junto com as passarelas que foram implantadas ao longo do trecho (E15).

Assim, como era uma rodovia “tipo zero”, a princípio o projeto não previa a construção desses pontos de acesso e o que se tem hoje é uma adequação que não

resolve o problema da população local. Rodovia “tipo zero”, segundo o (E15), é uma política do governo federal que, ao construir as rodovias, procura executá-las com poucos pontos de acesso, para que possa utilizá-la como via rápida. Além disso, o entrevistado relatou que esse “obstáculo” foi superado com a construção de passarelas a cada 500 metros, além de passagens para veículos a cada 1300 metros, seguindo as normas do DNIT.

Dessa maneira, o interesse coletivo não é representado pelo Estado, já que, diante de muitos interesses, o coletivo não constitui sua melhor defesa. Nessa situação, ações obscuras, como políticas e mercados imobiliários acabam gerando consequências indesejáveis e contrárias a uma parte da população. Enfim, entende-se que essa reestruturação acontece por meio de intervenções urbanísticas, remetendo a novos usos, funções e formas de cidade, significando novas territorialidades e criando novos territórios nos modos de vida, marcados pela reestruturação espacial e temporal.

O ser humano precisa de um local a fim de territorializar-se e possuir um espaço com o qual crie uma identificação. Assim, este espaço vai determinar a sua própria identidade, porém, determinadas eventualidades e circunstâncias conduzem essa relação homem-território a uma situação de ruptura e quebra de identidade entre a pessoa e o espaço físico. Quando isso acontece, ocorre o processo de desterritorialização.

Assim, os moradores reterritorializam o local, recriam seus espaços socioculturais e econômicos, embora, muitas vezes, fiquem distantes daquela situação que se tinha anteriormente. Entretanto, na pesquisa em análise, esses moradores do entorno do Contorno Norte já foram antes desterritorializados em função da construção da obra na região norte de Maringá; e o processo de reterritorialização, nesse contexto, ocorreu na medida em que organizaram novas formas de apropriação do espaço.

Segundo Souza (1995), todo espaço definido e delimitado pelas relações de poder é um território e, assim, pode-se considerar que todas as relações de poder já estabelecidas constituem em uma desigualdade de forças, a qual, por sua vez, implica em reterritorializar um território já territorializado, onde a classe dominante, sob a atuação do Estado, impõe aos mais fracos suas decisões, que pouco tem a fazer a não ser acatar o que foi estabelecido.

Assim, para Haesbaert (1995), a reterritorialização refere-se à criação de novos territórios, ou de maneira parcial, (territórios antigos) ou por meio de nova criação parcial (territórios novos). Os novos territórios devem apresentar características dos antigos territórios.

Entende-se como território agora reterritorializado, no fato em questão, de as famílias do entorno do Contorno Norte terem que se reorganizar em um local onde lhes foi imposto um modo de vida o qual lhes é estranho. Assim, as pessoas precisam buscar novos modos de vida e tentar se acostumar com uma situação de desconforto, tal como afirma (E14):

Aqui em casa meu vidro fica sempre fechado, eu deixo o volume da minha televisão nos 100 e, apesar disso, você não ouve nada, tanto que estou pensando mudar minha casa para mudar o local da sala de estar (E14).

Se, por um lado, há pessoas vivendo em uma situação de desconforto que lhes foi imposta sem muitas perspectivas de melhorias para o futuro, existem outros grupos que se aproveitam de tal situação para obter algum tipo de vantagem nesse processo. Sabem-se, até então, os enormes prejuízos causados à população local, além da qualidade de vida e ter que conviver com o barulho em excesso durante o dia e a noite. Os moradores não têm para quem reclamar, gerando uma sensação de descaso em boa parte da população local.

Dessa forma, as contradições refletem no espaço social. Tais reflexos ocorrem no local em que está estabelecido o espaço coletivo. Isso significa que a produção da cidade passa a ser produto de interesse do mercado. Assim, esses grupos hegemônicos, tal como afirma Corrêa (2004), exercem suas forças de poder e acabam por produzir privilégios aos blocos detentores do capital produtivo.

Essas contradições são legitimadas pelo Estado, que detém o controle de uso do solo, bem como informações privilegiadas em termos de planos, projetos e interesses privados. Assim, ele acaba por conduzir e articular estratégias de expansão e desenvolvimento da economia urbana. Além disso, a população acaba ficando de fora das discussões que são de seu interesse e já previstas no Estatuto da Cidade. O reflexo disso é uma cidade fragmentada e, com características segregadoras no que diz respeito ao aspecto socioespacial.

Nota-se, então, que os moradores afetados pela construção da via são exemplos de decisões que foram tomadas à revelia, excluindo a população envolvida de qualquer discussão de decisão voltada a seu futuro, enquanto comunidade de cidadãos brasileiros. Tal fato vai ao encontro do que foi estabelecido no Estatuto da Cidade, após anos de luta para que fosse regulamentado, porém, ainda não aplicado aos olhos da população.

Segundo Rodrigues e Cordovil (2010), em Maringá foram aprovados três Planos Diretores: o primeiro em 1968, o segundo em 1991 e o terceiro em 2006, com a incorporação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos do Estatuto da Cidade.

Em 1968, o primeiro Plano Diretor da cidade de Maringá foi desenvolvido por uma equipe técnica contratada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CODEM) com dois objetivos: i) manter a proposta inicial e coibir a expansão do perímetro urbano; ii) integrar os três polos econômicos do interior do Paraná: Ponta Grossa, Londrina e Maringá (RODRIGUES, 2004). No entanto, para Cordovil e Rodrigues (2010), o reflexo desse Plano Diretor acabou reafirmando o padrão centro-periferia em função do êxodo rural, afetando também as cidades vizinhas.

O Plano Diretor de 1991 contou com a ausência de participação popular e, como diferencial, tal Plano contemplou a região metropolitana de Maringá. Esse Plano de 1991 passou por várias atualizações ocorridas nos anos: 1994, 1999, 2000 e 2001, e, segundo análise de Cordovil e Rodrigues (2010, p.11) “aqueles planos não foram sequer encaminhados para o legislativo”.

A partir de 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, houve uma abertura maior - mediada e controlada pelo Poder Público Municipal - para a participação da população; - proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados passaram a participar. Esse processo incluiu “segmentos que jamais participaram diretamente dos processos decisórios sobre o uso e ocupação do solo” segundo Cordovil e Rodrigues (2010, p.12), inclusive dando maior abertura ao mercado imobiliário e à indústria da construção civil.

Ainda de acordo com Cordovil e Rodrigues (2010, p.12), “o poder executivo aprovou a Lei do Plano Diretor em 2006, mas não a implementou durante os dois anos seguintes de sua gestão”. As autoras ainda destacam que, em 2009, foi realizada uma conferência convocada para uma segunda-feira às 8h30min da manhã. Em função desse horário, muitos credenciados não puderam participar e representar os segmentos populares, visto que tinham compromissos de trabalho.

Em 2014, o Ministério Público do Estado do Paraná determinou a ampla divulgação para participação popular em conferência a fim de avaliar o Plano Diretor de Maringá. O então senhor prefeito municipal, a pretexto de dar cumprimento à Lei Municipal nº 8.508/2009, restringiu a possibilidade de participação de integrantes da sociedade civil na Conferência Pública, porquanto, ao exigir que as entidades estivessem legalmente constituídas, impediu que os movimentos sociais e populares e também algumas organizações não governamentais pudessem ter direito à voz e voto, o que evidencia o descumprimento do Estatuto da Cidade (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2014).

Com isso, vê-se que são práticas como essa que aprofundam e mantêm a histórica segregação social que compõe a cidade de Maringá.

Porém, o representante do poder público explica que, durante a realização das obras, ou seja, após o início da construção, os moradores foram convidados a participarem das reuniões:

Foram realizadas reuniões ao longo da obra, o traçado já era existente, então quem foi morar na região já sabia da existência do Contorno Norte (E15).

Mas, segundo uma moradora local, uma parte da população salienta que não foi consultada com relação à construção da obra (E7): “eu moro aqui há 22 anos. Eu não fui perguntada o que achava dessa construção”. Não houve a apresentação de uma solução de melhoria para a população local ou, então, a elaboração de alternativas que diminuíssem os problemas decorrentes da construção do Contorno Norte.

Ainda seguindo os relatos dos moradores (E14):

Esse contorno deveria ter sido feito do lado da cidade, pois aqui tirou todo o nosso sossego, agora tem dia que por causa do movimento, você não atende um telefone de jeito nenhum (E14).

A justificativa para realização da obra no local - e não nas extremidades, tal como o nome remete-é que o governo municipal já possuía cerca de 70% dos terrenos que contemplam o traçado. O governo federal não é a favor de realizar desapropriações, mas, como o município já possuía a fatia maior do terreno, coube a desapropriação de somente 30% dele, conforme destaca o entrevistado (E15):

Na época, o grande diferencial para conseguir os recursos, o governo federal não gosta de fazer desapropriação, e este traçado do Contorno Norte a Prefeitura de Maringá já era proprietária de aproximadamente 70% do traçado em função do planejamento dos novos loteamentos ao longo dos anos. Então, coube ao Governo Federal desapropriar aproximadamente 30% das terras e mais os recursos (E15).

Assim, o custo da “modernização”⁵, em um processo de destruição/reconstrução de novos territórios, é indicativo do processo de reterritorialização, refletindo em relações de poder diversas e desiguais.

Com isso, o que se percebe durante a análise é que os territórios passaram a contemplar uma lógica capitalista na qual o dinamismo econômico prevalece sobre o condicionamento, vida social, política e cultural das pessoas, pois, mesmo com o governo municipal já possuindo parte do traçado que comporta a obra, uma nova análise dos impactos e reflexos deveria ter sido realizada, a fim de priorizar a vida social dos indivíduos que moram na região.

5.4 REFLEXOS DO EMPRESARIAMENTO URBANO

Ao estudar o Contorno Norte de Maringá (PR), percebe-se que o planejamento segue uma lógica capitalista caracterizada pela conveniência política em parceria com o setor privado sobre o interesse coletivo. A cidade possui um forte apelo sustentado pela fragilidade participativa da população, onde o planejamento e os parâmetros urbanos são alterados de acordo com interesses de terceiros, sem que haja a participação da população local frente aos seus interesses. Aliás, a cidade carrega consigo um histórico de poucos movimentos sociais de resistência ao longo dos anos.

Em outras palavras, as leis são modificadas para atender aos interesses particulares; novos planos diretores são criados a fim de que os interesses privados se sobressaiam sobre o interesse coletivo da população. Para ilustrar esse momento na cidade de Maringá, pode-se citar a mudança significativa realizada ainda na década de 1990, onde houve a necessidade de se alterar os parâmetros de

⁵ O sentido de modernização está relacionado ao poder capital que define o sentido de cidade como mercadoria (HARVEY, 1996).

utilização e ocupação do solo, atendendo a interesses específicos que, naquele momento, contemplavam o mercado imobiliário e o setor da construção civil, direcionado à viabilização do capital privado. Ocorreu aí uma dialética público/privada que contempla o que Harvey (2005) denomina de empresariamento urbano, no qual as cidades passam a ser vistas como fonte de investimento e atração de capital e não como cidades para viver.

Harvey (2005) explica que esse processo muda e altera as formas de trabalho e os relacionamentos sociais na produção dos espaços. Tal empresariamento urbano modifica as dimensões e as formas de circulação do capital, o qual incorpora e desenvolve o espaço geográfico preconizando os investimentos privados nos ambientes construídos, em especial, aqueles destinados à produção de habitações, manipulando o preço e a ocupação do solo.

E, assim, por meio de uma pesquisa de campo, pode-se constatar a edificação do Contorno Norte de Maringá (conforme pode ser observado na figura 9). A localização estabelecida para construção da via, que se estende por com 17 km, foi na região norte de Maringá, entre a cidade de Sarandi-Pr até a saída para Paranavaí-Pr. Tal obra apresenta-se claramente como um empreendimento urbano, revelando novas práticas sociais de habitar o espaço (moradias), por meio de uma construção que abrange áreas residenciais e comerciais e que deveria contornar as extremidades da cidade, algo que não se confirmou.



Figura 9 Áreas Residenciais no Entorno do Contorno Norte
Fonte: DNIT (2015).

Na figura 9, é possível identificar as áreas residenciais e algumas empresas que ficaram divididas no cenário urbano, por meio da aprovação e construção do

Contorno Norte - obra pautada na lógica de produção e consumo de mercadorias ou na apropriação privada de um espaço realizado socialmente.

A construção do Contorno Norte está vinculada, entre outros fatores, à liberação da Avenida Colombo, rodovia Estadual (BR-376) para domínio do município, que também contempla intenções imobiliárias. Tal vinculação altera o Plano Diretor de Maringá, conforme se lê em uma publicação do jornal O Diário no dia 05/02/2011.

Atualmente, a Colombo é um trecho urbano da BR-376, mas voltará a ter o tráfego administrado pelo município com a conclusão do Contorno Norte. O contorno passará a ser a extensão da rodovia federal e a Colombo deverá ganhar um novo uso. "Pretendemos que a Colombo vire um *boulevard*, com uma paisagem bastante diferente dessa que a gente vê hoje", diz o arquiteto José Vicente Alves do Socorro, da Secretaria Municipal de Planejamento, um dos autores do projeto de verticalização (LINJARDI, 2011).

Dessa forma, a construção do Contorno Norte -além dos motivos funcionais, como desafogar o trânsito, colocar em prática o planejamento de diretrizes viárias de 1979 e valorizar a região norte da cidade - também existe o interesse em criar novos espaços para atuação do mercado imobiliário, mais precisamente na Avenida Colombo, tornando-a um grande *boulevard* e evidenciando, assim, claramente os interesses dos agentes sociais na produção do espaço urbano e apropriação privada.

Durante a entrevista com o engenheiro responsável pelas obras do Contorno Norte, ele enfatizou a intenção de tornar a Avenida Colombo um *boulevard*:

O Contorno Norte liberou a Avenida Colombo, que tem um projeto para se tornar um *boulevard*, podendo somente executar edifícios residenciais ao longo da Avenida Colombo (E15).

Cabe destacar que a Avenida Colombo em Maringá irá se transformar em uma área residencial com incentivo à ocupação de prédios, pois todo o tráfego de caminhões pesados será proibido em tal Avenida e realocado para o Contorno Norte. E, para isso, o projeto de Lei 1327/2011 altera a Lei 331/1999, que trata da ocupação de solo, transformando a via em área residencial e comercial, permitindo, assim, a atuação de grandes construtoras e imobiliárias a fim de que procurem o local para investir (O DIÁRIO MARINGÁ, 2011).

Assim, com a transformação da Avenida Colombo em área residencial, o projeto da Prefeitura Municipal de Maringá prevê que a Avenida torne-se um *boulevard*, permitindo comércio e prestação de serviços, tais como: padaria, lojas, supermercados, concessionárias e escritórios profissionais liberais. Dessa forma, a via se torna um eixo de valorização do espaço e da especulação imobiliária da área, sobre terrenos destinados ao equipamento público.

E, assim, o planejamento é fruto dessa nova ordem, reformulada a partir do planejamento urbano, no qual a cidade passa, então, a ser vista como uma organização que tem os mesmos objetivos de uma empresa, administrada por meio de políticas urbanas competitivas e denominadas de empreendedorismo urbano (HARVEY 2005; VAINER, 2000).

O interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. E continua a ser. Após Segunda Guerra, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável. O que temos visto nos últimos 30 anos é a reocupação da maioria dos centros urbanos com megaprojetos. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. E fazem um retorno à descrição de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo. Faz todo sentido na diretriz da realização dos megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. O capital precisa que o [E]stado assegure essa dinâmica. Assim, pode usar esses eventos como instrumentos de investimentos e mais lucratividade (HARVEY, 2014, S.P).

Assim, é necessário vincular os processos de reestruturação urbana fruto do empresariamento, uma vez que modificam o cotidiano das pessoas, seus modos de vida e relações de trabalho. Por isso, é preciso contemplar o espaço como suporte na análise do processo de empresariamento urbano, pois é a partir dele que se pode fazer uma alusão ao que ocorre no objeto de pesquisa, manifestando-se diretamente na reprodução do próprio espaço, o qual indiretamente é evidenciado no processo de empresariamento urbano. Essa postura dos poderes públicos municipais David Harvey chama de passagem do gerenciamento urbano para o empresariamento (HARVEY, 1996, p. 50).

Nesse processo, fica evidente o quanto a produção do espaço e a administração urbana acabam tornando-se elementos essenciais para as estratégias de acumulação de capital. Nessa conotação, o governo municipal investe somas de dinheiro na cidade, só que por meio de uma lógica empresarial altamente

especulativa, cujos recursos são provenientes dos contribuintes e os benefícios gerados são privados e apropriados pelos promotores dos projetos de renovação urbana. E, se os projetos apresentam problemas financeiros, o Estado é quem arca com as despesas.

A cidade de Maringá é considerada uma cidade planejada com uma formação positiva no país. Recentemente, Maringá foi destaque nacional pela sua organização e planejamento urbano. A revista Exame trouxe uma matéria apontando a trajetória da cidade. A pesquisa foi realizada pela consultoria *Urban Systems* para o “*Connected Smart Cities*”, evento realizado entre os dias 3 e 5 de agosto de 2015, em São Paulo. A consultoria analisou 700 municípios de todo o país, levando em consideração 70 indicadores de 11 áreas da gestão pública (O DIÁRIO MARINGÁ, 2016).

Contudo, por trás dessa imagem de sucesso, há uma contradição que alimenta o deslocamento da população de certas áreas, como no entorno da obra do Contorno Norte. A construção estaria diretamente ligada aos negócios, o que necessitaria uma adoção de recursos públicos para tal destinação em contrapartida à parte dedicada ao capital público social, como áreas que contemplam: saúde, educação, moradia etc.

Os moradores da região também criticam a falta de consulta pública à população local. Essa crítica vai ao encontro do ponto-chave dessa dissertação, pois se trata da produção de um espaço a serviço da acumulação de capital e não de um projeto urbano que visa a proporcionar benefícios para a população local. Segundo os moradores, em pouco tempo, os preços das moradias despencaram cerca de 50 % nas áreas próximas ao Contorno Norte. E, como reflexo desse processo, a classe trabalhadora que mora no local perde todos os investimentos realizados na casa, como explica a (E14);

Eu não sei mais o que dá para fazer aqui. É um pedaço de terra morta, de repente fazer um salão para alugar (E14).

Com isso, pode-se comprovar a ideia de que o Contorno Norte de Maringá foi mal planejado e serviu como um pretexto para valorizar a região central da cidade, mais especificamente a Avenida Colombo, em benefício da acumulação de capital e levando em conta os interesses dos agentes imobiliários locais na área.

Além disso, a via onde fora construída a obra praticamente isolou o lado norte da cidade, apresentando uma espécie de um muro para a área de valorização, conforme destaca um morador da região e (vide a Figura 10);

Essa obra ficou horrível, esse paredão a gente não consegue mais ver nada, antes eu iria para o outro lado, mas agora não tem como né (E10).



Figura 10 Viaduto Contorno Norte de Maringá.

Fonte: Próprio Autor.

Desta maneira, observa-se que a obra realizada na cidade de Maringá - com o objetivo de proporcionar melhorias para toda a população, em alguns trechos da rodovia, em especial nas proximidades dos bairros em estudo - tem refletido grandes transtornos para os moradores. A análise por meio das entrevistas indica insatisfação por parte dos moradores, destacando a divisão da cidade que esses grandes paredões proporcionaram ao local.

Em consulta aos dados referentes às eleições de 2012 e considerando que, nas eleições municipais, o atual prefeito da cidade de Maringá, Roberto Pupin, recebeu cerca de R\$ 190.300,00 de imobiliárias e construtoras para financiar a sua campanha política, segundo dados do relatório do Tribunal Superior Eleitoral, cabe ressaltar que os grandes beneficiários do projeto de qualificação são as construtoras

e imobiliárias, mas, para isso, é claro, precisou-se descolocar todo o tráfego pesado para outra região (Contorno Norte). Com isso, pode-se explicar o fato de um projeto elaborado ainda na década de 1990 ter sido licitado às pressas para receber recursos do PAC, sem a realização de um novo projeto destinado a uma região não ocupada (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016).

Portanto, a obra do Contorno Norte, pode ser interpretada como uma relação entre produção do espaço e acumulação capitalista pelos projetos urbanísticos, sob a colaboração de alianças que beneficia o capital imobiliário em detrimento da causa social e do interesse da coletividade. E, assim, o poder público enxerga a cidade reificada como algo positivo, ainda que a população não tenha acesso, devido, sobretudo, ao preço que é posto e controlado pelos mesmos agentes. Para Harvey;

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011, p. 143).

Compreende-se que os investimentos realizados no Contorno Norte, com recursos do governo federal por meio do PAC direcionado à cidade de Maringá deveriam beneficiar conjuntamente toda a população local. Percebe-se que, especificamente no que tange a essa obra, os investimentos aparecem desvinculados da maioria da população cidadina, com exceção dos moradores de outras regiões, que utilizam a via somente como ponto de passagem e não precisam enfrentar longos congestionamentos da Avenida Colombo.

Dessa forma, observa-se que os investimentos provenientes do PAC contribuíram com a produção espacial local - um reflexo social negativo já existente e confirmado em Maringá em trabalhos realizados por Borges; Sela (2013), Shimada (2015) e Tows (2015).

Nesses trabalhos, direta ou indiretamente, são evidenciados o empreendedorismo urbano, o marketing de cidades e o empresariamento urbano, para usar os termos de David Harvey, termos estes que estão vinculados com a ideia de vender a cidade, de colocar a cidade em uma 'prateleira' para o mercado.

E, assim, do ponto de vista empírico, as estratégias e os esforços realizados para viabilizar a construção da obra são compatíveis com as ideias de Empresariamento Urbano ou Empreendedorismo Urbano, por meio de projetos que alteram a dinâmica urbana e o futuro da cidade e, sobretudo, a vida das pessoas.

5.5 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: DOMINAÇÃO, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Percebe-se, conforme se avança a discussão, que existem complexidades envolvendo o papel do Estado na produção do espaço urbano. De um lado, o Estado atua como um agente produtor do espaço social, e, do outro, a sua atuação se faz de forma contraditória, favorecendo a classe dominante em detrimento das outras, pois a máquina pública concentra as redes elitizadas.

Em outras palavras, o Estado é considerado como um intermediador entre os conflitos de interesse existentes entre as classes que tem o menor e o maior poder. Todavia, sabe-se que o Estado atua de forma não neutra; ele tem papel fundamental para mediar os conflitos e manifestações, mas exerce o seu papel legitimador para dar autonomia a organizações da classe dominante.

E, assim, a grande questão é: como as contradições refletem no espaço social? O resultado desse fator revela a forma a qual o espaço urbano significa a partir de então - a produção da cidade para o mercado. Considerando um cenário como o da cidade de Maringá, conhecida como cidade “planejada”, não se pode duvidar da geração de privilégios aos detentores do poder de capital.

Isso é reflexo de vários motivos, dentre eles: o Estado é quem tem, de fato, o poder para legitimar e controlar o uso do solo, além de também ter o controle sobre as áreas que poderão ser valorizadas no solo urbano. Assim, mesmo não considerando todas as possibilidades, tal cenário é um campo fértil de atuação dos agentes sociais para especulação e ocupação do espaço urbano.

Neste sentido, são as pessoas que não tem voz ativa na participação das decisões que mais sentem os reflexos (conforme relata moradora) (E14):

Na hora que o problema vem, você toma um susto e agora você se obriga a se adaptar a essa situação diante do problema e os vizinhos reclamavam muito e ficava louco com essa situação, mas o que você

pode fazer contra uma empresa grande e você sendo pequeno para fazer tuas reclamações (E14).

E, assim, o espaço urbano no capitalismo remete a uma contradição claramente refletida na forma urbana: o conflito de interesses entre o poder de capital e o aspecto social da vida cotidiana das pessoas. Logo, uma das principais formas de apropriação e de dominação do espaço urbano é a caracterização do solo como mercadoria. O valor de utilização do solo determina as regras de ocupação do sistema capitalista, seguindo regramentos e estratégias em um processo organizado (VAINER, 2000).

Em uma reportagem divulgada pelo jornal Gazeta do Povo, em 12 de dezembro de 2008, o ministro explica que a obra do Contorno Norte de Maringá poderia ser incluída no PAC e, após uma visita do ministro do Planejamento, à cidade de Maringá, para assinar a ordem de serviços e iniciar a construção da via, com orçamento inicial para a primeira etapa de R\$ 42 milhões, o ministro teria revelado que o objetivo era evitar um novo orçamento para obra, ou seja, o projeto não estava na pauta do PAC, sendo liberado posteriormente em função do montante de recursos disponíveis (JORNAL GAZETA DO POVO, 2008).

Assim, o poder público ao tomar conhecimento dos recursos disponíveis, é como se tivesse encontrado uma maneira de não ficar de fora dos investimentos realizados pelo PAC; como se a cidade de Maringá, de fato, tivesse a obrigação de fazer a captação de recursos, não em função da relevância da obra para a cidade, mas sim devido a interesses que se revelariam mais tarde.

Segundo o ex-diretor-presidente da Urbamar S/A de Maringá, o projeto já existia; fora planejado pelo DER e já estava previsto no planejamento urbano de Maringá.

Foi solicitado através de uma licitação do Departamento de Estrada e Rodagens DER PR, porque, como Maringá é uma cidade planejada, na medida em que foi lançando novos loteamentos ao longo dos anos, já foram definidas as áreas livres para o futuro traçado do Contorno Norte, inclusive isso foi fato importante para decisão de construir o Contorno Norte. Como já havia um projeto desenvolvido pelo DER do traçado, um pouco diferente do atual, mas com as mesmas características, nós resgatamos esse projeto junto ao DER e abrimos uma licitação aos padrões do Departamento Nacional de Infraestrutura DNIT, e, com esse projeto em mãos, nós conseguimos recursos para a execução das obras (E15).

Assim, as obras do Contorno Norte de Maringá receberam ampla divulgação dos veículos midiáticos. Enquanto isso, os moradores protestavam para solicitar mudanças no projeto. Uma reportagem do Jornal Gazeta do Povo de 2009 relata que moradores dos jardins Copacabana e Diamante, em Maringá, reivindicaram mudanças no projeto Contorno Norte, pois a principal via de ligação bairro-centro, a Avenida São Judas Tadeus, interrompeu o acesso de uma parte da população. Esse fato evidencia como a obra foi muito mal elaborada, pois, na mesma reportagem, o secretário cita que adequações estavam sendo estudadas e que isso aumentaria em cerca de R\$ 1,5 milhão o custo da obra (JORNAL GAZETA DO POVO, 2009).

Segundo o Jornal Gazeta do Povo (2009), moradores do Conjunto Itatiaia também reclamaram das obras do Contorno Norte e passaram a exigir do poder público modificações no projeto de construção da via, em função do isolamento de bairros e, portanto, distanciamento a serviços públicos como postos de saúde, creches, escolas, farmácias etc. A matéria veiculada aborda ainda os protestos realizados por moradores de outros bairros (Jardim Copacabana, Diamante e Novo Panorama). Mas, de acordo com o Ex-diretor-presidente da Urbamar S/A, o projeto Contorno Norte não foi alterado. No entanto, essa última informação não se confirmou, pois, depois aos protestos, o Contorno Norte passou por uma readequação de projeto e ganhou passarelas e viadutos, o que acabou encarecendo - e muito - o valor da obra.

Nesse sentido, segundo o ex-diretor-presidente da Urbamar S/A (E15):

O que foi a dificuldade é que o DNIT hoje, quando faz uma rodovia, ele a chama de rodovia Tipo Zero, que é o mínimo possível de acesso a essa rodovia, inclusive isto na época, isso era uma política de nível nacional do governo (E15).

Ainda segundo o entrevistado (E15), justifica-se o aumento do custo, porque “na época foi realizado um estudo considerando creches e escolas ao longo de todo o traçado”, daí conseguiu-se com o DNIT a realização das obras urbanas, pois o DNIT não queria executar aqueles viadutos, já que para ele o objetivo era fazer somente a rodovia.

Em 2009, o Jornal O Diário publicou uma matéria cuja manchete foi “Auditoria aponta irregularidades graves no Contorno Norte”. A matéria publicada retrata o relatório entregue ao Tribunal de Contas da União (TCU), apontando indícios de

superfaturamento nas execuções das obras. O TCU solicitou a paralisação imediata da obra, pois, segundo a auditoria, existiam falhas nos processos de licitação, execução de obras em terrenos pendentes de desapropriação e deficiência na fiscalização da obra, o que impactou sobre o preço no orçamento dos produtos (JORNAL O DIÁRIO, 2009).

Ainda em 2009, dentre as inúmeras reportagens veiculadas na época, o Jornal o Diário, publicou uma outra cuja manchete era “Essa é uma das regiões mais extraordinárias do país, diz Lula”. O então presidente da república do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva indagou, na época, a quantidade de recursos destinados ao município de Maringá. Em tom de brincadeira, o presidente disse “gostaria de saber do (ministro do planejamento) Paulo Bernardo, porque a cidade de Maringá recebeu tanta atenção e recursos federais, enquanto a minha cidade de Garanhuns (PE) não recebeu um tostão”, confirmando a estranheza que a quantidade de recursos vinda para Maringá causou até para o então presidente da república (JORNAL O DIÁRIO, 2009).

Essa estranheza se deve porque o investimento realizado em infraestrutura chama atenção devido ao montante destinado à Região Metropolitana de Maringá, o qual representou 31,42% do total de investimentos realizados pelo governo federal no Estado do Paraná todo, entre 2007-2010 (JORDÃO, 2012).

Dessa forma, essas mudanças que têm ocorrido no espaço urbano de Maringá, sobretudo por meio da obra Contorno Norte, demonstram como os agentes estão em consonância com os interesses dos investidores, afinal a cidade precisava receber esses investimentos capitalistas para consolidar a sua posição enquanto polo regional, a fim de atrair a atenção de investidores.

E, assim, compreender o espaço como mercadoria exige entender aspectos importantes, pois o valor de uso e o valor de troca assumem conotações diferentes quando se trata de solo urbano. Harvey (1980, p. 135) afirma que o “fato do solo e suas benfeitorias serem fixos os diferencia de outras mercadorias, além de permitir o monopólio à pessoa que determina o uso nessa localização”. Outro fator determinante é que o solo é uma mercadoria que é indispensável para qualquer pessoa.

Logo o uso do solo torna-se alvo de disputa entre os principais agentes nas grandes cidades, onde o preço do solo adquire alto valor de compra e venda, o que

irá permitir a reprodução do capital, mas poderá gerar inúmeras contradições no espaço urbano, tal como o reflexo da implantação do Contorno Norte de Maringá.

Como esses agentes possuem os recursos excedentes para exercer a sua força política e, conseqüentemente, o poder de barganha, ele se tornam determinantes na angariação de recursos para prover infraestrutura urbana, o que contribui para reforçar a desigualdade social na cidade (HARVEY, 1980).

Em Maringá, com a construção do Contorno Norte, a desigualdade fica aparente no sentimento de exclusão percebido nos moradores que sentiram os reflexos da obra, como explicitado na fala do (E5):

Agora ficamos separados, os moradores chamam aqui de lado paraguaio justamente porque separou os dois lados da cidade, além da desvalorização desse lado da cidade

Assim, quando o espaço urbano é apropriado pelos agentes detentores do capital e conseqüentemente do solo, há reflexos na desigualdade social, visto que as áreas que têm mais valor, pela presença de infraestrutura adequada, são apropriadas e produzidas pelos agentes promotores imobiliários, além de legitimadas pelo Estado. Nos locais onde não existe o interesse de capital, o valor do espaço urbano é mais baixo, como citam os moradores tachados de “lado paraguaio”.

Observa-se que, na visão dos moradores, houve uma desvalorização no lado norte do Contorno Norte com relação ao lado sul, pois o lado o norte, como área, não dá acesso à região central da cidade.

Nesse sentido, a entrevista (E10) explica:

Acho muito errado esse contorno, essa separação de bairro. O nosso com isso ficou muito prejudicado e desvalorizado, pois eu vejo casas pequena vendendo do lado de lá vendendo a valor bem mais alto que do que o valor oferecido pela nossa casa que convenhamos como você pode perceber não é nada ruim (E10).

O processo de reprodução do espaço urbano, portanto, é marcado pela diferença na implantação de infraestrutura, o que reflete no valor do solo e produz moradias mais valorizadas em relação a outras, tornando, assim, o solo cada vez menos acessível para uma parte da população. Essa contradição é percebida na paisagem urbana, na qual se nota uma diferença em termos de construções de

moradia no que tange à presença de infraestrutura e acessos aos meios de consumo coletivos (CARLOS, 1992, p. 52).

Assim, verifica-se que a segregação social expressa em Maringá se dá desde a sua fundação e implantação da cidade como parte de um empreendimento lucrativo que perdura até os dias atuais, juntamente com a manutenção de mecanismos os quais garantem que a posse do solo urbano se mantenha como um investimento lucrativo (RODRIGUES, 2007).

Portanto, o espaço urbano é marcado por dominação, conflitos e contradições no processo de reprodução de tal espaço e contempla os interesses de reprodução do capital em detrimento da coletividade.

5.6 MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA: REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE

Percebe-se que grandes projetos urbanos estão sendo pensados para as cidades e acabam contribuindo com o processo de expansão, principalmente no que se refere à questão da valorização imobiliária. Porém, existem elementos relacionados à mobilidade urbana que acabam gerando uma barreira para uma determinada população.

Considerando todos os aspectos já relacionados com o espaço urbano, neste fato, em especial, ou seja, na implantação do Contorno Norte de Maringá, considera-se o fato de que, ao pensar no deslocamento do tráfego diário em uma determinada via, todas as variáveis devem ser analisadas, pois, ao se modificar os meios de mobilidade, os resultados refletem em todos: pedestres, motoristas, ciclistas, idosos e viajantes que visitam a cidade a negócios ou a lazer diariamente.

E, assim, foi possível averiguar, por meio desta dissertação, que a população do entorno do Contorno Norte, com a execução da via, acabou sofrendo muitas consequências relacionadas à mobilidade e também teve o dia a dia em suas moradias afetado, conforme explica a moradora lindeira (E5).

Por causa da distância das passarelas, as pessoas são obrigadas a se arriscar neste contorno, e se arriscam muito, mais já foi atropelado pessoas por carro grande (E5).

Para possibilitar a travessia de um lado para o outro no Contorno Norte, foram construídas passarelas. No entanto, os moradores ainda permanecem insatisfeitos, visto que as estruturas que perpassam a via não atendem as necessidades de deslocamento de sua comunidade, família etc. Outro aspecto descrito é a questão da segurança, conforme relata a moradora (E2);

Sempre tem muito drogado cobrando pedágio para atravessar, e isto aumentou a insegurança, então é melhor ficar em casa do que correr risco de ser assaltada, a gente não sabe o que pode acontecer com a gente (E2).

Além dos problemas voltados à mobilidade, isolamento, segurança entre outros já relatados, observa-se também que as relações estabelecidas entre vizinhos frontais e da redondeza foram separadas pela obra realizada. A distância entre um lado e outro da via aumentou consideravelmente. Mesmo de automóvel, para se atravessar de um lado para o outro demora-se mais, o que implica, muitas vezes, em deixar o automóvel do lado de lá da via e se arriscar atravessando a rodovia para chegar em casa, como explica a moradora (E14).

Agora temos que ter muito cuidado para atravessar para lá, porque às vezes, agora, para não ter que dar toda essa volta para poder ir trabalhar, então você deixa o carro do outro lado senão você não vence o combustível do vai e vem tantas vezes por dia (E14).

Outra iniciativa mencionada que tem gerado problema, em função dessa edificação, na vida dos moradores é a visão que eles têm ao sair de casa e se deparar com um paredão de concreto. Tal construção poluiu, portanto, a visão dos moradores sobre a cidade. Diante disso, diversos estabelecimentos comerciais que estavam no entorno do Contorno Norte fecharam as portas por falta de movimento.

Como já afirmado, o Contorno Norte tem como objetivo primordial resolver problemas viários que a cidade contempla devido ao elevado movimento diário de veículos de grande porte na Avenida Colombo. Porém, como já explicitado, ignorou-se uma série de fatores relevantes para a comunidade local, ao se instalar uma obra de tal magnitude em plena malha urbana.

E, ao se constatar que o Contorno se tornaria uma barreira limitadora para a população local, alterações deveriam ter sido realizadas, pois, dessa maneira, os

problemas concentrados na Avenida Colombo não teriam sido simplesmente transpostos para a região norte da cidade.

O que era para ser uma solução para resolver os “problemas” da cidade e melhorar a qualidade de vida de sua população começa, além de tudo, a apresentar também problemas estruturais decorrentes de deslizamentos de terra ocasionados pela chuva forte, conforme noticiado na mídia (matéria destacada no portal de notícias G1 - 2016) “A Polícia Rodoviária Federal (PRF) interditou as duas pistas do Contorno Norte de Maringá no sentido Sarandi/Paranavaí, na tarde desta segunda-feira (11/01/2016), em razão de dois deslizamentos de terra causados pela chuva” (vide figura 11 abaixo).



Figura 11 Deslizamento de terra no Contorno Norte.

Fonte: RPC Maringá/Reprodução (2016).

A construção do Contorno Norte de Maringá é uma obra financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, que começou a ser construída em 2008. Após o início das obras, a construção ficou parada por quase um ano, pois havia suspeitas de superfaturamento no contrato (G1, 2014).

A respeito dessa suspeita, o entrevistado (E15) justifica o aumento do custo aumento em função da necessidade de adequação da via perante o projeto inicial. Segundo ele “é padrão hoje do Governo Federal, construir rodovias com poucos

pontos de acesso”. Então, porque construir a rodovia mesmo sabendo das limitações impostas pelo Governo Federal?

Além disso, o responsável pelo acompanhamento das obras pontua que a construção ficou muito mais cara, porque, durante os ensaios geológicos iniciais, não se apontou a extensão e o formato de rocha em alguns locais do trecho. Dessa forma, o entrevistado (E15) justifica esse aumento, dizendo:

O que tornou a obra bem mais em cara em função do traçado foram os muros de contenção, as placas raiz, um tipo de rocha próximo à Avenida Pedro Taques, que foi difícil de execução com rochas laminarias que tivemos que desobstruir (E15).

Nós conseguimos ao longo da construção, colocar outras obras que a princípio também não estavam no planejamento, como o viaduto da Avenida Pedro Taques (E15).

Outro problema apresentado na obra, no mesmo período, foram os vazamentos de água na parede do viaduto Contorno Norte, (conforme figura 12). A defesa civil isolou o local, pois havia o risco de desmoronamento, segundo informações do jornal (O DIÁRIO DE MARINGÁ, 2016).



Figura 12 Viaduto Contorno Norte de Maringá
Fonte: (Corrêa, 2016).

Seguindo essa mesma lógica, os problemas decorrentes da construção da via também estão ligados ao alto índice de acidentes fatais na região. Como existem poucos pontos de travessia, a população local é obrigada a se arriscar em pontos que não existem ou estão muito distantes das passarelas, como cita o morador local (E3):

Para passar para o outro lado, o lado Maringá, tem que ir até a passarela lá em cima. A passarela até facilitou a passagem para o outro lado, mas, mesmo assim, ainda é muito longe, pois tem que ir lá em cima (E3).

Outro ponto importante é o aumento do tráfego de veículos nas vias marginais. Segundo a população local, em função dos poucos pontos de acesso ao Contorno Norte, as vias paralelas tornaram-se avenidas de muito movimento de carros e caminhões durante todo decorrer do dia. Antes, tais vias eram apenas pontos de acesso aos bairros. E, com esse aumento no volume de automóveis por ali, muitos acidentes têm acontecido colocando, a vida dos moradores em risco, como relata o morador (E14):

O perigo maior aqui são os acidentes, tanto que já veio parar tampa de pneu e ferro de caminhão na rampa da minha casa e os sustos que você leva (E14).

Acerca disso o entrevistado (E15) pontuou que o projeto, apesar de tudo, era necessário para desafogar o tráfego de veículos pesados na Avenida Colombo e reduzir o tempo na passagem de veículos de outras regiões a Maringá. Além disso, segundo o entrevistado (E15), o Contorno Norte desafogou também a Avenida Morangueira, a Avenida Mandacaru e a 19 de dezembro, pois toda a parte comercial da cidade fica localizada na parte Sul, tornando o fluxo mais ágil.

Contudo, a realidade não condiz com tal discurso. Embora a via Contorno Norte apresente três viadutos, três pontes (sobre os ribeirões Maringá, Mandacaru e Morangueiro), uma trincheira e doze passarelas para pedestres, restringiu-se a liberdade dos moradores dos bairros marginais. Assim, ao planejar uma intervenção urbana, acredita-se que todas as variáveis devem ser analisadas e, principalmente, as que remetem a trânsito, transporte e mobilidade, pois são itens fundamentais

para a vida. E o resultado final deveria ser positivo para todos: motoristas, pedestres, idosos, portadores de necessidades especiais e demais pessoas que perpassam pela cidade diariamente.

Portanto, verifica-se que a produção do espaço urbano na região norte de Maringá foi influenciada diretamente pela intervenção do poder público e de outros agentes sociais, impondo uma barreira limitadora na vida dos moradores que lá residem. Essas pessoas tiveram que se apropriar novamente do território, aceitando as condições legitimadas pelo Estado e concretizando territórios considerados excluídos sócioespacialmente.

E, do mesmo modo que os moradores territorializaram o local, agora a reterritorialização é uma consequência da desterritorialização. A reterritorialização consiste em um processo de readaptação e busca de novos significados, trazendo consigo novas formas, comportamentos e identidades que se manifestam em níveis econômicos, políticos, sociais e culturais e dão espaço para o surgimento de novos aspectos orientadores de novos valores para se reorganizar o novo território (vide figura 13 abaixo).

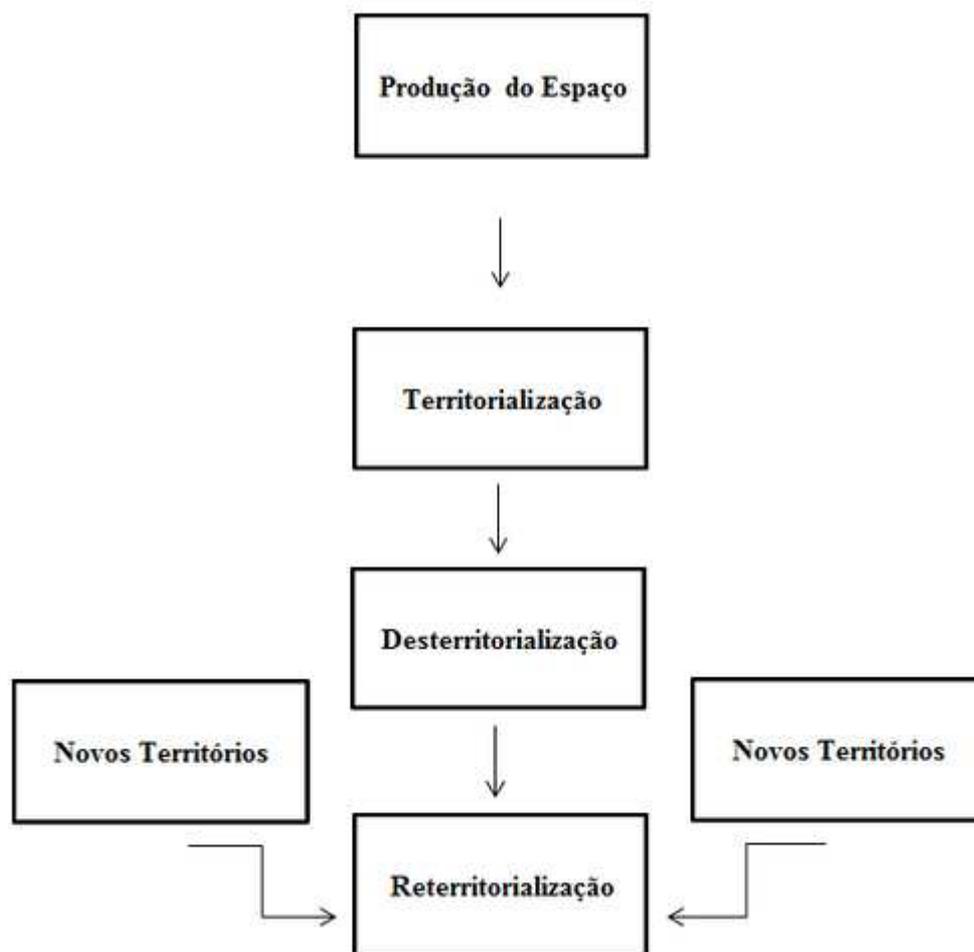


Figura 13 Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.
 Fonte: Próprio Autor.

Dessa forma, estamos diante do que se denominou como processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R): a criação de territórios seria representada pela territorialização; a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização (SOUZA, 1995).

Assim, independente de como acontece, o processo de territorialização, isto é, a apropriação do espaço (conforme quadro 3) gera a transformação de um local habitado e construído socialmente e, desse modo, as pessoas têm que modificar o meio em que vivem, seja por falta de opção, sejam por imposição.

Considerando o tempo presente, dentro da perspectiva de Souza (1995), é necessário se diferenciar, mesmo que minimamente, espaço e território, uma vez que se vivem diferentes temporalidades e territorialidades numa unidade em processo constante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização,

mediante novas territorialidades, ou seja, novos territórios. Para Souza (1995), isso se deve, primeiramente, porque os territórios estão ligados diretamente por meio das relações de poder em três aspectos, constituindo as forças econômicas, políticas e culturais; segundo, devido à construção histórica identitária; e, por último, por uma questão metodológica, para se compreenderem os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na concepção de Souza (1995, p. 99), há uma superposição de territórios e territorialidades que se confundem no espaço. A territorialidade é “certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”.

Tal diferenciação é necessária, porém, para a compreensão de território, é válido lembrar que espaço e tempo são diferentes, mas não são elementos separados - um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação do território, tal como explica Saquet (2013), no entanto, há diferentes abordagens de território. O caminho percorrido nesta pesquisa reconhece as organizações com características econômicas, políticas e culturais nos arranjos territoriais.

Entre as transformações ocorridas em razão da construção do Contorno Norte de Maringá, destaca-se o processo de TDR, iniciado na década de 1980, momento em que foram liberados os novos loteamentos na região norte, caracterizando, assim, o processo de territorialização. A partir de 2008, quando se começou a construção da via, iniciou-se, então, o processo de desterritorialização, devido às alterações ocorridas neste período decorrentes da intervenção do poder público, mais especificamente, por meio do PAC. E, por último, a partir de 2014, ocorreu o processo de reterritorialização, no qual os moradores, com o final das obras, precisaram encontrar novos territórios e reocupar aquele espaço, ocupado anteriormente.

Portanto, as abordagens em torno do conceito de território, a partir das reflexões de Souza (1995), Haesbaert (1995 e 2004) e Saquet (2009 e 2013), apontam para a existência de diversos territórios (concretos e simbólicos) e territorialidades (individuais e coletivas) que se sobrepõem no espaço geográfico e contemplam a imaterialidade.

As territorialidades são influenciadas pelas técnicas, pelo modo de produção e pelo capital, manifestando-se no comportamento, ou seja, nas ações de indivíduos e grupos sociais em formas organizacionais.

O estudo, a partir de uma abordagem territorial, permite particularizar como são estabelecidas as relações de poder e o que as constitui, pois, na visão de Souza (1995), o território é compreendido na forma como as relações territoriais se estabelecem. Faz-se necessário, então, pensar sobre a lógica que constrói e desconstrói e no modo como os agentes públicos e privados sustentam essa lógica.

Compreende-se que o Estado é um agente fundamental na organização territorial, uma vez que é por meio dele que são construídas políticas públicas que fragilizam determinados grupos sociais. Nesse sentido, os Estudos Organizacionais são um caminho para que se possa refletir sobre o dinamismo que envolve a produção de territórios e, assim, construir uma gestão territorial que efetivamente seja voltada para os interesses das pessoas do local.

Na visão de Saquet (2007, p.177), “é necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia de cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento”.

Nesta pesquisa, procurou-se relacionar a abordagem territorial proposta por Souza (1995) a outros conceitos importantes da geografia, no sentido de fundamentar tal abordagem e relacioná-la aos Estudos Organizacionais. Porém, para alcançar os objetivos propostos, entende-se que é pertinente se compreender os processos que envolvem a produção de territórios, os quais, necessariamente, contemplam múltiplas territorialidades no processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de indivíduos e grupos sociais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender como ocorreu a reterritorialização dos bairros Hortênciã e Conjunto Thaís, pelos moradores após o início das obras do Contorno Norte. Para tanto, a seguinte dissertação buscou alcançar o seu objetivo por meio de objetivos específicos descritos na introdução deste trabalho.

Por meio do estudo foi possível revelar que a produção do espaço urbano da cidade de Maringá é influenciada pelos principais promotores imobiliários da cidade em parceria com o poder público, que foi criando condições para atender aos anseios do setor privado em detrimento dos interesses coletivos desde a sua fundação, no qual o poder público justifica a atuação das classes hegemônicas na cidade.

Ao analisar os investimentos recebidos por meio do Governo Federal destinado ao PAC - Contorno Norte, percebe-se que tudo foi realizado às pressas, na medida em que o poder público municipal percebeu a disponibilidade de tais recursos, sem que fosse realizado um novo projeto e que não interferisse diretamente no cotidiano de muitos moradores.

Assim, os moradores buscaram novas formas de adaptar ao cotidiano que uma obra de grande magnitude impôs a região, sem que ao menos as populações fossem consultadas. Como reflexo dessa ação, há o distanciamento entre as pessoas, diminuição da qualidade de vida, dificuldade de acesso aos principais serviços públicos, além de ter que conviver com os ruídos e a poluição constante provenientes da via Contorno Norte.

A cidade é um local de convivência entre os indivíduos, apresentando a concretização dos laços comunitários de um determinado grupo. Além disso, ela retrata o meio pelo qual a vida de uma determinada população se constitui, por meio de políticas públicas aplicadas ao local, bem com a disponibilização dos serviços públicos.

Tais fatos ficaram em evidência no processo desta pesquisa, quando o objetivo se dispôs a analisar a reterritorialização dos moradores do entorno do Contorno Norte de Maringá (PR), delimitando a área de estudo aos bairros Conjuntos Thaís e Hortênciã, a fim de se compreender a lógica dos agentes na produção do espaço urbano e na reprodução do capital. Assim, foi possível

compreender a realidade local e suas particularidades, percebendo que esse grande empreendimento urbano também está ligado a uma ideia maior em termo de planejamento urbano, como a criação de uma *boulevard* na Avenida Colombo de Maringá.

Em termos de pesquisa, buscou-se entrevistar agentes que estivessem ligados diretamente ao objeto de estudo, isto é, os moradores do entorno do Contorno Norte, especificamente, aqueles dos bairros selecionados - além do ex-diretor presidente da Urbamar S/A, responsável pelo acompanhamento das obras do Contorno Norte. Também foi realizado um contato com o Ministério dos Transportes por meio do DNIT, no qual o engenheiro responsável pela obra de Maringá até se dispôs a participar da pesquisa, mas não houve tempo hábil para uma entrevista com ele e, ademais, entendeu-se que o objetivo já tinha sido alcançado mediante a participação do responsável pela Urbamar S/A de Maringá.

Com os dados obtidos em termos de produção do espaço local foi possível averiguar que o planejamento urbano passa a ser instrumento para estratégias capitalistas a fim de viabilizar grandes obras. E, dessa forma, as alianças são ferramentas para que os agentes envolvidos viabilizem seus projetos travestidos da ideia que o benefício é coletivo, porém, o que se percebeu foi que esse projeto trouxe reflexos negativos na produção local.

E, considerando a territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pode-se dizer que esta pesquisa foi essencial para se entender especificamente no Contorno Norte, quais foram as relações entre as modificações realizadas no território e como isso impacta na vida das pessoas que são diretamente afetadas por elas. Evidenciou-se, de modo geral, os reflexos que a obra teve na vida cotidiana dos moradores residentes nas imediações e como eles construíram suas reterritorializações.

Também foi notável perceber que o poder público municipal realizou tal obra sem implantar nenhuma modificação em relação ao plano inicial planejado ainda na década de 1990, o que revela um sentido de exclusão de uma determinada população no que diz respeito a certas decisões municipais que atingem diretamente a produção local, traduzindo uma postura contrária em relação à função pública, que é garantir o bem-estar dos indivíduos que compõem tal território.

É importante ressaltar que o Contorno Norte de Maringá restringe uma determinada população de seus direitos à cidade, pois a via acaba separando um

lado da cidade do restante e da região central, dificultando o acesso dos moradores a serviços básicos e instituições como: igreja, hospitais, supermercados etc.

Percebe-se, tomando como base os dados levantados, que a organização do espaço urbano não é resultado da espontaneidade dos agentes envolvidos e que, por vezes, ela parte da iniciativa de alianças, promovendo alterações em relação à produção do espaço urbano. Em vista disso, cabe a população aceitar os reflexos de tais intervenções, mesmo com situações indesejáveis aos olhos de quem lá reside e que não tem voz ativa na tomada de decisões.

Então, esta pesquisa contempla o espaço como propriedade da vida, que pode ser particular ou comunitária, apresentando-se em diferentes formas de ser organizado. Cria-se um valor de uso e um valor de troca, o que ocasiona a desterritorialização ou controle de novos usos ou formas, ou seja, reterritorializa-se o local, pois os sujeitos, grupos e classes sociais não existem sem esses territórios.

Dessa forma, dentro de um novo contexto, as “velhas” maneiras de se perceber espaço e território adquirem novas funções, tornando-se mais complexas do que as que se tinha no passado em termos somente da materialidade. Em síntese, espera-se que esta pesquisa contribua com o debate entre as relações de poder, espaço e território.

Assim, constata-se que novas investigações sobre territórios e sobre seu papel nos Estudos Organizacionais estão sendo construídas, como se mostra nesta pesquisa, apesar dos registros científicos sobre o assunto ainda serem incipientes no campo da Administração. Conectar os Estudos Organizacionais aos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização atesta um vasto campo de investigação científica em territórios, favorecendo a ampliação do conhecimento nessa área de estudo e aproximando-se das ações organizacionais.

Essa relação perpassa pela complexidade dos fatores que contemplam a organização da vida humana e sua relação com a produção territorial, para que se possam conduzir políticas que contemplam o todo. Reconhece-se que isso é um desafio que ainda está distante de uma situação favorável e remete à construção de um modelo econômico diferente dos atuais, os quais não dão conta de explicar essas relações.

Como estudo futuro, espera-se que a pesquisa sobre territórios possa ser explorada dentro dos conceitos de T-D-R, analisando-se, assim, as interações entre a forma como as pessoas se organizam e os interesses de capital, avançando no

sentido de se compreender as dinâmicas territoriais e as relações que se estabelecem entre os homens nas esferas políticas, econômicas e culturais. Assim, espera-se que essa pesquisa contribua com a tarefa que tem os Estudos Organizacionais em contribuir com o entendimento de como esses processos refletem na organização territorial das cidades por meio de intervenções urbanas.

No Contorno Norte de Maringá, as dinâmicas que contemplam a T-D-R podem ainda ser mais bem exploradas, visto que o Contorno Norte conta com uma extensa área territorial e a presente pesquisa limitou-se a analisar somente os bairros Hortência e Conjunto Thais.

Neste sentido, existe a possibilidade de analisar os diversos investimentos realizados pelo PAC em Maringá, relacionados à transparência quanto aos projetos e valores para execução, participação da comunidade nas decisões dos projetos e os reflexos na vida das pessoas que sofrem com as intervenções urbanísticas justificadas como planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A cidade de Maringá, PR**. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-53.htm>>. Acesso em: 12 /02 2016.

ARAÚJO Faria, Flávio. **Empresariamento Urbano**: concepção, estratégias e críticas. Ipea, 2011.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martins W.; AARTS, Bas. **A construção do corpus**: um princípio para a coleta de dados qualitativos. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um guia prático. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BORGES, William Antonio, SELA, Vilma Meures. **Cooperação Intergovernamental e Produção do Espaço Urbano**: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade Maringá-PR. Anpad, 2013.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global**. La gestión de las ciudades em la era de la información. Madrid: United Nations for Human Sttlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. 2015. Disponível em <www.pac.gov.br> Acesso em 15 de Jun.2015.

CALDAS, Miguel; ALCADIPANI Rafael. **Post-colonialism in Latin American Management**: the genesis and trail of north American reference in Brazilian culture and management. Manchester: UMIST, 2003.

CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI. **Contorno Norte**. Disponível em <http://www.sanchestripoloni.com.br/obra/contorno-norte/> acesso em 15/02/2016

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de, SPOSITO, Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**. Agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. **Desenvolvimento e dependência no Brasil**: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS). 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-

Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COLBARI, Antônia. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional** [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual / Eloisio Moulin de Souza (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória: EDUFES, 2014.

CORDOVIL Fabiola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia. **Da tecnocracia à participação popular**: A institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm> acessado em 25/03/2016

CORDOVIL, Fabiola. Castelo de Souza. **A aventura planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982. Escola de engenharia de São Carlos. São Carlos, Set. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço**: Um texto para discussão In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSIRO, Maria Encarnação (Orgs.) "A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios". São Paulo: Contexto, 2013.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna S (Eds.). **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. Pesquisa Social. Teoria método e criatividade. 5 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. Disponível em <www.dnit.gov.br> Acesso em 20 de Jun.2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/08/2015&jornal=1&pagina=109&totalArquivos=248> Acesso em 28 de Ago de 2015.

FAGNANI, Maria Lúcia Ceccon. **Maringá a cidade canção**. Curitiba, PR. Natugraf, 2011.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONTANA, Felipe, VALLOTA, Fernanda Martins. **Projeto “PAC” Contorno norte de Maringá: os impactos da obra e o aprofundamento do processo de segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. Revista Espaço Acadêmico. 2014.

GUIZZO, Marcio Roberto. **Considerações sobre a cidade**. A polarização o espaço e o consumo: O caso de Maringá (PR). 2012

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994.

_____. **Desterritorialização**. entre as redes a aglomeração e a exclusão. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand. Brasil, 1995.

_____. **O Mito da Desterritorialização** . Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2004.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In SANTOS, Milton; BECKER, K.Bertha [et.al] Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **O território em tempos de Globalização.etc...**, espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Espaço como palavra chave**. Universidade de Nova York, 1996.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **O direito à cidade**. Universidade de Nova York, 2012.

_____. **Urbanização incompleta é estratégia do capital**. Brasil de Fato, 2014. Disponível em: (<http://www.brasildefato.com.br/>) acessado em 04/02/2016

HILÁRIO, José. **Maria do Ingá**. amargo sabor de mel na colonização de Maringá. Maringá:Ideal, 1995.

IBARRA, Colado, E. **Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins**. Organization, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 20 jun. 2015.

JORNAL RPC. **Contorno norte de Maringá é inaugurado após cinco anos de obras.** Disponível em ><http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/01/contorno-norte-de-maringa-e-inaugurado-apos-cinco-anos-de-obras.html><acesso em 10/02/2016

JORNAL GAZETA DO POVO. **Moradores protestam para pedir mudanças no projeto do Contorno Norte** <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/moradores-protestam-para-pedir-mudancas-no-projeto-do-contorno-norte> blxr7lvkt497d70x52lzz2e6m. Maringá, 06 de junho de 2009 < acesso em 20/02/2016.

JORDÃO, Victor Luis Colli. **Growth Acceleration Program (PAC) in the Metropolitan Region of Maringá/PR.** Master's Degree Essay in Social Science – State University of Maringá. 2011.

JORNAL GAZETA DO POVO. **Moradores do conjunto Itatiaia reclamam das obras do Contorno Norte.** Curitiba, 2008.

LINJARDI, Fabio. **Pacote da prefeitura libera edifícios de até 33 andares.** Disponível em ><http://digital.odiarario.com/cidades/noticia/413398/pacote-da-prefeitura-libera-edificios-de-ate-33-andares/>< acesso em 20/02/2016.

LUZ, France. **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

MARICATO, Erminia. **O Estatuto da Cidade** : comentado = The City Statute of Brazil : a commentary / organizadores Celso Santos Carvalho, Anaclaudia Rossbach. – São Paulo : Ministério das Cidades : Aliança das Cidades, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARANÁ. **Justiça determina ampla participação popular em conferência de avaliação do plano diretor.** Disponível em ><http://www.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=4338>< acessado em 25/03/2016

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org). **Pesquisa Social:** teoria método e criatividade. 5 ed. Petrópoles, RJ. Vozes, 1998.

_____. **Pesquisa Social:** teoria método e criatividade. 5 ed. Petrópoles, RJ. Vozes, 2009.

MISOCZKY, Maria. Ceci. **Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade nas práxis acadêmicas.** Cadernos EBAPE. BR, 2006.

MORELLI, Ailton José. **Memórias de infância em Maringá:** transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica. 2010.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Chuva interdita contorno norte e deixa ruas alagadas em Maringá.** Disponível em <<http://maringa.odiario.com/maringa/2016/01/chuva-interdita-contorno-norte-e-deixa-ruas-alagadas-em-maringa/2060931>> acesso em 07/02/2016

_____. **Planejamento urbano é destaque a revista exame.** Disponível em <http://maringa.odiario.com/maringa/2015/08/planejamento-urbano-de-maringa-e-destaque-na-revista-exame/1443365/> acesso em 07/02/2016

_____. **Avenida Colombo se transformará em área residencial.** Disponível em <http://maringa.odiario.com/maringa/n...-a-residencial/> acesso em 08/02/2016

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002>. Acesso em: 23 Jul. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Prefeito em exercício acompanha liberação do Contorno Norte.** Disponível em < <http://www2.maringa.pr.gov.br/>> acesso em 15/02/2016

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, Ana. Lúcia. **A pobreza mora ao lado: Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** Programa de Estudos pós-graduados em Ciências Sociais- Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. **A segregação Planejada.** Pensar Maringá: 60 anos de Plano. p. 101-114 Maringá: Editora Massoni. 2007.

RODRIGUES, Ana, Lúcia et al. **Observatório das Metrôpoles: Região metropolitana de Maringá.** Disponível em: <http://www.cch.uem.br/observatorio/index.php?option=com_content&view=section&id=3&Itemid=53> Acesso em: 23 de Jul. 2015

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1989.

ROSENDO, Alfredo. **Geografia Urbana.** Disponível em < <http://alfredogeografia.blogspot.com.br/>> Acesso em 23 jul. 2015.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Valderi. **Maringá um grande celeiro.** a história econômica de Maringá. Maringá, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Outras Expressões, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de territórios.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SECRETARIA DE TRÂNSITO E SEGURANÇA DE MARINGÁ. Disponível em ><http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=ff87df1c53etff>< acesso em 10/02/2016

SILVA. J.C. **O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição.** In: RIBEIRO, M.A. (org). Território e Prostituição na Metrópole Carioca. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SHIMADA, Nayara Emi. **Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade.** a territorialização do bairro Santa Felicidade pelos seus moradores. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space.** Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

_____. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR).** Programa de Pós-Graduação em Geografia. UEM, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORIAL. Disponível em > inter01.tse.jus.br acessado em 08/02/2015< Acesso em 25/02/2016

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2012.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra. **Maringá: Fundos de vale, política, legislação e situação ambiental.** In: Dalton Aureo Moro. (Org.). Maringá Espaço e Tempo.

Ensaio de Geografia Urbana. Maringá - PR: Programa de Pós-Graduação em Geografia. UEM, 2003.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria** - notas sobre a estratégia discursiva do planejamento Estratégico Urbano. In: A cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Vozes, Petrópolis, 2000.

Apêndices-A

Questionário semiestruturado. Moradores do entorno do Contorno Norte de Maringá (PR).

1. Fale um pouco sobre a sua vida.
2. Quando se mudou para o bairro? Como ele era?
3. Quais foram às mudanças que você percebeu no bairro ao longo do tempo?
4. Qual o sentimento que a região desperta em você?
5. Como é a convivência entre os moradores do bairro?
6. Você participou de alguma reunião sobre a construção do Contorno Norte?
7. Como a construção do Contorno Norte interferiu no seu bairro e na sua vida?
8. Você participa de alguma atividade desenvolvida no bairro? Qual(is)?
9. Como a sua família passou a utilizar o espaço após a construção da obra?
10. Após a construção do contorno houve mudanças em relação ao deslocamento?
11. Você teria algo a mais que gostaria de acrescentar em relação à construção da obra Contorno Norte?

Apêndices-B

Questionário semiestruturado. Representantes do poder público

Nome Completo:

Função:

Instituição que representa:

- 1- Qual foi o seu papel na elaboração e/ou execução do projeto Contorno Norte de Maringá?
- 2- Quais as precauções (sociais/econômicas/ambientais) foram observadas no planejamento e execução da obra?
- 3- Como foi o processo de captação de recursos financeiros para a obra?
- 4- Os moradores dos bairros do entorno da obra foram consultados?
- 5- Houve modificações no projeto inicial, elaborado na década de 1990?
- 6- Como aconteceu o processo de desapropriação de terras para a construção do Contorno Norte?
- 7- Quais os principais reflexos em termos econômicos que a obra prospectou para a cidade de Maringá e Região?
- 8- Na sua opinião, quais os principais reflexos identificados no cotidiano das pessoas que moram no entorno da via Contorno Norte?
- 9- Houve planejamento de redução de impactos (quais impactos)?
- 10-Quais os fatores foram levados em consideração no planejamento da obra?